



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 140

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 9 de julho de 2020

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira e Deputado Bruno Belo (substituídos no decorrer da sessão pelas Deputadas Marta Matos e Elisa Sousa)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

No **Período de Tratamento de Assuntos Políticos** foram apresentados diversos votos.

- **Voto de Saudação pelos 225 anos da instalação do Consulado dos Estados Unidos da América no Arquipélago dos Açores**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado José San-Bento, usou da palavra os Srs. Deputados António Vasco Viveiros (*PSD*) e Artur Lima (*CDS-PP*), tendo-se seguido a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação a Álamo Oliveira pelos seus 75 anos**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Maria de Fátima Ferreira e de terem usado da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Francisco Coelho (*PS*), o voto em apreço foi aprovado por maioria

Durante o debate usou da palavra para um protesto o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*) e para um contraprotesto o Sr. Francisco Coelho (*PS*).

- **Voto de protesto pelo incumprimento do compromisso assumido pelo Governo Regional relativamente ao acordo estabelecido para a atualização do subsídio de risco dos trabalhadores dos matadouros da Região Autónoma dos Açores**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Alonso Miguel, tendo posteriormente usado da palavra os Srs. Deputados António Almeida (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Paulo Corvelo (*PCP*), António Lima (*BE*) e António Toste (*PS*).

Submetido à votação, o voto foi rejeitado por maioria.

- **Voto de protesto contra a forma como o Governo Regional esconde informação, e tenta escapar à fiscalização da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no âmbito da situação que o Grupo SATA está a atravessar**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Usou da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para fazer a apresentação do voto, seguindo-se as intervenções das/os Sras./Srs. Deputados/as Bárbara Chaves (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Francisco César (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Usou da palavra para um protesto o Sr. Deputado Francisco César (*PS*) e para um contraprotesto o Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*).

Submetido à votação o voto foi rejeitado por maioria.

- **Voto de Protesto contra as declarações proferidas, a propósito da situação ocorrida no Nordeste no âmbito da pandemia da doença COVID-19, pelo Governo Regional**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

O voto em apreço foi rejeitado, após a apresentação do Sr. Deputado Paulo Estêvão e das intervenções das/os Sras./Srs. Deputadas/os Dionísio Faria e Maia (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Mónica Seidi (*PSD*) e António Lima (*BE*).

De seguida, foi apresentada uma [declaração política](#) pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*), tendo para o efeito usado da palavra as/os Sras./Srs. Deputadas/os Mónica Seidi (*PSD*), Domingos Cunha (*PS*), Graça Silveira (*Independente*), bem como a Sra. Secretária Regional da Saúde (*Teresa Machado Luciano*).

Na **Agenda da Reunião** foram apresentadas e debatidas as seguintes iniciativas legislativas:

- Continuação do debate sobre o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 50/XI – “Cria o Comité de Bioética da Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Participaram no debate as/os Sras./Srs. Deputadas/os Graça Silveira (*Independente*), Dionísio Faria e Maia (*PS*), António Lima (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), Mónica Seidi (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Proferiu uma declaração de voto a Sra. Deputada Graça Silveira (*Independente*).

- [Projeto de Resolução n.º 243/XI – “Garantir um apoio extraordinário de proteção social aos trabalhadores do setor do táxi”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Sobre este diploma o Sr. Deputado João Paulo Corvelo apresentou um requerimento para baixar à comissão competente, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- [Projeto de Resolução n.º 238/XI – “Recuperação da SATA”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado António Lima, usaram da palavra para participar no debate as/os Sras./Srs. Deputadas/os António Vasco Viveiros (*PSD*), José Ávila (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Graça Silveira (*Independente*), bem como a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*) e o Sr.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares
(*Berto Messias*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Ávila (*PS*) e António Vasco Viveiros (*PSD*).

- [Projeto de Resolução n.º 161/XI – “Recomenda a conclusão urgente da instalação da rede de radares meteorológicos na Região Autónoma dos Açores e a realização de um estudo técnico que identifique a melhor localização do radar que será instalado no Grupo ocidental”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Iniciou-se o debate com a apresentação da iniciativa pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, tendo ainda participado no mesmo os/as Srs./Sras. Deputados/as João Paulo Corvelo (*PCP*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), Bruno Belo (*PSD*), António Lima (*BE*), Manuel Pereira (*PS*), Graça Silveira (*Independente*), Artur Lima (*CDS-PP*), bem como o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*) e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 5 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Vou pedir ao Sr. Deputado Bruno Belo, Secretário da Mesa, para fazer a chamada.

Eram 10 horas e 9 minutos.

Secretário: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**
André Cláudio Gambão **Rodrigues**
António Gonçalves Toste **Parreira**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Carlos Emanuel Rego **Silva**
Dionísio Medeiros **Faria e Maia**
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Iasalde Fraga **Nunes**
João Vasco Pereira da **Costa**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José Manuel Gregório de **Ávila**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Manuel José da Silva **Ramos**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**
Maria Eduarda Silva Moniz **Pimenta**
Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**
Mário José Diniz **Tomé**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Marta Ávila **Matos**
Mónica Gomes Oliveira **Rocha**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata Correia **Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Elisa Lima de **Sousa**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Joaquim José Joaquim Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria **João** Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputada Independente

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje está reservada ao PTAP. Vamos iniciar a apresentação dos votos, temos cinco na Mesa.

O primeiro é um voto de congratulação a Álamo de Oliveira pelos seus 75 anos. É apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra...

Podemos então avançar para o voto de saudação pelos 225 anos da instalação do Consulado dos Estados Unidos da América no Arquipélago dos Açores, também apresentado pelo Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

Pelos 225 Anos da Instalação do Consulado dos Estados Unidos da América no Arquipélago dos Açores

A relação entre os Estados Unidos da América e o arquipélago dos Açores remonta ao período da formação da nação norte-americana, no final do Século XVIII.

Em 1777, um ano após Thomas Jefferson, principal autor do texto da célebre Declaração de Independência, ter proclamado, na cidade de Filadélfia, a 4 de julho de 1776, que “*all men are created equal*”, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Existem uns mais iguais que outros!

O Orador: ... os Açores serviram de apoio a corvetas da jovem nação que rumavam a França em iniciativas diplomáticas que procuravam assegurar uma aliança política e militar com o reino francês que se revelaria determinante para o sucesso da Revolução Americana.

Em 1795, depois do fim da Guerra da Independência Americana, já no período de vigência da Constituição federal, marcada pela proeminência de James Madison e ratificada em 1788, e no decurso do segundo mandato do Presidente George Washington, os Estados Unidos da América estabeleceram o seu primeiro consulado no arquipélago dos Açores, precisamente há duzentos e vinte e cinco anos atrás.

Durante cento e vinte e dois anos, desde a sua instalação até à sua transferência, em 1917, para Ponta Delgada, o Consulado dos Estados Unidos da América nos Açores funcionou na cidade da Horta.

Este foi um período em que a liberdade de navegação, a baleação, a emigração e os cabos submarinos foram aspetos centrais da relação entre os EUA e os Açores.

Após 1917, na sequência da entrada dos EUA na Primeira Guerra Mundial, as relações entre os norte-americanos e os Açores aprofundaram-se, assistindo-se à cedência de pontos de apoio às forças navais norte-americanas nas nossas ilhas e à instalação de uma base naval da US Navy na cidade de Ponta Delgada.

Ao longo do restante período do Século XX, os Açores revelaram-se fundamentais para a condução da Grande Estratégia americana.

Em 1944, já na fase final da Segunda Guerra Mundial, foi instalada uma base aérea norte-americana na Ilha de Santa Maria, que cerca de três anos depois se transferiria para a Base das Lajes, na Ilha Terceira.

Em 1949 Portugal seria convidado para membro fundador da NATO graças à importância geoestratégica dos Açores, em especial da Base das Lajes.

A relação estreita entre os EUA e os Açores permitiram à nossa Região, e ao nosso País, fazer parte do esforço que o mundo ocidental, liderado pelos norte-americanos, desenvolveu na defesa da Paz, da Liberdade, da Democracia, da segurança, da livre navegação aérea e marítima e da estruturação de uma Comunidade Internacional subordinada a regras e dotada de instituições multilaterais comprometidas com a promoção e a salvaguarda do Direito Internacional e dos Direitos Humanos.

Nas Décadas de 1960 e 1970 o Consulado norte-americano prestou um papel da maior importância no apoio às vagas de emigração dos Açores para os Estados Unidos, uma função que continuaria a desempenhar nas décadas seguintes embora de uma forma mais atenuada devido a novas circunstâncias, quer na Região, quer nos Estados Unidos.

Atualmente a missão do Consulado norte-americano nos Açores é desenvolvida em três domínios principais: 1) manter os laços históricos de parceria e amizade com o povo e com o governo da Região Autónoma dos Açores e de Portugal; 2) prestar serviços de alta qualidade aos cidadãos dos EUA nos Açores, salvaguardando a sua segurança e bem-estar, uma função de importância crescente face ao grande aumento de fluxos turísticos dos Estados Unidos para os Açores; e 3) aumentar os intercâmbios educacionais, comerciais e culturais entre os EUA e os Açores, especialmente nas áreas das energias renováveis, das tecnologias verdes, dos negócios e do turismo.

O Consulado dos Estados Unidos nos Açores é o mais antigo posto diplomático norte-americano, do género, no mundo. Contabiliza duzentos e vinte e cinco anos de funcionamento contínuo que consolidaram o aprofundamento de uma relação de amizade, de cooperação e de respeito mútuo que muito contribuiu para a concretização de interesses comuns que beneficiaram ambas as partes, ao longo de mais de dois séculos de história e de destino comuns.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Partido Socialista propõe o seguinte voto:

O Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores assinala e saúda o duo-centésimo-vigésimo-quinto ano de funcionamento ininterrupto do Consulado dos Estados Unidos da América no Arquipélago dos Açores, reconhecendo o inestimável trabalho desta representação diplomática no aprofundamento e no estreitamento das relações de amizade, de parceria e de cooperação entre a Região Autónoma dos Açores e os Estados Unidos da América.

Deste voto deve ser dado conhecimento à Presidência da República Portuguesa; à Comissão de Negócios Estrangeiros da Assembleia da República; ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa; ao Secretário Adjunto da Presidência para as Relações Externas do Governo Regional dos Açores; e ao Consulado dos Estados Unidos da América sediado em Ponta Delgada.

Horta, Sala das Sessões, Quinta-feira, dia 9 de julho de 2020

Os Deputados, Francisco César, José San-Bento, Francisco Coelho, José Ávila e João Vasco Costa

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto, completo, bem-elaborado e não há assim muito a acrescentar, de qualquer maneira diria o seguinte.

Nós temos uma realidade da diáspora em que fundamentalmente são os açorianos nos Estados Unidos que dão corpo à dimensão dessa diáspora e é

evidente que o papel do consulado nas décadas de 60, de 70, mas muito antes disso.

Há a notícia da participação de açorianos na Guerra Civil Americana, o que mostra bem ao tempo em que os Açores e os açorianos participam na vida americana.

Além disso, relativamente a duas famílias ligadas à representação do consulado nos Açores, primeiro no Faial a família Dabney, que marcou o séc. XIX profundamente no Faial, mas também em São Miguel a família Hickling que deixou descendência e muitos açorianos hoje em dia são descendentes da família Hickling.

Portanto, este voto é oportuno, nós associamo-nos e naturalmente os Estados Unidos e a comunidade açoriana estão sempre presentes naquilo que é a vida dos açorianos.

Voices dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado José San-Bento
(PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de felicitar o Sr. Deputado José San-Bento por ter trazido a esta Casa, o primeiro órgão da autonomia, este voto e isto significa, no meu entender, que o Sr. Deputado José San-Bento quis significar o mais alto reconhecimento desta Casa ao povo americano e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao povo americano, um povo de extraordinária relação histórica e cultural para com os açorianos e disso são prova os múltiplos estrangeirismos que se usam na nossa Região, quer cá, quer lá, trocas comerciais quer cá, quer lá e efetivamente o grande contributo que foi dado pelos Estados Unidos da América para que hoje possamos ter uma Europa livre, uma Europa em liberdade, uma Europa que

vive em paz e isso deve-se muito ao grande contributo dos Estados Unidos, dos americanos e do povo americano.

Relativamente ao consulado de facto teve grande importância na emigração dos Açores para o Canadá, onde temos comunidades que muitas vezes se confundem se são açorianas, se são americanas, tal é o grau de interculturalidade entre eles e bastante numerosas as comunidades americanas.

Portanto, este voto vem em boa hora e esta Casa reconhece e deve reconhecer exatamente este extraordinário contributo que os Estados Unidos da América deram de uma maneira geral para a Europa, mas num caso muito particular a ajuda que deram, por exemplo, na emigração do Vulcão dos Capelinhos, no êxodo da emigração, facilitaram a emigração para os Estados Unidos e, portanto, o extraordinário contributo que deram para que muitas famílias pudessem sair daqui e melhorar as suas vidas e termos hoje grandes empresários, grandes políticos no topo da política americana, empresários no topo do empresariado americano, gente oriunda dos Açores e que muito nos orgulha.

Gostaria também de referir e para terminar, Sr. Deputado José San-Bento, que também nos orgulha nesta Casa ter sido aprovada e que nós os dois fazemos parte também e a Sra. Deputada Elisa Sousa do Conselho da Diáspora, do estreitamento dessas relações entre esta Casa, a comunidade emigrante nos Estados Unidos da América, portanto, é também com muito gosto que faço referência a esse Conselho da Diáspora aprovado nesta Casa.

Gostaria de dizer também que esta Casa já deu alguns contributos também aprovados por unanimidade como o Centro Interpretativo da Base das Lajes que tão boa justiça fará quando for implementado e já foi nomeada a comissão instaladora para também fazer a resenha desta história rica entre os Estados Unidos e o arquipélago dos Açores.

Por último e sem nenhum esforço, dizer também que a partir de determinada altura e bem e também por grande impulso do Sr. Presidente do Governo esta

Casa passou a participar no Conselho Mundial das Casas dos Açores o que também enriqueceu a nossa relação com o povo americano ou açoriano residente nos Estados Unidos e no Canadá e por toda a diáspora.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então agora passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação a Álamo de Oliveira pelos seus 75 anos. É apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Ferreira.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO **Álamo Oliveira pelo seu 75º aniversário**

José Henrique do Álamo Oliveira nasceu há 75 anos, a 2 de maio de 1945, na Freguesia do Raminho, na ilha Terceira, tendo iniciado os seus estudos no Seminário de Angra do Heroísmo, onde cursou Filosofia.

Regressado da Guiné-Bissau, onde cumpriu serviço militar entre 1967 e 69, Álamo Oliveira foi catalogador na Biblioteca Pública e Arquivo de Angra em 1970/71 e funcionário Administrativo no Departamento Regional de Estudos e Planeamento, tendo sido transferido, em 1982, para a Direção Regional da Cultura. Aposentou-se em 2001, sendo, posteriormente, convidado a colaborar, até 2010, na Direção Regional das Comunidades.

Fundou, em 1976, o grupo de teatro Alpendre, de que foi diretor artístico e encenador. Todavia, é como autor prolífico de vários géneros literários que Álvaro Oliveira tem distinguido a ilha e os Açores e sido uma voz única e ativa da açorianidade, termo cunhado por Vitorino Nemésio, outro grande vulto da literatura terceirense e açoriana.

À sua estreia na publicação, em 1971, com o livro de poesia “Pão Verde”, prefaciado por Natália Correia, outro grande nome da literatura regional e nacional, seguiram-se cerca de 40 livros, da poesia ao romance, passando pelo conto, mas também pelo teatro e pelo ensaio.

Aos 75 anos de idade, Álvaro Oliveira está representado em mais de uma dezena de antologias de poesia e de ficção narrativa, tendo recebido diversos prémios literários, como, por exemplo, o prémio Maré Viva, atribuído em 1985 pela Câmara Municipal do Seixal ao seu romance “Até Hoje Memórias de Cão”, em 3ª edição, e o prémio Almeida Garrett/Teatro, em 1999, com a peça “A Solidão da Casa do Regalo”.

Tem poesia e prosa traduzidas para inglês, francês, espanhol, italiano, esloveno, croata e japonês e, em abril de 2002, o Portuguese Studies Program, da Universidade da Califórnia, em Berkeley, convidou-o, na qualidade de “escritor do semestre”, para lecionar a sua própria obra aos estudantes de Língua Portuguesa, tendo sido o primeiro português a receber essa distinção.

Álvaro Oliveira é também um conhecido artista plástico, tendo realizado várias exposições individuais e coletivas em Angra do Heroísmo, Ponta Delgada, Lisboa, Porto e Guiné-Bissau, entre as décadas de 60 e 80, e criado, igualmente, mais de uma centena de capas para livros.

Em 2010, foi distinguido com a Insígnia Autonómica de Reconhecimento do Governo Regional dos Açores e o Grau de Comendador da Ordem de Mérito da Presidência da República.

A Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro, em Angra do Heroísmo, assinala o 75º aniversário do autor, a partir do dia 10 de julho, com uma exposição e outras iniciativas.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de julho de 2020, a aprovação de um Voto de Congratulação a Álvaro Oliveira, pelo seu 75º aniversário.

Do presente voto de congratulação deverá ser dado conhecimento a Álvaro de Oliveira.

Horta, Sala das Sessões, 09 de julho de 2020

Os Deputados, Francisco César, José San-Bento, Francisco Coelho, José Ávila e João Vasco Costa

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Oh, Sra. Presidente, e caras e caros Srs. Deputados, já por várias vezes aqui referi que alguns votos não deveriam ser apresentados aqui, não vou referir à sua pertinência, à sua importância, mas quase que me apetecia dizer aqui a todos vamos cantar os “parabéns a você”, vamo-nos levantar todos e cantar os parabéns a um senhor, a um distinto cidadão, que fez 75 anos.

Ora bem, se isto é assim, se chega ao primeiro órgão da autonomia a fazer votos porque um cidadão fez 75 anos, ao que chegou esta Casa. Lamentavelmente acho, é a minha opinião, que não era voto ... Reconheço todas as qualidades referidas no voto ao Sr. Álvaro de Oliveira, todas!, e todo o seu contributo que deu para a cultura, todo o seu contributo que deu aos Açores, não lhe nego, nem lhe retiro nenhuma qualidade, antes pelo contrário, até lhe acrescento. Agora,

um voto de parabéns pelos seus 75 anos! Não prestigia, nem dignifica esta Casa, porque a ser assim há muitos cidadãos, mas muitos mesmos, com igual currículo, ou currículo parecido, ou até melhor, que também mereciam que os 75, ou os seus 100 anos, ou os seus 50 também fossem aqui comemorados.

Portanto, nada contra a Sra. Deputada Fátima Ferreira que aqui o apresentou, nada contra o currículo do senhor que aqui esteve, mas julgo que nem ele se sentirá, se bem o conheço e conheço-o mal, satisfeito com uma coisa destas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado César Toste.

Prescinda.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve só para dizer que subscrevo inteiramente a comunicação que aqui foi feita pelo Sr. Deputado Artur Lima. Penso que um voto deste teor não dignifica o Parlamento dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista apresentou naturalmente este voto com muito gosto e não estava a pensar ter de falar e que isso se transformasse em algo desagradável, para tentar ser delicado e para ver se este Parlamento continua no âmbito da delicadeza, porque, Sras. e Srs. Deputados, todos nós sabemos algo. Nós não costumamos aqui efetivamente dar os parabéns, penso que as entidades oficiais também não, a Biblioteca Luís Ribeiro, o Museu de Angra do Heroísmo, mas creio que toda a gente percebe que o que se pretende aqui fazer, até atendendo à

idade que é, é apenas um pretexto para fazer uma retrospectiva daquilo que é já e inegavelmente ao nível do romance, da poesia, do teatro, da gestão teatral e da gestão dramática, da pintura, uma obra muito relevante no sentido lírico, no sentido literário, até pelo seu cunho muitas vezes de intervenção cívica e política sobre momentos conturbados e relevantes da história recente dos Açores.

Eu relembro, por exemplo, “Burra preta com uma lágrima” e as referências que são feitas aos momentos de 75, aos momentos da revolução.

É um dos grandes autores açorianos que trata, por exemplo, o tema da guerra colonial e, portanto, eu devo dizer que além de nos parecer como parecerá, pensávamos nós, a toda a gente, absolutamente relevante fazer o reconhecimento também desta obra marcante ao nível de várias artes nos Açores por um autor “imorredoiamente” açoriano, penso que para além disso também é preciso ter aqui, nesta Assembleia, esse reconhecimento e, portanto, se é bem verdade que todos os cidadãos e cidadãs têm dignidade e que tem de haver naturalmente critérios de seleção para os representantes legítimos do povo açoriano os distinguirem através do voto, eu queria garantir que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não se enganou, não está arrependido, antes pelo contrário, de sinalizar uma obra artística extremamente relevante para os Açores.

Só lamenta ter dado, embora de forma absolutamente involuntária, azo a um momento que eu vou qualificar pelo menos de triste por parte deste Parlamento, ou por parte de parte deste Parlamento.

Muito obrigado.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Tem de tirar a máscara, Sr. Deputado. Um protesto a?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Protesto ao momento triste deste Parlamento pela intervenção do Deputado Francisco Coelho.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado. Dispõe de três minutos.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Membros do Governo:

Momento triste, que não vou obviamente devolver-lhe a acusação, mas vou ler-lhe Sr. Deputado que não vale tudo em política e ninguém nega o currículo do senhor Álamo de Oliveira, foi a primeira coisa que eu disse aqui, ninguém o nega e é reconhecido. Não precisava de vir V. Exa. aqui dizer e lembrar-me para reconhecer o currículo de Álamo de Oliveira, não precisava por todos os motivos e mais um, mas já agora fica esclarecido que o voto de congratulação que lhe vou ler, a parte resolutiva, que é “a aprovação de um voto de congratulação a Álamo de Oliveira pelo seus 75 anos.” É o que está aqui escrito.

Não se refere à obra, não se refere à vida, é apenas um voto de parabéns, de felicitação que foi feito pelo Partido Socialista que tem naturalmente todo o direito de o fazer, como eu tenho todo o direito de discordar em democracia, Sr. Deputado Francisco Coelho, e é em democracia que ainda vivemos nos Açores e espero eu continuar a viver.

Deputado José San-Bento (PS): O CDS é a prova!

O Orador: Portanto, o que aqui está dito é um voto de congratulação pela passagem dos seus 75 anos do poeta Álamo de Oliveira, nada mais. Portanto, as suas referências é que são tristes, desajustadas e vou inibir-me de adjetivar o resto, porque teria mais para adjetivar, mas em respeito por este Parlamento e pelo seu grupo parlamentar não o vou fazer.

Deputado Carlos Silva (PS): É pela carreira!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para um contraprotesto tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu creio que fui absolutamente correto na intervenção que fiz e prometo continuar a desconfinar muito civilizadamente.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou este voto tendo, conforme eu disse, como pretexto imediato (o aniversário também não foi uma idade qualquer) de um artista muito relevante em diversas áreas e multifacetado dos Açores, sempre residente nos Açores e com obra reconhecida em diversos campos regional, nacional e internacionalmente.

Eu penso que isto é que é em qualquer circunstância a substância deste voto, que não é efetivamente uma resolução, nem tem preâmbulo, nem parte resolutiva. O voto é este. Este pretexto é com certeza um bom pretexto como outro qualquer para falarmos dos nossos artistas, para falarmos de cultura e para falarmos, neste caso, de Álamo de Oliveira.

Em democracia cada um faz as suas opções e isso é respeitável e é escrutinável. A opção, de que repito, se não arrependeu, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista é homenagear a propósito dos seus 75 anos Álamo de Oliveira, a sua obra e já agora a literatura, a poesia, o teatro, a pintura dos Açores e os muitos artistas, os muitos cultores de todas essas artes que felizmente temos tido ao longo da nossa história que tanto nos orgulham, que tanto nos honram e que tanto têm contribuído para densificar e cimentar aquilo com que nós também gostamos e bem e vamos continuar a gostar de encher a boca que é a identidade açoriana.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pediu a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para um protesto, Sra. Presidente.

Presidente: Julgo que às mesmas declarações.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A intervenção que eu fiz na sequência da intervenção do Sr. Deputado Artur Lima foi uma intervenção que foi feita no sentido de prestigiar o Parlamento dos Açores.

O Parlamento dos Açores não pode ser minorizado desta forma, porque, Sr. Deputado Francisco Coelho, o Sr. Deputado Francisco Coelho o que aqui faz é um voto de congratulação pelo aniversário ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu não faço, faz o partido!

O Orador: ... de alguém, pode ser alguém muito relevante, mas isto é absolutamente absurdo, absurdo que se faça um voto nestas circunstâncias, só minoriza o Parlamento dos Açores.

Diz V. Exa. que é um pretexto para assinalar, para enaltecer a figura de Álamo de Oliveira. Eu penso que é mais uma desculpa que minoriza Álamo de Oliveira, na medida em que Álamo de Oliveira não precisa pela sua obra, pela importância da sua obra de um pretexto destes, que só o minoriza.

O conjunto da sua obra é que é claramente não um pretexto, mas uma boa razão para se apresentar aqui um voto de congratulação, nunca o seu aniversário, isso só minoriza a figura de Álamo de Oliveira.

Por isso, quero dizer que na defesa do prestígio desta instituição ...

Deputado José San-Bento (PS): Oh, o prestígio da instituição!

O Orador: ... este voto é absolutamente inadequado e minoriza o Parlamento dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho, pergunto se utilizará a figura do contraprotesto.

Prescinde.

Julgo também não haver mais inscrições para este voto, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do PPM e a Sra. Deputada Independente não está na sala.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Avançamos agora para os votos de protesto.

O primeiro é do CDS pelo incumprimento do compromisso assumido pelo Governo Regional relativamente ao acordo estabelecido para a atualização do subsídio de risco dos trabalhadores dos matadouros da Região Autónoma dos Açores.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PROTESTO

Pelo incumprimento do compromisso assumido pelo Governo Regional relativamente ao acordo estabelecido para atualização do subsídio de risco dos trabalhadores dos matadouros da Região Autónoma dos Açores.

No passado mês de fevereiro, os trabalhadores dos matadouros públicos dos Açores decidiram avançar para a greve, reivindicando a reposição da carreira específica, existente até 2008.

No âmbito das negociações encetadas, foi possível garantir o estabelecimento de um acordo entre a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, o Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas (STFPSSRA) e o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas (IAMA), no sentido de colocar fim à greve.

Apesar de não ter sido alcançado o objetivo inicial de recuperação da carreira específica regional que os trabalhadores dos matadouros da Região perderam em 2008, o acordo estabelecido permitia que os cerca de 300 trabalhadores recuperassem rendimentos, sendo fixados sete escalões para o subsídio de risco, a variar entre 33% e 50% da remuneração base mensal, e permitia ainda que pudessem voltar a ter uma definição de carreiras de acordo com as funções que efetivamente desempenham.

Porém, lamentavelmente, segundo a denúncia feita publicamente pelo sindicato, a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas deu conta de que o Governo Regional teria dificuldades em cumprir com o acordo anteriormente firmado.

No entender do Grupo Parlamentar do CDS-PP Açores, é absolutamente inadmissível que o Governo Regional dê o dito por não dito e, numa atitude de profundo desrespeito pelos trabalhadores e pelo respetivo sindicato, não assuma o compromisso que estabeleceu com os trabalhadores e com o respetivo sindicato.

Este é um processo que descredibiliza o Governo Regional.

Este é um processo que descredibiliza a nossa autonomia democrática.

Este é um processo que descredibiliza a nossa Região.

O que está em causa é a confiança que os compromissos assumidos pelo Governo Regional devem transmitir aos Açorianos.

Se o Governo Regional não pode cumprir, não deve, naturalmente, assumir compromissos.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP Açores propõe a aprovação do seguinte Voto de Protesto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta pelo facto de o Governo Regional não ter cumprido o acordo estabelecido entre a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, o Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas e o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, relativo à atualização do subsídio de risco dos trabalhadores dos matadouros da Região Autónoma dos Açores.

Horta, sala das sessões, 9 de julho de 2020

Os Deputados, Artur Lima, Alonso Miguel e Catarina Cabeceiras

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Almeida tem a palavra.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD havia preparado um requerimento dirigido ao Governo Regional para saber das razões pelas quais o Governo pode incumprir com um compromisso que assumiu através de acordos escritos com os sindicatos pela mão do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas e da Sra. Presidente do IAMA.

Nós entendemos que a palavra dada deve corresponder a palavra honrada ...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e é isso que efetivamente não está a acontecer.

A agricultura não parou, nem sequer em tempo de pandemia, e nós não nos podemos dar ao luxo de, por um lado, observar as injustiças perante o compromisso assumido com os trabalhadores dos matadouros públicos da

Região e, por outro lado, permitir que parem essas estruturas de abate quando já temos danos mais do que suficientes também no setor da carne.

É verdade que o Governo tem a obrigação de esclarecer o Parlamento relativamente à situação de incumprimento, ainda mais justificada a posição do respetivo sindicato, quando a 18 de fevereiro passado havia manifestado o seu contentamento em face do compromisso assumido com o Governo Regional, embora não tendo atingido os objetivos na sua plenitude.

O sindicato aceitou o acordo e o protocolo de entendimento que havia sido estabelecido e nem isso parece que vai ser cumprido. Desafiamos o Governo a retratar-se perante o Parlamento.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Secretário Regional Berto Messias pede a palavra para?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Para uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caros Colegas do Governo:

Sra. Presidente, é uma interpelação que entendi fazer sobretudo depois das referências do Sr. Deputado António Almeida, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É sempre a mesma coisa!

O Orador: ... porque diz o Sr. Deputado António Almeida que o Governo deve esclarecer o Parlamento e falar perante o Parlamento, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Responda aos requerimentos!

O Orador: ... a verdade é que nós estamos numa figura regimental, que é legítima, com certeza, mas sobre a qual o Governo não pode intervir.

Portanto, a minha questão, Sra. Presidente, é precisamente essa, se pode confirmar aquilo que estou a dizer, ou seja, na figura regimental em que estamos a discutir em que várias vezes já foi referido o Governo e o facto do Governo não esclarecer o Parlamento, é precisamente uma figura regimental em que o Governo não pode falar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Sim, Sr. Secretário, confirmo. Nesta figura regimental não será possível o Governo esclarecer o assunto que está aqui a ser tratado, considerando o entendimento que existe já há várias legislaturas de que o Governo não pode intervir no âmbito da apresentação de votos.

O Sr. Deputado António Almeida pede a palavra para?

Deputado António Almeida (PSD): Uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

É só para registar que o que nós manifestámos foi o conteúdo de um requerimento que vai ser entregue ao Parlamento, ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Não é uma interpelação!

O Orador: ... relativamente ao qual o Governo se deve retratar.

Portanto, fica reposta a nossa preocupação.

Presidente: Sim, Sr. Deputado.

O requerimento será entregue, mas efetivamente hoje esse esclarecimento não poderá ser feito.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para intervir no âmbito do debate do voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É fundamental que na governação, como em tudo na vida, exista palavra. O Governo deu a sua palavra, assumiu um compromisso com estes trabalhadores e a verdade é que não está a cumprir, isso é muito negativo, isso significa que o

Governo não tem palavra, pelo menos nesta questão, e que não cumpre as suas responsabilidades e isso é absolutamente condenável e nesse sentido nós acompanhamos este voto de protesto apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero felicitar o Grupo Parlamentar do CDS por ter trazido este voto de protesto a esta Casa, porque é justo para os trabalhadores dos matadouros.

Aliás, os trabalhadores dos matadouros já deveriam ter começado a receber em janeiro. Até hoje absolutamente nada, ou seja, o Governo não honrou a palavra dada perante aqueles trabalhadores.

Os problemas dos trabalhadores dos matadouros não se passam também só por isso, passam pela falta de mão de obra, a falta de pessoal. Aliás, podemos dar o caso concreto nesta Casa: há matadouros a trabalhar com dois funcionários nas linhas de abate. Dois funcionários! Ou seja, este Governo Regional, pura e simplesmente em relação aos trabalhadores dos matadouros da Região tem-nos defraudado em relação àquilo que prometeu desde janeiro.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda naturalmente que se associa a este voto.

Os trabalhadores dos matadouros da Região fizeram uma luta bem-sucedida no sentido de conseguir aquilo que reivindicavam, garantindo melhores condições salariais através de um subsídio de risco.

Esse incumprimento que é denunciado pelo sindicato é, em nosso entender, inaceitável e inexplicável. Agora, temos confiança também que tal como a primeira vez os trabalhadores conseguiram que o Governo cedesse às suas reivindicações, temos confiança que a luta que agora iniciam terá o mesmo ou melhor sucesso e desejamos obviamente toda a sorte e toda a força para essa luta.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Toste Parreira tem a palavra.

(*) **Deputado António Toste Parreira (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não podemos ignorar que a pandemia alterou as circunstâncias.

(Risos de alguns deputados da câmara)

Não podemos ignorar isso, no entanto informar a câmara ...

Deputado Marco Costa (PSD): É porque não houve Impérios do Espírito Santo. Não houve bodos!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quando contam uma anedota temos de nos rir!

O Orador: ... que o Governo Regional irá reunir com os sindicatos na procura de avaliar a situação.

Gostava de fazer aqui uma referência que para nós é importante, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que é realçar o empenho e o excelente trabalho realizado por todos os trabalhadores dos matadouros da Região.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não concorda com o voto apresentado pelo CDS-PP e como tal votará contra.

Disse. Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado João Paulo Corvelo pediu a palavra para?

Na figura regimental dos votos só se pode intervir uma única vez.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Sr. Secretário Berto Messias, naturalmente o CDS tem todo o gosto em ouvir sempre os esclarecimentos dados pelo Governo Regional, no caso o que se apresenta aqui é um voto de protesto, nós não estávamos à espera de ter esclarecimentos por parte do Governo Regional, porque o Governo Regional incumpriu com aquilo que era o seu compromisso.

Em relação ao Sr. Deputado António Toste a COVID-19 não pode servir para tudo, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Não é o que parece!

Deputado Marco Costa (PSD): O Sr. Secretário João Ponte hoje já vai tirar a foto no Matadouro. Não sei onde, mas vai tirar!

O Orador: A COVID-19 não pode ser uma justificação para os incumprimentos que o Governo Regional faz.

Deputado João Vasco Costa (PS): Nem existiu!

O Orador: É lamentável que o senhor tenha utilizado esta justificação, para nós é enganar os trabalhadores quando culpa a pandemia pelo incumprimento deste compromisso.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Tem é de cumprir!

O Orador: O que é facto, Sr. Deputado António Toste, é que o Governo Regional não cumpriu ainda com aquilo que se comprometeu e com o acordo que foi firmado com os trabalhadores e com o seu sindicato para acabar com a greve. É que este acordo serviu para acabar com uma greve, portanto, é lamentável que não tenha cumprido.

Eu tenho aqui o protocolo de entendimento e o acordo relativo à atualização do subsídio de risco dos trabalhadores.

Oh, Sr. Deputado, o que está aqui são os logotipos oficiais da Secretária Regional da Agricultura e Florestas, o que está aqui é o logotipo oficial do IAMA,...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... o que estão aqui são as assinaturas do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas e a assinatura do representante do IAMA.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouça, ouça!

O Orador: Está assinado. Quer reunir com os trabalhadores para quê?

Já reuniu, já assinou um compromisso e não cumpriu. É isto que nós tiramos desta história.

Mais! O meu pai sempre me ensinou que a palavra de um homem, a palavra de uma pessoa vale mais do que uma assinatura, neste caso, nem vale a palavra, nem vale a assinatura.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM)

O não cumprimento deste compromisso, Sras. e Srs. Deputados, gera descrédito para o Governo Regional, gera descrédito para o nosso processo autonómico, gera descrédito para a nossa democracia. Se este compromisso não for cumprido e não está a ser cumprido até agora ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Vai ser cumprido, Sr. Deputado. É só esperar!

O Orador: ... o que acontece é que o Governo Regional não pode esperar que haja credibilidade quando se senta a uma mesa de negociações com um sindicato e com trabalhadores daqui para a frente, porque não cumpriu com aquilo a que se comprometeu.

É inadmissível que o Governo Regional dê o dito por não dito e que volte atrás com a sua palavra. Nós consideramos que isto é um desrespeito para com os trabalhadores e é um descrédito para o Governo Regional e um descrédito para a nossa Região.

Entendemos que é obrigação desta Assembleia manifestar o seu descontentamento, protestar contra este incumprimento no exercício daquelas que são as suas funções de fiscalização e de escrutínio da ação governativa.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O voto apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e a Sra. Deputada Independente não está na sala.

Presidente: Vamos passar ao próximo voto de protesto contra a forma como o Governo Regional esconde informação e tenta escapar à fiscalização da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no âmbito da situação que o Grupo SATA está a atravessar.

É apresentado pelo PPM. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Voto de Protesto

Contra a forma como o Governo Regional esconde informação, e tenta escapar à fiscalização da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no âmbito da situação que o Grupo SATA está a atravessar

Foi solicitada, no dia 28 de maio de 2020, uma audição urgente parlamentar ao Governo Regional “no sentido de ser esclarecido um vasto de conjunto de questões relacionadas com a retoma das ligações aéreas internas, a manutenção da suspensão dos voos internacionais, o novo plano de negócios e o acesso do Grupo SATA aos apoios regionais, nacionais e europeus criados no âmbito da situação projetada pela pandemia COVID-19”.

Quarenta e três dias depois, a audição continua por agendar. O Governo Regional continua em modo de fuga. Continua a minorizar a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Continua a fugir ao contraditório. Continua a fugir às suas responsabilidades.

Entretanto, as notícias chegam-nos através dos jornais. Escritas pela pena laudatória do inevitável Gabinete de Apoio à Comunicação Social. Sabe-se hoje que foi solicitado um auxílio de Estado para o Grupo SATA na ordem dos 163 milhões de euros. Que foi remetida “uma comunicação ao Governo Regional a dar conta, na forma do Plano de Desenvolvimento 2020-2025, do potencial do Grupo SATA”. O Parlamento dos Açores é informado através dos cabeçalhos dos jornais.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PPM propõe a aprovação do seguinte Voto de Protesto:

O Parlamento dos Açores condena, de forma veemente, os permanentes obstáculos que o Governo Regional está a criar à fiscalização parlamentar no âmbito dos assuntos relacionados com o Grupo SATA.

Horta, Sala das Sessões, 9 de julho de 2020

O Deputado Regional, Paulo Estêvão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Bárbara Chaves tem a palavra.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Perante este voto de protesto só me apetece fazer uma defesa da honra, mas não vou fazer, vou-lhe explicar e vou explicar à câmara e aos açorianos o que é que se passa ou o que é que nós estamos a fazer na Comissão de Economia.

O requerimento do PPM entrou nesta Assembleia no dia 28 de maio. Distribuído à Comissão de Economia no dia 3 de junho.

Houve Comissão de Economia a seguir, no dia 12 de junho, e o requerimento foi votado por unanimidade.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Se fosse do Partido Socialista era possível!

A Oradora: Depois dessa reunião nós tivemos reunião da Comissão de Economia no dia 26 de junho ... 29 de junho, peço desculpa, e nessa reunião nós ouvimos só quatro secretários, quatro membros do Governo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Só!

A Oradora: Só! E ouvimos também a PROVISE que era um assunto que também era muito caro ao Sr. Deputado.

No dia 1 de julho tivemos novamente Comissão de Economia para ouvir, como o Sr. Deputado sabe porque também faz parte da Comissão de Economia, apesar de não ter direito a voto, mas faz parte e é membro integrante desta comissão, o Sr. Vice-Presidente do Governo e foi decidido que seria apenas a audição, porque foi convocada com dois dias de antecedência devido à importância do tema do plano e orçamento, portanto, havia ser apenas esse ponto único e a partir daí nós não tivemos mais reuniões, porque viemos para plenário.

Portanto, Sr. Deputado, e para ter uma noção do que é que se está a falar em termos de audições dos membros do Governo, desde janeiro de 2020, seis meses, apesar dos constrangimentos todos que tivemos em termos de pandemia, em termos da adaptação que foi necessária fazer por parte dos serviços da Assembleia em termos informáticos, apesar de todos estes constrangimentos nós conseguimos ouvir, solicitado por nós e convocado por mim, 16 vezes os membros do Governo na Comissão de Economia e só na Comissão de Economia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Essa é a sua obrigação!

A Oradora: Como é minha obrigação estou eu a explicar.

Em janeiro ouvimos três secretários, para abreviar, do Mar, a Sra. Secretária dos Transportes e a parte da Agricultura e Florestas.

Em fevereiro, o Vice-Presidente e o Sr. Secretário da Agricultura.

Em março, já em plena pandemia, ouvimos a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas, da Energia, Ambiente e Turismo, do Mar, Ciência e Tecnologia e o Sr. Vice-Presidente.

Em abril, ouvimos o Secretário da Agricultura, novamente a Sra. Secretária dos Transportes e Obras Públicas e novamente o Sr. Vice-Presidente.

Em maio, ouvimos mais uma vez a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas, o Secretário Regional da Agricultura.

Em junho, já ouvimos o Secretário da Agricultura e novamente ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Termino já, Sra. Presidente.

... a Sra. Secretária dos Transportes e Obras Públicas.

Porque a Comissão de Economia (e permita-me só que termine dizendo isto, Sra. Presidente) não são só as reuniões da Comissão de Economia. Também tem um grupo de trabalho a trabalhar e a fazer um bom trabalho no âmbito do furacão Lorenzo, que já teve 15 reuniões, com 10 audições, entre as quais

(contabilizando também aquela que será a reunião da próxima semana) ouvirá quatro membros do Governo.

Portanto, nós não podemos concordar de forma alguma com a tentativa que o PPM vem aqui trazer de que o Governo não está disponível para ir à Comissão de Economia esclarecer. Isso não é verdade.

Nós já ouvimos muitas vezes o Governo no âmbito da SATA, já ouvimos o Sr. Presidente da SATA também. Portanto, o Governo sempre que é convocado vai à reunião.

Também para ficar mais esclarecido e talvez mais calmo gostava de dizer que está já agendado, apesar de não ser público, mas esta é a minha competência, para a próxima Comissão de Economia, que será em princípio no dia 23 de julho, a audição a audição da Sra. Secretária Regional, audição do Governo, para audição no âmbito do requerimento apresentado pelo PPM à Comissão de Economia no âmbito da SATA.

Portanto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Partido Socialista com consciência e com responsabilidade vai votar contra este voto de protesto.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Este voto de protesto merecia um voto de protesto!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente nós apoiamos a iniciativa e este voto de protesto do PPM.

Relativamente à demora na audição da Sra. Secretária é inaceitável, mas também razão a Sra. Deputada Bárbara Chaves relativamente ao número de audições que são feitas a membros do Governo com rapidez, mas sobretudo quando são do interesse do Governo e do Partido Socialista.

Quando não são do interesse do Governo há sempre complicações.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: A segunda questão tem a ver com a realidade das reuniões online e, portanto, mais fácil neste momento é agendar uma reunião online e é possível numa mesma semana, teria sido possível e mais fácil.

Portanto, relativamente à questão das reuniões tem toda a razão o Sr. Deputado Paulo Estêvão e nós apoiamos.

Há uma outra questão: há claramente uma resistência em que se fale sobre a SATA.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sr. Deputado, esse é um assunto que está na Agenda Parlamentar!

O Orador: A audição da Sra. Secretária não é só por ser uma audição solicitada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, mas é sobretudo a fuga a discutir a situação da SATA ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Quantas vezes já se falou na Sata?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Pelo amor de Deus!

O Orador: ... e as restantes questões que são colocadas no voto de protesto têm toda a relevância. É inaceitável, estava reunido o Parlamento a discutir a revisão do plano e do orçamento e sabemos da notícia do reforço ou do pedido de ajudas de 163 milhões de euros pela comunicação social. É perfeitamente inaceitável!

Deputado Francisco César (PS): Inaceitável? Está no âmbito das competências do Governo!

O Orador: Além disso, quanto ao Plano de Reestruturação da SATA é bom que se situe a situação.

Em 2020, quer com a aprovação da revisão do Orçamento, quer por aquilo que já estava definido no orçamento inicial, a SATA...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Esta tarde temos uma proposta do Bloco de Esquerda em que este assunto vai ser amplamente discutido e o Governo aqui estará, como sempre, Sr. Deputado!

O Orador: ... tem a receber, um reforço de 50 milhões de euros do orçamento para aumento de capital e 177 milhões de euros...

Deputado Carlos Silva (PS): Quer baixar as tarifas!

Deputada Graça Silveira (Independente): Sr. Deputado Francisco César está a olhar para a Sra. Presidente porquê?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... de compensação de serviço público, uma parte substancial tendo em conta a inatividade da empresa de acordo com o artigo 26.º do Caderno de Encargos, da cláusula 26, n.º 1, alínea b).

Deputado Francisco César (PS): Isso é mentira, pelo amor de Deus!

O Orador: Com as verbas previstas no orçamento e com as verbas que constam do pedido de ajudas perfazem quase 300 milhões de euros, e é o que está em discussão aqui.

Ou seja, perante um montante tão elevado, é inaceitável que o plano de reestruturação tal como é apresentado aqui não tenha sido...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sr. Deputado, vai ser discutido esta tarde!

(Apartes inaudíveis do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares e da Deputada Independente)

Presidente: Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: É inaceitável, perante o volume financeiro envolvido na SATA, o plano de reestruturação não tenha sido remetido já ao Parlamento.

Outra questão, e que vem reforçar aquilo que disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão, relativamente à falta de informação que foi falada já neste plenário, tem a ver com o requerimento de 15 de maio, do PSD, relativamente aos custos de 2019. Relativamente ao requerimento, aquilo que foi dito pelo Sr. Secretário Berto Messias foi que constava no contrato.

Eu vou ler as perguntas que estão aqui no requerimento...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado. Não sei se terá tempo para ler as perguntas todas.

Deputado Francisco César (PS): Mas de que é que a gente está a falar?

O Orador: Eu fui interrompido vários minutos...

Presidente: Mas já estamos a contar com esse tempo, Sr. Deputado.

O Orador: ... portanto tenho direito a terminar aquilo que comecei.

Presidente: Sr. Deputado, a Mesa está a contar com o tempo pelo qual foi interrompido, portanto, terá de abreviar.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente.

Aquilo que é pedido são os custos com a aeronave em 2016, 2017, 2018 e 2019, relativamente a rendas de leasing, custos de reservas de manutenção ou outros custos decorrentes do contrato, mas também se pede o número de voos realizados. Penso que não está no contrato. O contrato não sabia quantos voos seriam realizados.

O número de horas de voo não está no contrato em cada um dos anos. Portanto, a informação que consta do requerimento não é informação que se possa retirar do contrato.

Além disso, e termino, a Sra. Secretária dos Transportes foi questionada a 15 dias do último plenário e disse que a informação iria ser prestada. Não disse que estava no contrato. É isso que aguardamos.

Há aqui um contexto de absoluto bloqueio de informação sobre a SATA.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Digo mais: as contas trimestrais do SPER não foram distribuídas ainda. Deviam ter sido distribuídas até 30 de junho.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César pede a palavra para?

Deputado Francisco César (PS): Um protesto!

Presidente: Um protesto a?

(*) **Deputado Francisco César (PS):** De que há um bloqueio por parte do Partido Socialista à Comissão de Economia!

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputada Graça Silveira (Independente): Pensava que um protesto nesta Casa era por causa de coisas que os partidos diziam e não podiam dizer.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu há pouco...

Deputada Graça Silveira (Independente): Pensava que um protesto nesta Casa era por causa de coisas que os partidos diziam e não podiam dizer.

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Peço desculpa, Sra. Presidente. Quando são protestos da oposição eles aceitam.

Presidente: E a Mesa está aqui para decidir a quem é que concede a palavra para os protestos. Portanto, não tem de se preocupar com as decisões da Mesa.

O Orador: Quando são protestos do Partido Socialista não são agradáveis de fazer.

Presidente: Sr. Deputado, tem a palavra.

O Orador: Mas é verdade. V. Exa. fez um e o Deputado Paulo Estêvão fez também.

Há pouco falava com a Sra. Presidente da Comissão de Economia (e permita-me que confidencie esta conversa), que me dizia: vais ver que todos vão ignorar o trabalho que foi feito pela Comissão e todos vão colocar em causa o trabalho da Comissão de Economia, sem qualquer tipo de problema.

Sras. e Srs. Deputados, as Comissões...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto não tem nada a ver com um protesto, Sra. Presidente. Isto é um escândalo!

O Orador: Estou a fazer o meu protesto, Sra. Presidente.

Sr. Deputado, não posso falar?

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Isto é surreal!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não! Não pode fazer um protesto a um protesto!

Deputada Graça Silveira (Independente): O senhor tem de saber usar as figuras regimentais que esta Casa permite!

(*) **Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, a Mesa é que decide como concede a palavra e o que é que permite que as pessoas possam dizer.

O Sr. Deputado Francisco César praticamente nem começou a sua intervenção.

Se eu perceber que ele não está dentro do âmbito do protesto chamar-lhe-ei a atenção como faço a todos.

Eu não percebo qual é a vossa preocupação sobre a forma como eu estou a orientar os trabalhos.

Sr. Deputado Francisco César, no âmbito do protesto que fez às afirmações do Sr. Deputado António Vasco Viveiros, tem a palavra.

O Orador: Muito bem, Sra. Presidente. Eu gostava mesmo de protestar.

Sra. Presidente, foi o Partido Socialista aqui acusado de bloquear a Comissão de Economia, nomeadamente nos esclarecimentos que devem ser prestados da parte de responsáveis em audição.

Permita-me, Sra. Presidente, que lhe diga:

O Partido Socialista protesta em relação a isso...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque a Comissão de Economia, tal como todas as outras comissões do Parlamento, tem realizado dezenas e dezenas de audições, realizado dezenas e dezenas de pedidos de documentos, realizado dezenas e dezenas de discussões no âmbito de diplomas e de requerimentos de interesse pertinente para o público.

Eu percebo, inclusive que nos digam: o Partido Socialista vetou uma audição; o Partido Socialista concorda que se deve realizar uma audição que os Srs. Deputados não concordam. O que eu não percebo é que no meio destas dezenas de audições viabilizadas pelo Partido Socialista, feitas na maior parte dos casos por V. Exas, apenas, quando a data não lhes dá jeito,...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: ... a primeira coisa que fazem é criticar a Presidente da Comissão e a Mesa da Comissão.

Eu acho, Sras. e Srs. Deputados, que isto é um desrespeito pelo trabalho de todos: é um desrespeito pelo trabalho da Comissão...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e pelos Srs. Deputados.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Porque todos nós temos as nossas prioridades.

Deputado José San-Bento (PS): Apoiado!

O Orador: Eu não percebo como é que alguém quer ouvir um conjunto de determinados secretários, combina a data das audições e noutros momentos,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual é o protesto?

O Orador: ... sabendo que já existiram audições que preencheram a agenda, reclamam pelo facto da sua agenda não estar de acordo com a sua oportunidade política.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto é um protesto?

Deputada Graça Silveira (Independente): Isto é uma vergonha!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou só terminar dizendo o seguinte:

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu percebo que estamos em período eleitoral, mas permita-me que lhe diga que acho que não deve valer tudo em campanha eleitoral.

Deputada Graça Silveira (Independente): A sério? Que hipocrisias!

O Orador: A Comissão de Economia tem realizado dezenas de audições e eu acho que isso deve ser saudado pelas Sras. e Srs. Deputados.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para um contraprotesto tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que o protesto que fez o líder da bancada deveria ter sido àquilo que foram as questões e aquilo que foi afirmado por mim.

Aquilo que fez o Sr. Deputado Francisco César foi uma resposta ao voto, a tudo aquilo que tinha sido, e infelizmente foi dito. Essa é a primeira questão.

Voltando àquilo que eu disse, tenho de reafirmar. É evidente que a Comissão de Economia, e outras, recebem com rapidez e agendam quando é do interesse do PS, quando é do interesse do Governo.

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é mentira!

Deputado João Paulo Ávila (PS): O senhor devia ter vergonha!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Quando não é os timings são diferentes. Essa é a realidade.

Relativamente às outras questões de falta de informação, isso é óbvio: se isso é um requerimento com quase 15 meses, que não foi respondido;...

Deputado Mário Tomé (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... se há um requerimento com quase 15 meses que não foi respondido, significa que há falta de informação do Governo.

Essa questão é objetiva e aguardamos que seja respondido o inquérito.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Artur Lima tinha pedido a palavra para intervir ou para outra figura regimental?

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Para me inscrever, mas também para uma interpelação.

Presidente: Já estava inscrito. Então permita-me perguntar só ao Sr. Deputado Paulo Estêvão se o seu pedido era para inscrição para intervir ou se era para outra figura regimental?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Era para uma interpelação.

Presidente: Então tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para uma interpelação.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, eu realmente nem sei o que lhe diga, não é verdade? Porque eu não sei se posso fazer um protesto a um protesto. Parece-me que regimentalmente não posso.

O Sr. Deputado Francisco César, e gostaria que a Sra. Presidente esclarecesse a interpelação que faço, e vou utilizar o termo, acusou a oposição de desprezar o trabalho da Comissão de Economia.

Ora, ao que nos diz respeito isso não é verdade, nem nós aqui dissemos uma única palavra sobre o desprezo da Sra. Presidente e muito menos da Comissão de Economia.

Eu queria saber se posso protestar.

Deputado Francisco César (PS): Claro que sim!

Deputada Graça Silveira (Independente): “Claro que sim!”

O senhor é líder de uma bancada parlamentar e não conhece o Regimento? Tenha vergonha!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, numa interpelação não há protestos a protestos, por isso não pode protestar. Posso dar-lhe nota daquilo que também já tinha dado.

Sras. e Srs. Deputados, é uma informação à Câmara.

A Mesa naturalmente gere os trabalhos da melhor maneira possível, espera a colaboração de todos.

Entendeu que as afirmações que foram proferidas davam direito a conceder o protesto e entendeu que o protesto que foi feito estava dentro daquilo que eram os limites regimentais, mas não pode protestar ao protesto.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, eu não estou, como percebeu, a contestar a condução dos seus trabalhos,...

Presidente: Sim, sim!

O Orador: ... e muito menos o direito do Partido Socialista em fazer o protesto.

O que estou a perguntar é se eu podia fazer, porque fomos acusados, sem ter sequer falado, de desprezar o trabalho da Sra. Presidente da Comissão de Economia, e da Comissão de Economia.

Era só isso. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma interpelação à Mesa tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

É uma interpelação à Mesa a respeito da orientação dos trabalhos.

A questão, Sra. Presidente, é manifestar-lhe a minha profunda discordância em relação à forma como V. Exa. conduziu este debate nos momentos que antecederam esta minha intervenção, nomeadamente ao conceder a palavra ao Sr. Deputado Francisco César.

Eu considero que é absolutamente surrealista o que aconteceu...

Deputada Graça Silveira (Independente): Exatamente!

O Orador: ... e absolutamente ilógico, porque o PPM apresentou aqui um voto de protesto e o voto de protesto o que estabelece é o seguinte:

“O Parlamento dos Açores (a nossa proposta) condena, de forma veemente, os permanentes obstáculos que o Governo Regional está a criar à fiscalização parlamentar ...”

Entretanto o Partido Socialista faz uma intervenção nesta matéria e depois para protestar contra o objeto do voto de protesto a Sra. Presidente dá a palavra ao Sr. Deputado Francisco César, e qual é a explicação que ele apresentou para fazer a sua intervenção e o seu protesto?

Deputado André Rodrigues (PS): Foi para o Deputado António Vasco Viveiros!

O Orador: Protesta contra o objeto do voto de protesto, quando já não tinha direito regimental a fazer uma intervenção.

Resultado da sua interpretação, Sra. Presidente: o Partido Socialista tem duas intervenções quando do ponto de vista regimental só tem direito a fazer uma intervenção.

Presidente: Sr. Deputado, fica registada a sua interpelação. Não é esse o entendimento da Mesa senão não teria dado a palavra ao Sr. Deputado Francisco César para um protesto.

Vamos continuar com as intervenções no âmbito do debate do voto. Está inscrito o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não podendo protestar, posso fiscalizar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Membros do Governo:

É função desta Casa e dos Deputados, fiscalizarem a atividade do Governo e é seu direito fazerem votos de protesto, de congratulação, etc.. Temos aqui um voto de protesto apresentado pela Representação Parlamentar do PPM, no seu legítimo direito, de exercer o direito de oposição, exercido nesta Casa pelos partidos.

Deputado Carlos Silva (PS): Mesmo sem razão!

O Orador: Em democracia, Sr. Deputado Carlos Ferreira, quem dá razão é o povo.

Quem pôs aqui o Sr. Deputado Paulo Estêvão, a mim, a si e a todos os outros foi o povo. Portanto, é em nome do povo, ou mais ou menos, que nós falamos. O senhor percebe? Portanto, chama-se democracia.

Deputado Carlos Silva (PS): Lido bem com ela!

O Orador: Sra. Presidente da Comissão de Economia, eu não ponho em causa, como nunca coloquei, como sabe, alguma questão que tivemos para resolver de algum agendamento.

Tive sempre a delicadeza de lhe telefonar para resolvermos o assunto, e eu não coloco em causa o trabalho da Comissão de Economia, nem de nenhuma Comissão aqui dentro.

Discordo, às vezes, de metodologias, discordo às vezes de muita coisa, com frontalidade e sempre com lealdade.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Não há ninguém aqui que me acuse do contrário. Podem não gostar do feitio, mas isso, paciência!

Agora, Sra. Presidente, o que aqui se passa, eu dir-lhe-ia o seguinte:

A pandemia agora é desculpa para isto tudo. Não se pode discutir nada por causa da pandemia,...

Deputado Carlos Silva (PS): Ninguém disse isso!

O Orador: ... mas é exatamente por causa da pandemia que este voto faz sentido, e porque faz sentido este voto e ouvir exatamente quem gere no dia-a-dia o executivo que gere a SATA, ou seja, o seu Conselho de Administração, relativamente por exemplo e por causa da pandemia, e por causa da contenção da doença, e por causa do desconfinado, que é interessante ouvir sobre a suspensão ou manutenção dos voos internacionais e em que circunstâncias. Era importante saber qual o plano da SATA, era importante saber como é que o vai fazer, teria sido importante ouvir o Sr. Presidente do Conselho de Administração ou quem ele indicasse e teria sido talvez mais importante, com o devido respeito, do que ouvir a Sra. Secretária, ouvir o Conselho de Administração.

Portanto, eu já nem vou à questão dos 163 milhões que se queria saber e cada vez sabemos mais pela comunicação social. Já não vou a esse âmbito.

Mas também queríamos saber relativamente...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente.

... aos apoios nacionais. Portanto, tem aqui: “acesso do Grupo SATA aos apoios regionais”. Era ou não era interessante saber na época da COVID?

O apoio do Grupo SATA aos apoios nacionais. Era ou não era interessante saber no âmbito da COVID?

Os apoios europeus criados no âmbito da projetada pandemia COVID 19. Era ou não era importante o Conselho de Administração ter alguma coisa a dizer nesta matéria?

Portanto, não custaria nada, acho eu, já não vou ao resto, ouvir sobre esta matéria o Conselho de Administração do Grupo SATA.

Sra. Presidente da Comissão de Economia, vou dizer-lhe uma coisa, e para terminar, com uma frase sua: naturalmente que o Partido Socialista vai votar em consciência. É a sua consciência esse voto.

Deputado Carlos Silva (PS): A nossa consciência!

O Orador: A oposição votará com a nossa consciência.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Mas devo dizer-lhe que a oposição votará com responsabilidade e ao Partido Socialista faltará a responsabilidade democrática...

Deputado Carlos Silva (PS): É a sua opinião!

O Orador: ... de ter ouvido o Conselho de Administração e esclarecer o acionista maioritário da SATA, que é o povo dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo (está ali atrás a ouvir-nos):

Sra. Presidente, factos! Vou falar de factos!

Tenho aqui na minha mão um requerimento que apresentei ao Governo Regional sobre cópia do documento que comporta o Plano Operacional e Estratégico que foi remetido pelo anterior Presidente do Conselho de Administração e mais outras informações muito relevantes. Este é o único requerimento que não foi respondido à Representação Parlamentar do PPM...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Foi respondido aqui!

O Orador: ... e coloquei a pergunta oral (transformei porque não foi respondido o requerimento) e a resposta do Sr. Secretário foi a seguinte: não lhe quero dar esta informação, não lhe posso dar esta informação, não lhe vou dar esta informação.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não foi só isso!

O Orador: O Governo decidiu não lhe fornecer esta informação. Foi esta a resposta que o Sr. Secretário deu. Está no Diário das Sessões.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Está, pois está!

O Orador: De facto, o Governo recusou-se a entregar cópia deste documento. Isto é um facto.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Tendo em conta a desatualização dos factos!

O Orador: Há aqui outro facto que queria aqui referenciar. É que foi solicitada a audição urgente da Sra. Secretária dos Transportes e do Sr. Presidente do Grupo SATA, foi solicitada há 43 dias, uma solicitação urgente, da audição urgente sobre esta matéria. Há 43 dias! E o Governo não manifestou nenhum interesse e não se realizou a audição.

Mais! Em relação ao que disse a Sra. Presidente da Comissão de Economia, eu não lhe atribuí nenhuma responsabilidade. Eu sei bem que não tem responsabilidade! Eu sei bem que é o Governo Regional que não quer ir à Comissão. Eu bem sei isso.

Eu não lhe atribuí qualquer tipo de responsabilidade.

Eu não disse que a senhora é culpada disto ou daquilo, porque vejamos bem, durante este período, do pedido de audição, a Sra. Secretária dos Transportes esteve não esteve na Comissão?

Esteve!... Esteve para responder a outras questões, mas já não tinha tempo, já havia dificuldades de agendamento para responder a esta questão de uma audição urgente.

A Sra. Secretária dos Transportes está disponível para falar de outros assuntos, mas há dificuldades de agenda. Era como se o dia do Governo Regional tivesse apenas meia hora ou uma hora. A pergunta é: teve disponibilidade para falar de outros assuntos e não teve deste?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Eu acho, e vou terminar, Sra. Presidente, que é um escândalo que o Parlamento Regional não seja informado sobre esses assuntos, que seja bloqueado constantemente, que não tenha acesso a esta informação e aquilo que se sabe é pelos cabeçalhos dos jornais. É pelos cabeçalhos dos jornais que o Parlamento dos Açores é informado. Isto significa que existe um relacionamento institucional, uma falta de respeito do Governo Regional em relação ao Parlamento dos Açores, porque esta informação tem de ser remetida, em primeiro lugar, para o Parlamento do Açores, até porque já lhe tinha sido solicitada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Bárbara Chaves pede a palavra para?

Deputada Bárbara Chaves (PS): Uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Será que posso fazer uma interpelação à Mesa, Sr. Deputado Paulo Estêvão?
Muito obrigada.

Sra. Presidente, apenas para informar e para pedir à Sra. Presidente que distribua (e vou fazer chegar à Mesa) as convocatórias da Comissão de Economia deste ano, assim como o índice cronológico da entrada do

requerimento do PPM e todo o seguimento da tramitação normal, para conhecimento da câmara.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Depois de recebermos pela Mesa será distribuído.

Sr. Secretário Regional Berto Messias, pede a palavra para?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Para uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Tendo em conta as referências feitas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão sobre o Diário das Sessões em que eu respondi à pergunta oral em que o Sr. Deputado diz que eu disse que o Governo não quer responder a isso, pedia-lhe que distribuísse, sou eu que insisto na distribuição desse Diário das Sessões, em que ficará claro que não foi nesses termos que eu me referi à câmara, nem ao Sr. Deputado Paulo Estêvão. Referi-me em concreto ao documento, à sua desatualização total e, por isso, não seria entregue, seria entregue quando tivéssemos um documento atualizado e feito pelo novo Conselho de Administração.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Penso que é para uma interpelação, Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação no sentido que seja distribuída à câmara a agenda de trabalho da Comissão de Economia onde se pode constatar que, durante este intervalo de tempo entre a solicitação desta audição urgente ao Governo, a Sra. Secretária

dos Transportes esteve efetivamente em reuniões com a Comissão de Economia.

Presidente: Sim senhor, depois eu hei de fazer essa compilação de todos os documentos para distribuir.

A Mesa não tem mais inscrições. Vamos então agora passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O voto apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor da Sra. Deputada Independente.

Presidente: Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia e cinco minutos.

Eram 11 horas e 35 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 09 minutos.

Falta a apresentação de um voto de protesto para concluirmos a apresentação dos votos. Este voto é apresentado também pelo PPM contra as declarações proferidas a propósito da situação ocorrida no Nordeste no âmbito da pandemia da doença COVID-19, pelo Governo Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Contra as declarações proferidas, a propósito da situação ocorrida no Nordeste no âmbito da pandemia da doença COVID-19, pelo Governo Regional

O atual Diretor Regional da Saúde concedeu, no passado dia 20 de junho de 2020, uma entrevista ao jornal “Diário Insular”. Na mesma, este membro do Governo Regional abordou a grave situação que ocorreu no Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia do Nordeste no âmbito da atual pandemia da doença COVID-19.

O Governo Regional geriu, como todos os governos do mundo, a situação criada pela pandemia com acertos e erros. Foram tomadas decisões corretas e outras menos corretas. O que não pode existir é inimputabilidade política. Existem coisas que para serem ditas têm de ser provadas. Que se são ditas, não devem esconder-se em generalizações que prejudicam a reputação de todos e que não salvam a de ninguém.

É por isso que não são aceitáveis as declarações do Diretor Regional da Saúde, em que o mesmo afirma que **“tivemos profissionais de saúde que foram exercer já com sinais de sintomas de infeção, não deveriam ter ido. Se o foram, deviam ter utilizado equipamento de proteção individual. Começou logo por aí. As pessoas, na altura, deviam ter adotado os comportamentos certos, o distanciamento, a etiqueta respiratória, a lavagem das mãos. São medidas que não se vê a eficácia, as pessoas acham demasiado simples, mas acabam por fazer toda a diferença. Colocou-se em perigo toda uma instituição como o Hospital de Ponta Delgada e, depois, a estrutura residencial para idosos. Teve um efeito dominó. O impacto no Hospital de Ponta Delgada conseguiu minimizar-se, na estrutura residencial para idosos, a verdade é que existiu um impacto maior, por via de uma população mais sensível”**.

Estas afirmações são demasiado graves. Lançam, de forma absurdamente genérica, uma acusação gravíssima aos profissionais de saúde que exercem funções no Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada. São, por isso mesmo, intoleráveis.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PPM propõe a aprovação do seguinte Voto de Protesto:

O Parlamento dos Açores condena, de forma veemente, as declarações do Governo Regional dos Açores, proferidas no dia 20 de junho, no jornal “Diário Insular”, no âmbito das quais se atribui, de forma genérica, responsabilidades graves aos profissionais de saúde que desempenham as suas funções no Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada.

Horta, Sala das Sessões, 9 de julho de 2020

O Deputado Regional, Paulo Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição. Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

(*) **Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Espanta-nos que no uso de factuais neste voto do PPM esteja a tentação da sua generalização incorreta. Tanta indignação fácil *a posteriori*, tanta conjetura sem enquadramento sobre os factos.

Esclarecendo, importa dizer o que foi e é ainda, nesta pandemia, a resposta dos serviços de saúde por todo o mundo. Ninguém estava preparado, mas realçamos que o nosso Serviço Regional de Saúde teve a capacidade de se reorganizar para atuar adequadamente quando se ativaram todas as outras medidas preconizadas para defesa da saúde pública.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Nos Açores, fruto da implementação de medidas de contenção acatadas por uma população esclarecida e responsável, fomos elogiados por todos os que acompanharam a evolução desta primeira vaga pandémica, continuamos mesmo com custos sociais e económicos associados a proteger as nossas populações.

Conseguimos ser uma das primeiras regiões da Europa livres de COVID nas sus populações, agora, com a responsabilidade de rastrear-nos e conter-nos todas as importações desta doença.

Este é o desafio do desconfinamento com abertura das nossas fronteiras sanitárias, agora que as quarentenas obrigatórias, ainda em vigor nalguns países, foram contestadas nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: O egoísmo ancorado numa legislação que não previa riscos pandémicos sobrepôs-se ao bom senso de todos sermos necessários nesta contenção.

Nos Açores também não estávamos preparados, mas conseguimos a reorganização adequada e mantemos uma estrutura de monitorização e de alerta invejável com muita dedicação e sacrifício de técnicos que no terreno tudo fazem para nos proteger.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

“Há homens e mulheres que lutam um dia e são bons, há os que lutam um ano e são melhores, há os que lutam muitos anos e são muito bons, mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis”, assim disse Bertolt Brecht.

Por causa destes que são imprescindíveis não falhamos, pese a vontade de alguns para que tal acontecesse.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista repudia esta maneira de fazer uma análise factual deturpada de toda uma envolvência de todos os técnicos e

responsáveis pela nossa saúde pública nesta luta que ainda continua e votará obviamente contra este voto de protesto.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É dever democrático desta Assembleia e dos partidos da oposição apresentarem aqui votos de protesto: votos de protesto sobre a atividade governativa, votos de protesto sobre uma outra atuação de algum... Não foi feita uma audição, como já aqui foi feito.

No caso vertente eu queria, em primeiro lugar, prestar o reconhecimento, quer pessoal, quer em nome do Grupo Parlamentar do CDS, à Autoridade Regional de Saúde. À Autoridade Regional de Saúde que numa circunstância muito difícil tomou as medidas que considerou adequadas para a defesa e proteção da saúde dos açorianos.

Sabe o Sr. Presidente do Governo, que algumas vezes conversámos sobre essa matéria, que concordava-se mais com umas, menos com outras, mas há uma coisa que eu sempre pus acima de qualquer interesse político-partidário e acima de qualquer querela político-partidária.

É claro que o Sr. Diretor Regional não foi isento de erros, porque é humano; é claro que o Sr. Diretor Regional fez o melhor que sabia e podia e muitas vezes num ato de profunda dedicação, de isolamento e solitário tomou medidas que tinha de tomar. E tomou-as. E o resultado foi que saímos bem desta primeira

vaga da pandemia. É justo também fazer-lhe aqui o reconhecimento, não que ele precise, nem que eu tenha qualquer dever de o fazer, mas sinto também como profissional de saúde de fazer isso.

É claro que o que aqui é dito é verdade. Se eu sei que sou SARS-CoV-2 positivo não devia ir trabalhar, mas isso é normal; ou se fui devia ter ido com a proteção adequada.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente.

Mas devo dizer-lhe que medidas que aqui são referidas e que as pessoas se esqueceram e que muitas vezes provocam uma coisa terrível nos hospitais (quem é profissional de saúde sabe isso) são as infeções hospitalares que se evitam com uma medida simples: lavar as mãos e desinfetar as mãos de uma enfermaria para outra enfermaria.

Essas medidas se forem ainda hoje em dia tomadas, lavar as mãos, usar a máscara, medidas simples que as pessoas às vezes esquecem, nunca é demais chamar a atenção.

Portanto, não posso acompanhar de maneira nenhuma, o Grupo Parlamentar não pode acompanhar de maneira nenhuma, este voto de protesto, porque é injusto relativamente a quem naturalmente com alguns erros, mas com muita eficácia também tratou e protegeu a saúde de todos nós.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O CDS esgotou o seu tempo para o PTAP.

Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Exma. Senhora Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo e restantes Membros do Governo:

Estamos aqui a falar de um voto de protesto sobre umas palavras proferidas pelo Sr. Diretor Regional no âmbito de uma entrevista e não vamos aqui

misturar aquilo que foi, ou aquilo que aconteceu durante esta pandemia, nomeadamente a prestação de profissionais de saúde, porque ninguém está aqui a pôr em causa a sua prestação. Já por diversas vezes este Grupo Parlamentar não se inibiu de elogiar os mesmos e continuará certamente a fazê-lo.

Portanto, que isso fique bem claro, que não é isso que está aqui em causa, mas sim declarações que foram proferidas. Portanto, já não é a primeira vez, e isso tenho de referir, não me parece de facto justo que por mais uma vez o Sr. Diretor Regional tente minorizar aquilo que é a capacidade dos açorianos quando diz que são medidas que não se vê eficácia, que as pessoas acham demasiado simples.

A questão é: então qual é o papel da Autoridade Saúde Regional e do Governo Regional quando deve informar e sensibilizar a população para a importância destas mesmas medidas?

É também este o papel da Autoridade de Saúde Regional e do Governo Regional.

São medidas simples?

Pois são, mas se as pessoas têm de ter perceção da simplicidade e da eficácia das mesmas, cabe ao Governo Regional e à Autoridade de Saúde Regional informar, sensibilizar e produzir campanhas de educação para a saúde que sejam eficazes. Essa é a função de quem nos governa e mais um exemplo disso foi o que aconteceu relativamente à descoordenação do uso de máscaras, que não eram importantes num dia e depois já eram importantes, mas efetivamente ao longo desse tempo a campanha de educação para o uso correto de máscaras não foi eficaz e hoje em dia lamentavelmente vemos exemplos de pessoas que não foram educadas nesse sentido, o que nós lamentamos.

Mas também gostaria de contextualizar estas declarações que são proferidas no voto de protesto relativamente a um assunto que também temos tido alguma discordância, nomeadamente à questão do Lar do Nordeste, e porquê? Porque consideramos, e já o dissemos, que a atuação da Autoridade de Saúde Regional

foi, neste caso, imprudente, sobretudo por ter demorado bastante tempo, ou mais do que o previsível, a encerrar o lar.

Portanto, nós sabíamos o que é que estava a acontecer naquele lar.

A 19 de abril, quando questionado em conferência de imprensa, o Sr. Diretor Regional disse que não ia a reboque de ninguém, que não encerrava o lar. O que é certo é que no dia 5 de maio, após vários casos e após várias mortes, o lar foi encerrado, e bem, já o deveria ter sido antes.

Certamente após o encerramento do lar, curiosamente e ainda bem, o número de novos casos reduziu drasticamente. Portanto, esta era uma medida que se impunha tomar de forma imediata para obviamente evitar outras consequências. Portanto, à reboques que salvam vidas. Este teria sido um bom exemplo, seguramente, para o Sr. Diretor Regional ter acatado.

Pensamos nós que esta imprudência seria de evitar, e portanto ficamos surpreendidos e até tristes que se tente minorizar mais uma vez a população açoriana quando desde sempre mostraram com bastante resiliência que são capazes de aprender desde que alguém tenha disponibilidade e demonstre a necessidade de ensinar e informar os açorianos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este voto pretende protestar contra as declarações do Diretor Regional da Saúde, declarações acerca de uma situação que todos sabemos teve uma enorme gravidade, afetou muitas pessoas, perderam-se vidas. É o trabalho também das pessoas e a sua responsabilidade enquanto profissionais, e enquanto autoridades, que está aqui em causa.

Para o Bloco de Esquerda este assunto não pode de forma alguma ser discutido. Um assunto com esta delicadeza, com esta complexidade, com esta importância, não pode ser discutido através de um voto de protesto.

A leviandade de trazer aqui um voto de protesto sobre um assunto destes não pode ter o apoio do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e votaremos contra o mesmo.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O que está aqui em causa, e este é o local para o afirmar, são afirmações absolutamente levianas. Leviandade é dizer tivemos profissionais de saúde que foram exercer, já com sinais de sintoma de infeção, e que não deveriam ter ido. Mas quem é o enfermeiro e o médico que vai, conscientemente, com sintomas, prestar serviço podendo transmitir a doença aos doentes que está a tratar?

Quem é que faz isso?

Aqui não é identificada a pessoa que o faz. É lançada uma acusação para todos os profissionais de forma genérica. Isto é que é leviano! É fazer afirmações destas, fazer afirmações que atingem todos os profissionais que trabalham no hospital de Ponta Delgada. A leviandade é esta e não é outra.

Eu não admito, não posso calar este assunto, por politicamente que pareça incorreto. Eu estou aqui para exercer uma missão de cidadania, e eu não posso aceitar que se lance esta acusação, porque eu pergunto: que enfermeiro, que médico é que vai trabalhar com sintomas da doença COVID-19? E que enfermeiro e que médico é que tem uma ignorância tão grande sobre este

assunto que o faz sem ter essa perceção, quando tem preparação específica para essa matéria?

E mais! Se foram, deveriam ter utilizado equipamento de proteção individual.

Então foram, sabiam e não utilizaram as máscaras? Não utilizaram equipamento de proteção individual?

Os senhores não percebem até que ponto este tipo de afirmações são gravíssimas? Até do ponto de vista de alguém que quer ir aos tribunais responsabilizar os profissionais de saúde que cometeram estes atos?

Porque todos, todos, todos são referenciados pelo Sr. Diretor Regional da Saúde, porque ele ao não identificar ninguém e ao dizer que existiram, são todos suspeitos desse tipo de comportamento. Isto é aceitável?

Leviandade é este Parlamento não tomar uma decisão sobre esta matéria e não dizer claramente ao Governo Regional, claramente ao Diretor Regional de Saúde: o que o senhor disse é errado! O que o senhor disse não se diz!

Essa generalização sobre todos os profissionais de saúde que trabalham no hospital de Ponta Delgada, essa generalização que o senhor fez é errada. É errada!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: É por isso que eu estou indignado com esta situação, porque não há inimputáveis políticos na nossa Região, nem em sítio nenhum.

Nós podemos fazer muitas coisas bem e devemos ser enaltecidos por isso, e as pessoas reconheceram.

Mas quando se fazem afirmações deste tipo elas não podem passar em claro, pelo menos da parte da Representação Parlamentar do PPM não passam de certeza absoluta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM também esgotou o seu tempo para o PTAP.

Vamos então passar à votação deste voto de protesto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O voto apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do Partido Socialista, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto a favor da Sra. Deputada Independente e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Encerrámos a apresentação dos votos. Vamos então agora iniciar as declarações políticas. Pela ordem que temos cabe ao Bloco de Esquerda fazer a sua declaração política.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O final desta legislatura é marcado por uma pandemia global que lançou incerteza, medo e sofrimento um pouco por todo o mundo.

Esta crise sanitária, criou também uma crise económica e social, também ela global, à qual os Açores não ficaram imunes.

O dia de amanhã é uma incógnita no que respeita às questões ligadas à saúde, mas também quanto à economia e às consequências sociais da crise económica.

Hoje, exige-se do poder político uma resposta musculada, célere, e de uma robustez sem precedentes. Não pode haver hesitações.

Mas ao mesmo tempo exige-se um discurso claro e práticas consequentes com o discurso que transportem para a população segurança e confiança.

Segurança e confiança são fatores chave para um processo de desconfinamento bem-sucedido.

Nesta situação de pandemia, como a que vivemos, exigiram-se medidas drásticas de confinamento, mas todos sabemos que elas não se podem eternizar.

Os desafios que se colocam no período de levantamento progressivo das medidas de confinamento são de gestão muito mais difícil que no período anterior.

Mais difícil do que confinar é desconfinar.

No caso concreto da saúde, o Governo implementou medidas acertadas, como sejam os testes gratuitos no continente com uma abrangência territorial alargada, medida de grande alcance, sem paralelo, no país.

Mas não se compreende de modo algum a demora que existe nas respostas aos testes à Covid-19 feitos aos passageiros que entram na região e que aqui fazem teste.

Não se compreende ainda que, apesar das promessas, não se realizem testes na Horta, ou no mínimo um forte reforço da capacidade e celeridade de resposta nos laboratórios existentes.

Esta situação deveria ter sido devidamente calculada e precavida no plano de desconfinamento aplicado pelo Governo Regional.

Implementou-se uma ideia sem que se tenham criado condições mínimas para que ela seja bem-sucedida.

É positiva, obviamente, a existência de uma consciência pública fora dos Açores de que a região é um local seguro. Nota-se o esforço realizado na promoção da região e ele é importante.

Contudo, as constantes notícias de atrasos no resultado dos testes, a ultrapassagem de prazos apontados pelo próprio Governo, minam a confiança tão necessária nesta fase.

E não me refiro particularmente aos turistas, mas à população residente, que perante tal avalanche de notícias, aumenta a sua ansiedade e preocupação. Fatores que derivam de toda esta incerteza. Mais uma vez, a segurança e a confiança sofrem.

Consideramos ainda que é inexplicável, que tendo o Governo se comprometido com a apresentação de um plano de recuperação das listas de espera de cirurgias

e consultas provocadas pela pandemia, não apresente os números desses cancelamentos e muito menos apresente o plano concreto para superar o muito que ficou por fazer.

Nessa mesma linha, e como ontem se confirmou no debate do orçamento suplementar, o Governo Regional não apresenta dados em pormenor no que diz respeito ao investimento no setor da saúde.

Diz o Governo que contratou mais 197 profissionais de saúde.

Mas quais as categorias profissionais desses profissionais? Essa é informação confidencial? Não têm os açorianos o direito a saber?

O reforço de verba para a saúde será para que áreas? Ou ele é simplesmente para pagar dívidas passadas do SRS, como foi avançado como hipótese no debate?

Nada disto tem respostas concretas e esta prática de esconder o jogo não gera a confiança que a situação impõe.

Na educação as respostas que obtivemos sobre o próximo ano letivo não passam de generalidades. Nem a uma pergunta crucial e tão simples como seja a existência, ou não, de desdobramento de turmas o Governo é capaz de responder.

Como podem pais, professores e alunos confiar no Governo desta forma?

Sobre os trabalhadores da saúde e a resposta às suas mais do que legítimas pretensões, nomeadamente enfermeiros e técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, a única resposta que se consegue obter é que a 31 de agosto o Governo irá impor a sua vontade contra tudo e contra todos.

Temos de perguntar por que razão o critério que o Governo utilizou, e bem, para a contagem de tempo de serviço dos professores, não se aplica, por exemplo, aos enfermeiros?

Não bastam palmadinhas nas costas e votos de louvor a quem tudo tem dado pela saúde pública. Nem mesmo um prémio como o que foi aprovado no Orçamento, e que o BE votou a favor, é compensação suficiente. É positivo,

mas é efémero e não confere estabilidade e em pouco contribui para a melhoria das condições da carreira.

Como podem estes profissionais de saúde confiar no Governo?

A verdadeira homenagem e o verdadeiro prémio seria acabar com a injustiça a que estes profissionais têm sido alvo por parte do Governo Regional.

A confiança que é necessária sempre, mas que nesta fase é crucial também não se obtém sem posições claras no que respeita à situação dos trabalhadores das empresas apoiadas pelos vários apoios extraordinários criados no contexto da resposta à crise pandémica.

Propusemos a garantia de manutenção de todo o emprego e salário dos trabalhadores do setor privado das empresas apoiadas. Mas a resposta que obtivemos do Governo foi uma explicação redonda que não garante nada e que até o Governo tem dificuldade em explicar.

Estamos como sempre estivemos nesta crise do lado da luta contra esta pandemia e na procura de respostas à crise social com responsabilidade e sentido de serviço público para com os açorianos e açorianas.

Mas não podemos deixar de levantar a nossa voz quando a atuação do Governo mostra pouca clareza nos objetivos e na sua concretização, minando a segurança e a confiança essenciais neste período de incerteza.

A falta de um plano de recuperação das consultas e cirurgias que ficaram por realizar, a desorganização na gestão dos testes à Covid-19 para quem à Região a partir do exterior, a não valorização das carreiras dos profissionais de saúde, a enorme incerteza sobre como será o próximo ano letivo nas escolas, a falta de garantias de manutenção do emprego e do salário, mesmo nas empresas que vão receber apoios públicos, demonstram desorientação por parte do Governo Regional e geram insegurança e falta de confiança nas pessoas.

Ninguém pode ficar para trás! Este tem de ser o lema das medidas de resposta à crise económica provocada pela pandemia. Mas, infelizmente, as políticas do Governo são contraditórias.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições. Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

As preocupações que o Bloco de Esquerda traz nesta declaração política que versa grande parte dela sobre a saúde, são também preocupações nossas que já foram aqui recentemente manifestadas também no âmbito de uma declaração política e também no âmbito do debate sobre o Orçamento Suplementar.

Mas vou começar por uma questão que efetivamente nos últimos dias tem gerado aqui discussão, porque de facto há algo que não está a correr bem e já ultrapassámos o tempo que a Sra. Secretária disse que iria ser necessário para resolver, nomeadamente a nível do Bot, mas há algo que continua a não correr bem.

Veio aqui o Bloco de Esquerda falar sobre a questão dos testes que são feitos no continente. Eu posso dizer por experiência própria que já me aconteceu, infelizmente, ter de ficar uma hora e meia, já na chegada, à espera do resultado do teste. Efetivamente há aqui uma falha de comunicação que terá de ser resolvida, sendo que efetivamente neste caso concreto não é culpa do Governo Regional, mas que há aqui esta articulação deficitária.

Mas lembrar que esta possibilidade de se fazerem testes na origem foi o motivo desta bancada apresentar um requerimento no dia 4 de junho a perguntar se efetivamente o Governo estava disponível para essa opção, porque achávamos nós que do ponto de vista da segurança dos açorianos a mesma seria importante.

Deputado Luís Maurício (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: Felizmente, o Governo atendeu àquilo que esta bancada propôs e possibilitou uma lista de laboratórios que fazem, de facto, este teste na origem e que depois apresentam os resultados.

E também porque sabíamos que há profissionais de saúde que estão cansados, que trabalham dentro de tendas com condições que às vezes não são as mais desejadas, até porque com o verão e dentro de uma tenda, à porta de um aeroporto, há por vezes temperaturas que atingem os 36 graus centígrados e os profissionais de saúde, com todo o equipamento de proteção individual, têm de passar por estas dificuldades. Isto, sim, são condições de trabalho de penosidade que infelizmente não há esse reconhecimento.

Portanto, com a abertura da Região, com a chegada de mais passageiros, era importante facilitar este processo de realização de testes, até porque era importante também aliviar a carga de trabalho destes profissionais de saúde que estão no terreno.

Mas estes atrasos nos resultados dos testes, infelizmente, continuam a existir.

O “bug” que a Sra. Secretária falou na terça-feira pelos vistos ainda não foi ultrapassado e, Sra. Secretária, de facto, há aqui a nível de coordenação algo que não está a funcionar bem e pergunto-lhe muito diretamente, sendo uma notícia que saiu há poucos minutos, e que está a circular nas redes sociais, que diz que o caso ativo da Terceira deixou ontem a ilha Terceira à revelia das autoridades.

Sendo esta uma notícia não oficial, eu penso que importa esclarecer aqui de facto o que é que aconteceu com o único caso ativo na ilha Terceira, porque de facto a notícia diz que este caso se sentia abandonado e que viajou ontem para Lisboa à revelia das autoridades.

A mesma fonte diz ainda que o doente se queixava de falta de resposta ao mais recente teste efetuado há vários dias.

Portanto, aproveito aqui esta oportunidade para que se faça um cabal esclarecimento desta situação porque me parece importante.

Para terminar, gostaria apenas de referir, e ainda no âmbito da saúde, que nos congratulamos com o facto da resolução que foi aqui entregue com carácter de urgência relativamente às carreiras dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, porque de facto a mesma já fez o seu trabalho e já foi, consideramos nós, feliz porque a reabertura do processo negocial com os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica já foi anunciada tal como pretendia o ponto resolutivo da nossa resolução.

Recordo que a última reunião tinha acontecido no dia 27 de janeiro, tinha sido programada uma nova reunião para o dia 28 de fevereiro que não aconteceu. Portanto, todo o processo foi parado.

Felizmente, após estes novos desenvolvimentos o Governo já demonstrou vontade para negociar com estes técnicos e já tem uma nova reunião agendada para o dia 31 de julho. Portanto, congratulamo-nos já com o facto desse anúncio e da reabertura do processo negocial, porque de facto estes técnicos também são imprescindíveis para o bom funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Domingos Cunha tem a palavra.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A declaração política que aqui trouxe o Bloco de Esquerda, e no que diz respeito em particular à saúde, e relativamente aos testes que também agora foram objeto por parte da Sra. Deputada Mónica Seidi, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer reafirmar aquilo que tem reafirmado, e aliás os próprios partidos e as várias bancadas o que têm feito ao longo deste período é elogiar e enaltecer os profissionais de saúde, o Serviço Regional de Saúde, o trabalho que

têm tido, a maneira empenhada e humanizada com que têm trabalhado, muitas vezes em circunstâncias, como também referiu a Sra. Deputada, que às vezes não são as ideais, mas o que é certo é que o Serviço Regional de Saúde tem tido a capacidade de responder às situações e aos desafios que têm sido colocados nesta matéria.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: E todos os dias, as informações que todos nós recebemos nos nossos mails é que tem aumentado o número de análises que têm sido feitas, têm sido identificadas as situações que têm sido surgidas, têm sido tomados mecanismos adequados para identificar as situações e todos aqueles que eventualmente possam ter convivido com os portadores do vírus, têm sido tomadas medidas que sob o ponto de vista da saúde pública são as mais adequadas e aquelas que são pertinentes nesta matéria, e por isso nós regozijamo-nos por esta atuação do Serviço Regional de Saúde e dos seus profissionais.

Deixamos novamente e reafirmamos o nosso apreço por este trabalho que tem sido árduo, mas que tem sido muito produtivo em prol da saúde pública de cada açoriana e de cada açoriano.

É evidente que nós reconhecemos que às vezes nem sempre as notificações ocorrem quando deviam ter ocorrido. Nós sabemos todos, e quem trabalha nesta área reconhece e sabe quais são as complexidades de um sistema informático que obriga a introduzir toda a informação correspondente a cada um dos cidadãos que são sujeitos aos testes.

Nós também tudo fazemos, e tem sido feito, para que não surjam situações que já aconteceram e foram identificadas como a possibilidade, e muitas vezes isso tem acontecido, embora em muitos poucos casos, mas é verdade que já aconteceram, que haja às vezes alguns cidadãos que deem indicações, que não são as corretas, dos seus contatos. Isso, de facto, é uma das situações e uma das

grandes preocupações que o Governo tem tentado ultrapassar através da implementação de sistemas de controlo efetivo destas realidades.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É muito importante que, de facto, os testes sejam feitos na origem, com certeza, sem dúvida que é fundamental, mas também nós sabemos e por aquilo que somos confrontados é que a grande maioria das pessoas que se têm deslocado para a Região não fazem esses testes.

Sem dúvida nenhuma que os laboratórios que os fazem na Região têm dado uma resposta efetiva, competente, célere, nesta matéria.

Também é verdade, e reconhecemos isso, que nem sempre tem a informação no tempo adequado. Aqui já foi dito, ontem ou anteontem, pelo Sr. Deputado Artur Lima, reconhecemos isso, que não tem sido dada a resposta no tempo adequado, como também reconhecemos que por razões que não conheço nem podemos explicar, é que muitos dos rastreados também recebem informação 12 ou 24 horas depois.

Portanto, há aqui um conjunto de situações que têm sido uma preocupação constante e permanente do Serviço Regional de Saúde de maneira a agilizar todo este procedimento e todo o contacto com cada um dos cidadãos.

Por isso, gostaria de terminar só dizendo uma afirmação e deixando aqui uma indicação à Sra. Deputada Mónica Seidi: é que trazermos aqui situações de redes sociais é sempre um perigo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: ... e se nós começarmos a trabalhar sob situações de redes sociais isto é uma situação que esta Casa, estes açorianos que estão aqui representados e aqueles que estão fora, provavelmente não sairão beneficiados: não sairão beneficiados deste tipo de discussão, não sairão beneficiados da abordagem destas questões por esta via.

Nós temos de trazer casos concretos,...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Mais concreto não há!

O Orador: ... estamos aqui dispostos para isso, para ouvir, para responder e assumir.

Agora, trabalhar sobre assuntos que são objeto de redes sociais penso que para nenhum partido e para nenhum cidadão é importante.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tentando ser sintética porque me resta muito pouco tempo, eu penso que o caso concreto é simples, não são redes sociais. O caso positivo da Terceira saiu ou não saiu da Região à revelia do Serviço Regional de Saúde?

Que a situação dos testes está como está porque os sistemas informáticos são complexos, eu peço imensa desculpa, Sr. Deputado Domingos Cunha, não podem ter essa complexidade toda, porque a Autoridade Regional de Saúde todos os dias dá publicamente o resultado dos testes. O grande problema é as pessoas que fazem os testes não recebem o seu resultado.

Não acredito que toda a gente dê o número de telefone errado, mas também como já foi dito aqui ontem pelo Sr. Deputado Artur Lima, pessoas que estão à espera 3 e 4 dias pelo teste, ligam 20 vezes para o Sistema Regional de Saúde.

Então se o Sistema Regional de Saúde está muito preocupado com o número de telefone errado, como é que fica sem atender 20 tentativas de contacto?

Portanto, a situação não está a funcionar bem. Já tive oportunidade de perguntar à Sra. Secretária, sem resposta, ontem ou anteontem, se o Sistema Regional de Saúde, neste momento, tem a capacidade de rastrear os contactos próximos, se um teste ao quinto ou ao sexto dia der positivo? Porque não estando a pessoa obrigada a estar em confinamento, está a fazer a sua vida social normal. É

possível rastrear os contactos próximos ao fim do sexto dia de um teste positivo?

E também perguntei-lhe na altura se os 95 milhões para a saúde eram efetivamente para pagar os 120 milhões de dívida que os hospitais tinham no final de 2019, ao qual também respondeu.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Secretária Regional da Saúde tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde** (*Teresa Machado Luciano*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Cara e Caros Colegas:

O Serviço Regional de Saúde é uma prioridade do Governo da Região...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): A senhora diz isso todas as vezes!

A Oradora: ... porque é sem dúvida uma prioridade e o facto disso são os resultados que temos tido.

Relativamente ao caso positivo da Terceira, o comunicado da Autoridade de Saúde foi publicado agora. Este caso positivo tinha já um teste negativo, sabia que só com dois testes negativos é que era dado como curado. Teve um segundo teste positivo a 7 de julho. Incumpriu as medidas de isolamento profilático determinadas pela Delegação de Saúde, neste caso de Angra do Heroísmo, apesar de ser informado que só seria recuperado com estes dois testes negativos. Prontamente a delegação de saúde já fez a sua respetiva ação judicial relativamente a este caso e foi no contacto bidiário que fazem a todos estes casos que o Delegado de Saúde soube que o utente já estava em Lisboa.

Relativamente ao número de testes é importante referir que na nossa Região já foram realizados 42.526 testes, 23.626 na ilha de São Miguel, 18.900 na ilha Terceira.

A convenção que fizemos no continente, que é importante aqui referir, em que estão contempladas 21 entidades, 166 postos de colheita, que se encontram em

109 concelhos, até ao momento já foram realizados 881 testes antes de vir para a Região e como já tinha também referido alguns deles positivos e que vieram nos voos. Portanto, mais uma medida de segurança que está a ser efetiva e agilizada.

Relativamente à comunicação de resultados, desde terça-feira até hoje, a situação está melhor, os resultados estão a ser comunicados.

Ainda agora no intervalo foi-me dito que tiveram resultados de pessoas que chegaram ontem, que já tinham recebido o SMS. Estamos a agilizar.

Para além disso, também temos a linha 808246024 que, ligando, também está a dar essa informação.

É importante ter tolerância relativamente a uma estrutura montada, muito grande, com muito esforço, em que está a dar os seus resultados e por isso é que os positivos não estão a vir para a Região porque fazem o seu teste na origem e os nossos profissionais de saúde estão a fazer o seu melhor. Acreditem que estão a fazer o seu melhor dia-a-dia, 24 horas por dia, para termos toda a sua situação.

Deputada Graça Silveira (Independente): Estão a fazer o seu melhor, a Autoridade de Saúde é que não!

A Orador: Relativamente às valorizações remuneratórias, como também já tinha sido referido, quer para enfermeiros, quer para os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, a situação será resolvida, no máximo, até final de agosto de 2020 e, sim, a reunião de 31 de julho, com os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica está marcada e foi marcada antes da situação de ontem.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Diga-me onde é que foi marcada?

Deputada Graça Silveira (Independente): As perguntas todas que a gente fez não interessam!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma interpelação!

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, para informar se o CDS dispõe de tempo para intervir no PTAP?

Presidente: Sr. Deputado, o CDS esgotou o seu tempo na última intervenção que fez no âmbito do voto de protesto, por isso já não dispõe de tempo para intervir nesta declaração política.

Não havendo mais inscrições eu vou dar novamente a palavra ao Sr. Deputado António Lima para encerrar a sua declaração política.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, nós vivemos um momento posterior a uma altura em que foram pedidas, e até antes de serem pedidos, os açorianos e açorianas e a população portuguesa em geral, passou talvez por uma situação de maior incerteza e pelos maiores sacrifícios que alguma vez se calhar poderia ter imaginado passar na sua vida.

Neste período que atravessamos aquilo que os poderes públicos têm a obrigação de fazer é ajudar neste período a um regresso a uma normalidade e ajudar que essa transição e esse regresso sejam feitos com a maior tranquilidade, com a maior segurança e com a maior confiança possível.

De facto, nesta declaração política foi isto que tentámos transmitir: que as incertezas que existem não podem ser ainda mais trazidas ao de cima por outros fatores. A questão dos testes foi apenas uma. Sabemos que eles continuam com atrasos. Eu tenho dificuldades em perceber a complexidade dos sistemas informáticos para essa notificação.

Normalmente quando há problemas a informática paga sempre. Deve ser a área, o “bode expiatório” mais comum dos Açores e não só, infelizmente.

Mas é não apenas isso, porque como referi, nós continuamos sem saber que calendário é que será utilizado, um calendário e não apenas uma data; um

calendário, um tempo em concreto para a recuperação daquilo que não foi feito e ficou para trás como era praticamente inevitável ao nível de consultas e cirurgias.

Não está aqui o Sr. Secretário da Educação, mas outra área que me parece que gera ainda muita insegurança e muita incerteza aos açorianos e açorianas, é que não se sabe, continua a não se saber, apesar de ter sido perguntado na discussão do Orçamento Suplementar,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... como é será o próximo ano letivo.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O Sr. Secretário respondeu!

O Orador: Enquanto cumprimos regras de distanciamento social em todos os locais públicos, em que temos que estar a uma distância de segurança, não sabemos se as salas de aula terão capacidade para que isso seja cumprido em toda a sua plenitude, em todas as escolas e nada ainda foi dito sobre isso, para além de que o ano letivo será presencial ou poderá recorrer ao ensino à distância.

É preciso muito mais do que isso e essa confiança é precisa ser dada às pessoas e o Governo é que tem essa responsabilidade, porque é quem tem, como não poderia deixar de ser, a competência de organizar o ano letivo e a competência de gerir o Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos esta declaração política e também considerando o nosso tempo vamos encerrar também agora os nossos trabalhos. Regressamos às 15h00 com a agenda.

Eram 12 horas e 59 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Nós interrompemos os nossos trabalhos, ontem à noite, no ponto 5 da nossa Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 50/XI – “Cria o Comité de Bioética da Região Autónoma dos Açores”**, iniciativa esta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Ainda tínhamos uma inscrição da Sra. Deputada Graça Silveira, a quem dou a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que o que suscitou o intervalo de ontem no debate desta iniciativa foi exatamente o facto de esta proposta de alteração e substituição integral não ser como muitas das substituições integrais que na realidade alteram uma ou outra palavra.

A iniciativa está substancialmente diferente, continua a não fazer sentido. Quis alargar o âmbito porque efetivamente o título era Comissão de Bioética dos Açores e agora passa a ser Comissão da Bioética das Novas Tecnologias, e mais não sei o quê, dos Açores, alarga, mas restringe, porque efetivamente agora o título passa a ser só para a questão da saúde.

Coloque-lhe uma questão, por exemplo, Sr. Deputado Faria e Maia, na área da tecnologia alimentar. Se eu quiser criar uma nova sobremesa com araquá, leite açoriano, etc., etc., essa formulação vai ter de ser dada a provar a um painel de provadores.

Eu preciso de um parecer de uma Comissão de Bioética, porque se uma daquelas pessoas fizer um choque anafilático a uma das novas componentes

daquela sobremesa, alguém tem de assumir a responsabilidade e tem de estar validado todo o painel por uma Comissão de Bioética.

Pela sua iniciativa que inicialmente era para ser muito abrangente agora passou a ser restrita à saúde, os testes em humanos (isto é um painel de provadores que prova uma coisa completamente nova, é considerado uma experiência em humanos) fica abrangido por esta Comissão de Ética? Penso que não!

Depois diz que uma das funções é a proteção da diversidade animal. O que é que isto quer dizer? Proteção da diversidade animal! Acha que com testes em animais se vai acabar com a biodiversidade? Não percebo o que é isto quer dizer.

Depois diz o seguinte: “poderá ainda atuar na sua identitária função consultiva no âmbito da introdução na Região dos Açores das tecnologias digitais, robótica, no que se reporta ao seu impacto nas relações humanas, nomeadamente na prestação de cuidados de saúde”.

Uma das coisas que seria interessante, por exemplo, esta Comissão se pronunciar, em termos de ética, são os drones todos que andam aí a invadir a nossa privacidade, a recolher dados sobre a nossa intimidade, que esta Comissão de Ética também se poderia pronunciar, mas já estou a perceber que não. Afinal é só saúde.

O “objetivo comum de promover a justiça social...” Ó Sr. Deputado Faria e Maia, eu não sei como é que uma Comissão de Ética para a investigação promove a justiça social. Acha que se vai dar a provar medicamentos novos é aos mais pobres? Não estou a perceber, ou se é tem de ser mais claro.

A sua iniciativa é efetivamente uma enorme confusão que continua a suscitar imensas dúvidas que, de resto, no âmbito da discussão da iniciativa em sede de Comissão também suscitou imensas dúvidas, e na altura, a 3 de março, o Sr. Deputado Faria e Maia disse que todas essas dúvidas já tinham sido levantadas no seio do próprio Grupo Parlamentar do PS e que por isso ia apresentar uma substituição.

Passaram-se (3 de março, abril, maio, junho, julho) quatro meses e o senhor apresenta uma substituição integral a meia hora da discussão de um diploma desta complexidade, este sim, é de enorme complexidade, sem voltar a ouvir os visados.

Penso que esta iniciativa deveria baixar à Comissão...

Deputado Francisco César (PS): Pelo amor de Deus!

A Oradora: O Sr. Deputado Francisco César chegou a pedir para iniciativas baixarem à Comissão para ouvir os parceiros por bem menos, mas se acha que ela é toda muito clara...

Deputado Francisco César (PS): Tem qualidade!

A Oradora: ... pode inscrever-se e responder a todas as questões que eu coloquei.

Por último, nos termos no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei 80/2008, diz claramente que serão sempre as Comissões de Ética da Saúde que numa determinada vertente terão os poderes delegados da Comissão de Ética de Investigação Clínica e que era de todo avisado que se retirasse as Comissões de Ética de Investigação Clínica da iniciativa à qual o senhor manteve, e gostaria que explicasse por que é que o fez.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia tem agora a palavra.

(*) **Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Numa primeira intervenção que vai tentar agregar aquilo que se passou nesta primeira ronda de inscrições em relação à apreciação sumária e hoje um pouco mais, digamos, especificada em relação àquilo que são pressupostos desta proposta, importava aqui realçar duas questões que para mim são fundamentais. Uma delas é que não é intenção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nem do seu proponente, politizar esta iniciativa. É uma iniciativa que nós

propomos aqui para melhorar e para completar aquilo que na Região ainda não estava implementado. Quando foi apresentada, foi apresentada com esta perspetiva.

Portanto, em relação àquilo que ontem foi dito aqui pela Sra. Deputada Mónica Seidi na introdução à apresentação da proposta de substituição integral, que fique bem claro que a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista é uma posição de uma discussão séria, e mais ainda em relação a esta proposta pela complexidade que tem e temos de admitir que é complexa precisamente porque é um pouco mais arrojada porque atualiza conceitos e plasma naquilo que é na sua constituição um âmbito de ação que é muito mais atual e que está muito mais em conformidade com os desafios que se põem às Comissões de Ética para a Saúde e no caso concreto desta não fugirá à regra.

Portanto, queria refutar de facto esta questão de não estarmos aqui numa discussão séria. Queria refutar também que a apresentação deste documento se no seu início tivesse fragilidades, ou incómodos, não é, isso não pode ser sequer, digamos, alegado, porque o que houve desde o início foi uma preocupação excessiva: primeiro, atribuir-lhe uma responsabilidade muito grande naquilo que ele representa e depois ter uma abertura para aquilo que fossem algumas não conformidades e ou algumas questões que por bem as pessoas auditadas, nomeadamente os Srs. e as Sras. Deputados/as, pudessem acrescentar nesta propositura.

Em relação àquilo que foi aprovado como audições na Comissão de Assuntos Socais, é óbvio que a única que foi por nós rejeitada foi a da CNEC pelos motivos que foram apontados na altura, nomeadamente pela sua especificidade em relação aos pareceres que emite.

Em relação àquilo que foi a apreciação inicial do Sr. Deputado Artur Lima com uma crítica conceptualizada, sólida e que eu respeito porque numa leitura transversal e, digamos, com pouco tempo acabou por encontrar uma não conformidade, não conformidade essa que estou em absoluto acordo com ele.

Queria também aqui dizer...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Então pode baixar à comissão para serem ouvidos!

O Orador: Pela sua saúde! Uma proposta de alteração, existe uma não conformidade numa alínea, pela sua saúde.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Pela minha saúde?! O senhor é que está a tentar zelar pela minha saúde!

O Orador: Estou, estou.

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: O que eu queria dizer também em relação a isso é que queria manifestar aqui obviamente todo o meu respeito por todas as ordens profissionais, nomeadamente aquelas que têm representações na Região Autónoma dos Açores e trabalham em apoio e em conjunto com os técnicos da nossa Região.

Em relação à Sra. Deputada Graça Silveira, Sra. Deputada Graça Silveira eu acho que a senhora sabe que eu sei que aquilo que a senhora neste momento está a tentar fazer aqui é um *faits-divers* em relação a competências que não são daqui, nem serão daqui,...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Tudo o que eu disse estava nos considerandos. Se não sabe o que escreveu!...

O Orador: ... nomeadamente aquilo que tem a ver com segurança alimentar e aquilo que tem a ver de facto com uma outra cadeia de lançamento no mercado de produtos que tenham...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): É investigação! Investigação!

Deputado José Contento (*PS*): Está na segurança alimentar!

O Orador: Uma prova de alimentos não é uma investigação, Sra. Deputada. De qualquer maneira, passando à frente, porque acho que a nossa discussão deve centrar-se, de facto, nesta proposição e naquilo que são os objetivos.

Sra. Deputada, o que lhe queria dizer, e no que diz respeito à robótica, como sabe, a robótica hoje em dia é cada vez mais uma arma importante na terapêutica cirúrgica em próteses, ortóteses, e, portanto, é muito importante que nós tenhamos em consideração a implicação dessas novas tecnologias na nossa saúde.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Muito bem!

O Orador: Em relação aos drones, sinceramente eu acho que tem de perguntar é a outra entidade, não é a esta, se vigia o quintal de alguém ou se de facto vêm roubar-nos privacidade.

Deputada Graça Silveira (Independente): Os drones não são novas tecnologias?

O Orador: Sra. Deputada, claro que é uma nova tecnologia, mas não é isso que nós estamos a falar aqui.

Deputada Graça Silveira (Independente): Então é o quê?

O Orador: Nós estamos a falar aqui em novas tecnologias da saúde.

Deputada Graça Silveira (Independente): Então o senhor só quer para a saúde, mas não foi o que disse na Comissão!

O Orador: Ó Sra. Deputada...

Presidente: Por favor, Srs. Deputados, não entrem em diálogo!

O Orador: Eu creio que nesta primeira fase tentei explicar e, de facto, a nossa posição aqui é de abertura em relação àquilo que são críticas que valorizem este documento...

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... e para isso estamos dispostos a continuar este diálogo.
Obrigado.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra. Dispõe de 15 segundos.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Só para fazer um esclarecimento à câmara porque penso que é lamentável pessoas com este nível de esclarecimento...

Deputado João Vasco Costa (*PS*): Lamentável é a forma como a senhora se dirige à câmara!

A Oradora: ... dizerem que não é investigação científica criar um novo alimento. Ninguém está falando de segurança alimentar.

Está-se a falar de: é preciso criar um novo alimento. Tem de haver painel de provadores que avaliem se o alimento vai ter aceitação ou não. Pode ter um choque anafilático porque tem uma componente na sua constituição que a pessoa reage mal. Isto tem de ser decidido por uma Comissão de Ética, inclusivamente é na Universidade dos Açores.

O senhor não venha agora aqui desvalorizar que não é saúde, porque é uma questão e segurança alimentar.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Isso fica-lhe muito mal, desmerecer o que se faz de investigação na Região que não seja na área da saúde, que é a única que o senhor domina.

Quando apresentou este diploma apresentou-o como sendo muito mais abrangente do que a saúde, agora é que deu um passo atrás nesta substituição integral.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Esgotou o seu tempo para o debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (*BE*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Qualquer proposta legislativa tem de procurar, por um lado, responder a necessidades da sociedade, a lacunas existentes, ou a problemas que possam efetivamente substituir.

E esta reconhecemos que vem, pelo menos em parte, trazer um contributo positivo, nomeadamente nalgumas das competências que estão aqui previstas, principalmente naquilo que diz respeito à harmonização entre as comissões de ética dos hospitais, no apoio também às unidades de saúde de ilha onde elas não existam, e reconhecemos essa vantagem e esse mérito na iniciativa.

Agora, o que é facto é que a proposta inicial, que entretanto foi substituída, tinha um conjunto de problemas bastante sérios que, e digo abertamente, nos impediria claramente de votar favoravelmente a iniciativa.

Podia estar aqui em causa competências das ordens profissionais, poderia estar aqui em causa também competências da própria Comissão de Ética para a investigação científica e teriam aqui um conjunto de problemas que vieram a ser corrigidos pela proposta de substituição integral, mas que até dada a delicadeza e também a necessidade de se perceber a abrangência e a conformidade com a opinião das ordens profissionais, seria obviamente útil ouvir as mesmas entidades que foram ouvidas e até a própria Comissão de Ética.

Mas não será por isso que o debate não se faz, porque já se fez noutras situações, mas consideramos que isso teria sido muito mais útil ouvir essas entidades.

Mas esta proposta de substituição vem resolver a maioria dos problemas, pelo menos aqueles que detetámos e a vantagem de se pedir pareceres é essa mesmo, é porque há problemas que os especialistas na matéria mais facilmente conseguem detetar e conseguem avaliar e até para a nossa própria avaliação isto é importante.

Continuam a existir, como disse, algumas situações que, e gostaria de apontar, não serão uma objeção ao nosso voto favorável, mas que consideramos que poderiam ser melhoradas.

O Partido Socialista, o proponente, também poderá explicar e eventualmente esclarecer estas dúvidas e estas questões e até discordâncias que temos com algumas das propostas, com alguns pontos.

Por exemplo, nas competências deste comité que se pretende criar, na proposta inicial, prevê-se de uma forma diferente que mantenha o registo de todos os projetos de investigação em curso na Região Autónoma dos Açores. Prevê a sua notificação, por exemplo, pela Comissão de Ética para a Investigação Científica.

Ora, parece-me que isso será um pouco legislar em casa alheia, ou seja, não pode ser a Assembleia Legislativa a dizer o que é que a Comissão de Ética, que é um organismo que funciona junto do INFARMED, a quem é que notifica ou deixa de notificar. Parece-me que esta matéria não deveria estar desta forma e deveria ter sido legislada de outra forma.

Não vejo, obviamente problema que seja, por exemplo, a Universidade dos Açores ou outras entidades com investigação científica na Região a fazê-lo, mas são entidades regionais, mas essa é uma questão que deixo ao proponente.

Relativamente também ao seu funcionamento e às competências dos órgãos desta própria Comissão, parece-nos que é exagerado delegar um conjunto muito vasto das competências na sua Comissão Coordenadora.

Há uma Comissão Coordenadora bastante reduzida, num órgão que tem 9 elementos nesta versão (na proposta inicial tem 7). Parece-nos que delegar grande parte das competências e algumas das mais relevantes como, por exemplo, a alínea i) das suas competências, que diz que será “prestar assistência ética e mediação na tomada de decisões que afetem a prática assistencial e a integridade científica sempre que solicitado, nomeadamente por técnicos ou utentes do Serviço Regional de Saúde”, parece-nos que essa deveria ser uma

competência do próprio órgão e não sua Comissão Coordenadora que é composta por 3 pessoas como sabemos e não há nada aqui que diga que estas 3 pessoas tenham de ser, por exemplo, profissionais de saúde ou com formação em saúde.

Parece-nos que essa competência, entre outras, não deveria ser delegada a uma Comissão Coordenadora que deveria ficar com competências mais administrativas, por assim dizer.

Posto isto, são alguns problemas que obviamente também o Partido Socialista poderá explicar, embora este último seja uma questão de funcionamento da própria Comissão, não será por isso que deixaremos de votar favoravelmente, mas não podemos deixar de dizer que estas questões são importantes e que deveriam ter outro tratamento, mas obviamente com o espaço de tempo que tivemos para analisar esta proposta de substituição torna-se mais difícil uma análise mais aprofundada e mais correta desta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como se lembram fiz ontem aqui, ao final da tarde, uma intervenção de análise na generalidade sobre este diploma. Não vou repeti-la porque acho que ficou bem claro aquela que era a posição do CDS sobre o diploma agora em discussão.

No entanto, sempre direi que relativamente ao diploma inicial, o erro ético seria persistir no erro. Portanto, o Partido Socialista fez uma proposta de substituição integral bastante melhor em relação à proposta original e isto é com certeza um passo muito importante para a Região Autónoma dos Açores, onde vamos conseguir ter aqui um conjunto de competências.

Não é naturalmente uma questão estática, é uma questão dinâmica, que naturalmente estará sujeita, no futuro a alterações, a outros contributos.

Como sabem, nenhuma lei é feita e fica feita *ad aeternum*, ela recebe depois várias alterações, várias adaptações, conforme a circunstância, conforme a época e conforme também as condições.

Por isso mesmo fizemos um conjunto de três propostas de alteração que considerávamos básicas para darmos o nosso voto favorável a esta iniciativa, que consideramos positiva e inovadora até na Região Autónoma dos Açores, e que precisávamos dela.

Nesse sentido, como eu disse ontem, tendo apontado, e registo a abertura do Sr. Deputado Faria e Maia, para aceitar as propostas que foram feitas, e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e contarão com certeza com o CDS para esse primeiro passo que com certeza será uma caminhada no caminho da ética, uma caminhada que não acaba aqui, mas que começa aqui, e é um passo determinante nesse caminho que se quer da ética.

Considerávamos importante que as ordens profissionais tivessem uma palavra a dizer quando necessitassem disso para tal, e que considerávamos também que esta Casa, não só a Presidência, mas também os grupos e representações parlamentares, tivessem essa oportunidade, porque aqui também surgem problemas de ordem ética e que às vezes nós próprios temos dúvidas e podemos recorrer naturalmente a este Comité para esclarecimentos.

A última questão era que entendemos que numa Comissão de Ética não se decide por voto de qualidade de um presidente. Uma Comissão de Ética decide pela maioria dos seus membros e se possível pelo consenso do seu comité de 9 membros.

Naturalmente são questões sempre sensíveis e não queríamos deixar na mão de uma única pessoa, até porque seria para esse próprio Presidente uma enorme responsabilidade ele próprio decidir sobre um assunto que fosse sensível para a sociedade em geral.

Portanto, nesse sentido, entregámos já, e fizemos distribuir, Sra. Presidente se me permite, um conjunto de propostas de alteração que depois na especialidade explicaremos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições. Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Face a esta substituição integral que entrou e que felizmente tivemos mais tempo para analisá-la, e ainda bem porque corrige de facto alguns dos erros ou das fragilidades que foram mencionadas em sede de Comissão, mas continuamos a achar que esta discussão teria sido muito mais proveitosa se o documento baixasse novamente a discussão e se fosse possível ter o contributo de quem faz ciência e investigação na Região, e de quem tem experiência neste tipo de matéria.

Continuamos, e não abdicaríamos novamente de voltar a definir e a propor como diligência um parecer do Conselho Nacional de Ética e de Ciências para a Vida, porque de facto é quem tem experiência nesta componente a nível nacional. Achávamos que seria uma mais-valia para a discussão do diploma.

Não está aqui em causa a seriedade do Partido Socialista ao apresentar este diploma. Como já disse, reconheço o mérito da iniciativa porque o Partido Socialista propõe legislar sobre uma matéria que até agora nada existe na reunião, mas não concordamos com algumas das premissas que constam neste diploma.

Relativamente ao preâmbulo, de facto, ele foi modificado praticamente na sua totalidade. Há aqui alterações profundas. Não são só meras alterações circunstanciais, são mesmo alterações profundas, mas continuam a existir gralhas a nível da composição ou ao nível do restante diploma.

Por exemplo, no artigo 2.º, quando diz que é um órgão consultivo, de facto foram aqui retiradas algumas das premissas que eram enumeradas no documento inicial, mas depois no ponto 2 diz que “ao Conselho de Ética compete-lhe”, quando no artigo 3.º é que fala da competência.

Há aqui algumas gralhas que achamos que têm a ver com o facto de fazer subir, ou fazer apresentar um documento desta complexidade com esta pressa.

Ao nível do artigo 4.º fala na composição e no ponto 3 diz que “o mandato dos membros do Conselho inicia-se com a tomada de posse perante o membro do Governo com competência em matéria de saúde”, mas depois no artigo 6.º volta a falar do mandato do Comité. Há aqui algumas incongruências.

A questão do voto de qualidade. Concordamos com esta alteração que é feita e que é apresentada pelo CDS-PP. De facto, não faz sentido ser o Presidente a ter o voto de qualidade, até pelas mesmas razões que o Sr. Deputado Artur Lima aqui mencionou.

Mas há também aqui uma matéria que eu não consegui perceber e, penso que isso tem de ser esclarecido, que é, como é que será feita a articulação de uma instituição do foro privado que pretenda desenvolver um projeto de investigação, uma vez que estamos a falar de um Comité que depende do Serviço Regional de Saúde?

Portanto, se alguma clínica privada na Região quiser avançar para algum projeto de investigação,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem de estar inscrita!

A Oradora: ... qual é o papel do Comité nesta matéria? Gostava que o proponente nos esclarecesse sobre isso.

Em relação aos impedimentos que fala no artigo 11.º, os pontos 2 e 3 não fazem sentido, quando já o ponto 1 divulga os impedimentos e diz que está consagrado no Código do Procedimento Administrativo, nos outros pontos a sua presença não é de todo necessária.

Penso que continuam a existir aqui algumas lacunas. Mais uma vez reitero que seria mais benéfico ter este diploma novamente em sede de Comissão, ouvir e propor novas diligências para que se pudesse chegar aqui a um documento mais proveitoso em prol daquilo que se faz a nível de investigação e ciência na nossa Região.

Muito obrigada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

(*) **Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Importa aqui, de facto, responder ao Sr. Deputado António Lima e à Sra. Deputada Mónica Seidi.

Eu peço desculpa, mas com a história dos acrílicos eu perdi algumas das suas considerações em relação àquilo que foi a leitura pontual do documento.

Deputada Graça Silveira (Independente): Aqui não há acrílico nenhum e não respondeu a nada!

O Orador: (Agora tenho de pôr os óculos, isto não está fácil).

O Sr. Deputado António Lima pôs aqui algumas questões, uma delas relacionada com o registo.

Em Comissão, de facto, esta situação tinha sido levantada, inclusivamente até foi questionada a alguns dos nossos auditados. Isto já existia nas Comissões de Ética, até mesmo por transposição, digamos da própria CEIC, para as Comissões de Ética dos Ensaios Clínicos e de outra experimentação que estivesse a decorrer na área do âmbito destas Comissão. Portanto, não há motivo nenhum para que isto não aconteça, até porque é muito importante que nós saibamos, em todo o momento, o que é que se está a passar em relação à nossa Região, no que diz respeito a projetos de investigação.

Não é propriamente uma ação fiscalizadora, é uma ação casuística, estatística e com todo o tratamento que merecem essas circunstâncias.

Em relação à delegação de competências, eu penso que aquilo que leu não é bem assim, porque quando nós falamos em prestar assistência ética em mediação, a mediação não é feita em grupo. A mediação é feita por alocação de um elemento que vai saber o que é que se passa, vai elencar o problema, vai saber onde é que se pode intervir, e se isto depois for objeto de uma necessidade de parecer coletivo, tem de trazer o assunto para o Comité para ele se debruçar sobre isso.

Portanto, a assistência ética e a mediação ética são atos que têm de ser feitos por técnicos em circunstâncias muito especiais e que depois têm o desenvolvimento que o conflito possa, digamos, condicionar.

Outras competências que estão aqui e que o senhor não referiu, mas que disse que genericamente era um excesso de competências, eu penso que todas elas também podem e devem ser delegadas, se for caso disso, nomeadamente quando for necessário fazer uma formação, quando for necessário fazer uma colaboração, quando for necessário colaborar com um serviço ou com um profissional de uma instituição.

Portanto, eu não vejo que isto de certo modo faça perigar todo o funcionamento em Comité, como aliás acontece em todas as outras Comissões já existentes.

É importante aqui ressaltar que nós não estamos a inventar a roda. Portanto, as Comissões de Ética e esse tipo de comités já têm 3 ou 4 décadas de vida. Portanto, sofreram ao longo deste tempo todas as transformações no sentido de adequar e melhorar as suas competências sempre com a evolução de todos os desafios éticos emergentes em relação àquilo que se passa na nossa sociedade.

Em relação aos quesitos postos pela Sra. Deputada Mónica Seidi, eu penso que o único, no meu entender, que pode levantar aqui alguma questão é, de facto, não fazer coincidir o tempo de mandato com o tempo do governante, mas isto já acontece noutras comissões. Portanto, é por três anos e ao fim desses três anos o

governante com competência na área da saúde terá de eleger outro se assim lhe calhar.

Não vejo que haja aqui nenhum conflito grave, até porque não há essa exigência de uma consonância de mandatos.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições. Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta questão da criação de um Comité de Ética para as Ciências e Novas Tecnologias da Saúde da Região Autónoma dos Açores, é uma questão do maior interesse.

Eu tive a oportunidade de verificar, em termos de relatório e em termos daquela que deveria ser a participação das diversas entidades, que esse processo é um processo que pode ser aprofundado. É um processo que pode ser aprofundado, porque foi entretanto introduzido um conjunto de alterações significativas e penso que não se perdia absolutamente nada se voltássemos a submeter as questões, no momento em que se encontra novamente esta iniciativa, novamente a um processo de auscultação pública, porque, como já aqui foi acentuado por diversas forças políticas, nomeadamente pelo Sr. Deputado Artur Lima, nestas questões éticas é fundamental promover consensos, que não exista uma maioria; que a ética, o conceito, não seja imposto e seja a opinião de uma maioria, mas seja o mais possível consensualizado, porque aí há duas vantagens: uma é ter uma perspectiva mais alargada sobre estas matérias e a outra é permitir também que não se chegue a um critério, a conceitos muito rígidos, que às tantas também não permitam que a investigação, por exemplo, tenha sempre a mesma perspectiva e uma perspectiva que impeça depois que se

faça um avanço significativo nessas matérias. Portanto, se tenha uma perspetiva demasiado conservadora ou demasiada rígida.

Aquilo que se pensa e aquilo que tem a ver com os avanços que foram entretanto realizados, como também a evolução do pensamento nesta matéria, que depois não possa ser incorporado e, portanto, que estes comités acabem por depois ter um pensamento muito rígido e uma estrutura muito rígida.

Nesse sentido, algumas das alterações que foram aqui apresentadas pelo CDS-PP vão no sentido correto e terão o voto favorável do PPM, mas não quero deixar de dizer que tendo o próprio proponente referenciado que está aberto a mais contributos, a maior reflexão, a obter maiores consensos, penso que não vem mal ao mundo se tivéssemos um período alargado para que aqui possa vir o diploma novamente em setembro, mais consolidado, mais consensualizado.

Eu penso que existiria uma vantagem muito significativa se este fosse o processo e porque é essa a perspetiva que o proponente aqui apresentou, que é isso que procura, porque não quer, nas palavras do próprio, que aqui exista uma luta de caráter partidário, que é realmente gerar consensos.

Nesse sentido a nossa perspetiva é essa mesmo, ou seja, nós o que consideramos é que faz falta ainda um trabalho de maior consensualização, de maior auscultação das diversas entidades que podem dar um novo contributo e fundamentalmente ter uma perspetiva sobre aquilo que neste momento está em cima da mesa e neste momento está a ser submetido a votação.

Por isso eu solicito ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista que tenha essa humildade de fazer descer novamente à Comissão esta iniciativa para que se possa voltar a analisar esta questão de uma forma mais alargada, com outra perspetiva, com uma nova participação das diversas entidades.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Volto ao debate porque esqueci-me de efetuar uma questão ao proponente, sem voltar a referir aquilo que já mencionei, porque efetivamente vamos ter sempre um ponto de divergência.

Mas em relação ao artigo 14.º, quando fala no relatório anual, sendo este um órgão independente, eu gostava que o Sr. Deputado nos esclarecesse quais são as páginas eletrónicas em que o relatório anual deverá ser publicado?

Sendo este um organismo independente, se deverá ser publicado na página da Assembleia ou se na página da Secretaria Regional da Saúde? Acho que era importante clarificar. Sendo este um comité independente não faz sentido que vejamos este relatório anual publicado nestas instituições.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para alguns esclarecimentos pedidos aqui pelas bancadas, que pedem a descida à Comissão do diploma.

Eu gostaria de perceber, por aquilo que eu percebi das intervenções que foram feitas, que são apenas intervenções que poderiam ser aqui resolvidas com propostas de alteração ao diploma, a não ser que se ache que se tenha de ouvir mais algumas entidades, chamar mais algumas entidades a ouvir e quais são essas entidades a serem ouvidas,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já foi dito, Sr. Deputado!

Deputada Graça Silveira (Independente): O Sr. Deputado elencou-as todas ontem: os veterinários, os dentistas, todos esses!

O Orador: ... porque efetivamente na proposta de alteração que o CDS aqui propõe fazer, que já devem ter lido, as ordens profissionais passam a ser ouvidas nas matérias do seu âmbito de atuação, que era uma lacuna que estava no diploma inicial, e mesmo nesta proposta de substituição.

Portanto, baixar à Comissão... Bom, até podemos baixar à Comissão, mas porquê é que interessa saber. Porquê vai baixar à Comissão?

A questão de onde é publicado? É uma proposta de alteração! Faça-se uma proposta de alteração dizendo publique-se no sítio tal.

A questão do artigo 2.º ou do artigo 6.º, é uma questão de sistemática legislativa. Altera-se o que está no 2.º, passa-se para o B, do 3.º. Não vejo qual é a dificuldade de fazer propostas de alteração.

Portanto, esperava-se mais (eu não sei se consultaram o Sr. Doutor José Manuel Bolieiro, Presidente do PSD!) de um partido que quer ser alternativa do Governo. Esperava-se muito mais nessa matéria e era bom que apresentassem.

Deputado José San-Bento (PS): Fica para a próxima!

O Orador: Agora, baixa à Comissão? Mas baixa à Comissão porquê? Porque não têm propostas e porque querem, ao fim e ao cabo, adiar isto sem nenhuma razão, porque depois gostaria eu de ver quais as entidades que faltam ouvir e quais as entidades que se vão ouvir, que é o que eu pergunto à Sra. Deputada Mónica Seidi.

Que entidades faz falta ouvir? Eu gostaria que me explicasse, posso pedir-lhe esclarecimentos, como aliás também gosta de me pedir e já pediu em plenários anteriores.

Deputado Luís Maurício (PSD): Recusa de dar esses esclarecimentos quando a iniciativa não é sua!

O Orador: Diga, Sr. Deputado?

Deputado Luís Maurício (PSD): Recusa de dar esses esclarecimentos quando a iniciativa não é sua, que é o caso!

O Orador: Não. A iniciativa é do Partido Socialista, as propostas de alteração são minhas e o senhor também pede. Aliás, também esperava o seu douto contributo para esta proposta de alteração, mas sei que V. Exa. se coloca num patamar muito superior, não desce a estas questões mundanas da ética. Portanto, não desce a estas questões mundanas da ética, da baixa ética.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, Sra. Presidente, para dizer que no nosso entender, salvo o esclarecimento que nos dessem de quais as entidades que era preciso ouvir, qual o contributo que dariam para a melhoria deste diploma que não fosse a sua sistemática, a sistemática pede-se um intervalo regimental e fica resolvida e já há abertura do Partido Socialista para isso. É só fazermos a abertura e a correção até das diversas alíneas. Portanto, não nos parece de grande dificuldade que se faça aqui e agora.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia, tem a palavra.

(*) **Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Importa aqui continuar a responder a algumas dúvidas que foram aqui levantadas em relação ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Até certo ponto eu entendi aquilo que o senhor queria nos dizer, mas depois perdi-me um pouco, porque aquilo que o senhor entendeu que eu tenha dito que era um consenso, um consenso nesta câmara, não é um consenso de alguém que supostamente não foi ouvido ou que supostamente era necessário para acabarmos ou finalizarmos algo que para mim estaria já aqui plasmado e contemplado com bastante clarividência.

Depois, penso que também há aqui alguma confusão em relação àquilo que são os normativos da investigação clínica, quem é que os decide e onde é que eles estão e o que é que tem de ser seguido?

Esta área de facto não é definida por este comité, é definida noutras instâncias e este comité só terá como função, como tem as Comissões de Ética é saber se elas são cumpridas ou não são cumpridas?

Portanto, não vejo aqui, de facto, nenhum impedimento.

Em relação àquilo que é de facto essa complementaridade que foi aqui contemplada com este número de 9 elementos para constituir este Comité, eu acho que não pode haver maior multidisciplinaridade com nove elementos a pertencerem a um Comité de Ética.

Em relação à Sra. Deputada Mónica Seidi, Sra. Deputada eu também não entendi, porque em relação ao relatório anual, está aqui dito que ele é enviado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que tem um portal para publicar tudo aquilo que recebe; ao membro do Governo com competência em matéria da Saúde, o Governo tem um portal para publicar tudo aquilo que recebe, como está aqui nas sua páginas eletrónicas.

É evidente que não será este Comité a dizer qual é a página eletrónica que o Governo usa para publicitar os seus documentos, nem qual é a página eletrónica que a Assembleia Legislativa usa para publicitar os seus documentos.

Portanto, eu penso que isto está salvaguardado, é um não problema.

Fico-me por aqui. Obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver. Vamos então iniciar as votações. Começamos pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto DLR anunciado foi aprovado, na generalidade, com 28 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 17 abstenções do PSD, 1 abstenção do PPM e 1 abstenção da Deputada Independente.

Presidente: Passamos agora ao debate e votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições?

Não há. Vamos então passar às respetivas votações.

A primeira proposta de alteração que temos é ao artigo 7.º. Pergunto à Câmara se há oposição de votar os primeiros seis artigos do diploma em conjunto.

Não havendo oposição está então à votação o artigo 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º do Projeto de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 17 abstenções do PSD, 1 abstenção do PPM e 1 abstenção da Deputada Independente.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos então o artigo 7.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 8.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto à câmara se os restantes artigos do diploma podem ser votados em conjunto?

Não havendo oposição vou colocar à votação os artigos 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º e 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD, 1 abstenção do PPM e 1 abstenção da Deputada Independente.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o Projeto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a

favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD, 1 abstenção do PPM e 1 abstenção da Deputada Independente.

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira pede a palavra para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Abstive-me em relação a esta iniciativa e lamentando, porque perdemos uma excelente oportunidade de efetivamente colmatar uma lacuna que existe na Região em relação a um Comité de Ética como era inicialmente suposta ser esta iniciativa, não especificamente para a saúde, mas um Comité de Ética.

Na Região, neste momento, já temos Conselhos de Ética, nomeadamente da Universidade dos Açores, já temos Comissões de Ética, nomeadamente para a saúde e para a investigação clínica, e aquilo que se esperava de um Comité de Ética para a Região Autónoma dos Açores fosse um Comité com um caráter mais abrangente, harmonizando toda a legislação que existe e com um caráter consultivo de recurso sempre que há conflitos interpretativos em relação às boas práticas de bioética na Região.

Mais! Existe uma enorme lacuna que os proponentes não quiseram reconhecer, é que muitos dos projetos de investigação que envolvem seres humanos não são da área da saúde. Temos na área da biologia, temos na área da tecnologia alimentar.

Deputado André Rodrigues (*PS*): E as suas propostas de alteração?

A Oradora: Portanto, são projetos de investigação que envolvem seres humanos e que não são da área da saúde, e que esta legislação que acabámos de aprovar aqui e agora não dá qualquer tipo de resposta.

Teria havido tempo útil, porque a discussão deste diploma foi feita no início de março, todos os ouvidos tiveram imensas dúvidas, colocaram imensas questões, o proponente disse que tinha consciências dessas fragilidades e que o Grupo Parlamentar do PS ia fazer uma substituição integral. Durante quatro meses

nada aconteceu e não foi possível ouvir quem melhor nos podia esclarecer e enriquecer este diploma e fez-se uma aprovação à pressa, não sei porquê, neste momento e neste plenário.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Passamos agora ao ponto 9 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 243/XI – “Garantir um apoio extraordinário de proteção social aos trabalhadores do setor do táxi”**, iniciativa esta apresentada pela Representação Parlamentar do PCP.

Os tempos são os que habitualmente utilizamos. Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, como estou no uso da palavra e na qualidade de proponente da iniciativa, quero requerer ao abrigo do artigo 87.º do Regimento, a baixa à Comissão competente desta iniciativa, para que se possa ouvir os representantes do táxi e o representante do Governo Regional.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Graça Silveira (Independente): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Foi feito oralmente um requerimento à Mesa, ao abrigo do artigo 87.º, para que o diploma regresse à Comissão.

Diz o nosso artigo 22.º que admitido o requerimento, e a Mesa admite o requerimento, ele é imediatamente votado sem debate e sem direito a declarações de voto.

Vamos então votar este requerimento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O requerimento apresentado foi aprovado por unanimidade.

(Neste momento, o Deputado Bruno Belo foi substituído na Mesa pela Deputada Elisa Sousa)

Presidente: Tendo sido aprovado este requerimento, o diploma então baixará novamente à Comissão para que se faça a respetiva reapreciação.

Vamos então continuar com os nossos trabalhos. Passamos agora ao ponto 10 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 238/XI – “Recuperação da SATA”**. Este Projeto de Resolução é apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE e informo a Câmara que foi entregue e já está distribuída por todos uma proposta de substituição integral a esta iniciativa. É sobre ela que incidirá o debate e é esta iniciativa também que iremos votar.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Presidente do Conselho de Administração da SATA, em declarações públicas, afirmou que a situação da SATA era muito difícil e que agora, com a pandemia, ficaria muito pior.

As suas palavras foram cristalinas e hoje são um dado adquirido na opinião pública.

Já conhecemos, pelo conselho de Administração da SATA, a necessidade de injetar na empresa, por parte do único acionista 163 milhões de euros.

Sendo esta necessidade de capital uma emergência, falta dar resposta aos problemas estruturais da empresa em termos financeiros.

Não temos dúvidas que a tarefa é ciclópica e que no dia de hoje as nossas forças e atenções se devem concentrar em salvar a SATA.

Não propomos passar uma esponja sobre o passado. Passado recente esse que conduziu ao desastre que hoje todos conhecemos. Essas responsabilidades podem e devem ser apuradas.

Mas hoje devemos-nos concentrar nas tarefas do futuro imediato. E essa tarefa é salvar a SATA.

Todos ouvimos recentemente o Sr. Primeiro-Ministro justificar a intervenção na TAP.

Os argumentos, que são mais do que válidos, vão desde fatores económicos – a TAP é o maior exportador de serviços do país – ao seu papel dinamizador da economia do país, para além da importância do HUB de Lisboa e da ligação às comunidades portuguesas.

Assistimos ainda ontem a uma entrevista do ministro Pedro Nuno Santos onde reiterou e desenvolveu todas estas razões apontadas pelo Sr. Primeiro-Ministro.

Sobre a SATA, à sua dimensão e à dimensão da nossa economia e da nossa região, podemos fazer nossas as palavras do Sr. Primeiro-Ministro e acrescentar ainda o papel decisivo da SATA para a mobilidade interna e externa, assim como à coesão social e geográfica que a SATA garante.

E nesta área saliento um dado concreto: por exemplo, todas as últimas administrações da SATA assumiram que as rotas da Horta e Pico, a partir do continente, são deficitárias. Não temos dados para o contestar. O que é facto é que nenhuma companhia aérea se propõe voar para estas ilhas nestas condições. Só mesmo a SATA porque é serviço público e assim tem de ser!

Do ponto de vista da importância estratégica, com tudo o que isso implica nos mais diversos campos da nossa vida coletiva, a importância da SATA, garante um consenso muito alargado, na nossa sociedade.

É evidente que o seu carácter público não atinge um tão alargado consenso.

Uma SATA privada ou mesmo parcialmente privada, em nossa opinião, não serve os interesses da região. Região esta que é ultraperiférica, insular, arquipelágica e de pequena densidade populacional.

Ficando claro os pressupostos da nossa proposta, o Bloco de Esquerda apresenta a esta Assembleia a sua visão para as linhas orientadoras para o processo de salvação da SATA.

Não temos a pretensão de que este seja o único caminho. Mas assumimos a responsabilidade de apresentar e defender a nossa visão.

Fazemo-lo, entre outras razões, pela importância colossal da SATA para os Açores e porque consideramos que é nosso dever fazê-lo.

Enquanto partido político não podemos ficar na bancada a assistir.

Foi esse também o nosso entendimento perante a questão do ordenamento e gestão do nosso mar. Fomos o único partido que apresentou nesta Casa uma anteproposta de lei para a sua defesa.

Continuamos nesta linha de trabalho a assumir, perante os açorianos e açorianas, as nossas responsabilidades sobre as grandes questões que determinam o futuro dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade!

O Orador: Mas, sem mais delongas, vamos ao concreto da proposta que apresentamos.

No primeiro ponto resolutivo apontamos claramente para que a República assumira de forma total, ou parcial – isso deve ser definido numa negociação – o financiamento do envelope financeiro de emergência necessário para a SATA.

Defendemos que isso seja feito com base nos projetos de interesse comum, mas não excluimos que outras formas possam ser encontradas em sede negocial.

Não concebemos que para a resolução de um problema tão significativo para os Açores o Governo da República, não contribua para a sua resolução.

Na mesma medida que o Bloco de Esquerda a nível nacional defendeu e bateu-se para que 150 milhões de euros fossem inscritos no Orçamento de Estado para 2020 destinados ao novo Hospital do Funchal, defendemos o mesmo tratamento para os Açores.

Ficar a região sozinha a arcar com esta responsabilidade, não é só um ato de falta de solidariedade, mas um tratamento desigual que não podemos aceitar.

Por outro lado, serem os Açores a suportar todo o custo, levará ao endividamento direto ou indireto da região numa altura tão difícil, diminuindo a

sua margem de manobra para acudir a tantas áreas carenciadas, quer seja na saúde, na educação, nas infraestruturas e demais áreas da governação.

Este apoio, mais do que necessário à Região, em nada implica que a SATA deixe de ser totalmente regional, desde logo porque a injeção de capital é feita diretamente pelo acionista único: o Governo Regional dos Açores.

É certo que ao apresentarmos esta proposta não o fazemos de ânimo leve. Fizemos as consultas devidas e não vemos impedimentos para a sua concretização. A menos que não exista vontade política do Governo da República ou do Governo Regional em avançar por este caminho.

No segundo ponto resolutivo, e mantendo a mesma linha de conduta que é salvar a SATA de forma duradoura, propomos que se iniciem negociações entre os dois acionistas das companhias aéreas nacionais – a TAP e a SATA –, isto é, entre o Governo da República e o Governo Regional para tentar chegar a um acordo político de parceria entre a TAP e a SATA.

No caso deste acordo político ser alcançado é evidente que será operacionalizado pelas duas empresas, nos termos acordados.

É claro que esta proposta em nada significa, como já vimos escrito, o engolir da TAP pela SATA. Antes pelo contrário, pensamos ser esse o caminho para evitar que a SATA seja engolida por qualquer outra empresa incluindo a TAP.

Como diria a poetisa, “vemos, ouvimos e lemos”, o que se passa na área da aviação, onde temos assistido a uma concentração ímpar de companhias de aviação, onde as maiores comem as mais pequenas, como sempre acontece segundo as leis do mercado.

Nesta medida, nunca fomos insensíveis à argumentação do Governo Regional que para justificar a privatização parcial da Azores Airlines aduzia problemas de dimensão e escala da empresa.

Se compreendemos as preocupações, não partilhamos o caminho da privatização.

Também não entendemos que essas preocupações, por serem tão objetivas, tenham de um momento para outro desaparecido. Uma coisa são as condições de mercado não serem definitivamente as melhores no momento, outra é estarem ultrapassadas as razões apontadas.

Aliás, o que lemos hoje são declarações sobre intenções de fusão e ou aquisição de várias empresas de aviação.

Para nós uma coisa é certa: se deixarmos este problema ao sabor do mercado será muito mais difícil conseguir preservar a SATA como empresa pública e regional a 100%.

Apresentamos hoje com esta iniciativa um caminho, não só para defender a SATA, mas também para defender os Açores de hercúleos esforços financeiros que levarão recursos que tanta falta fazem à região.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A proposta que é apresentada agora pelo Bloco de Esquerda, tem de ter em conta necessariamente que o Governo já está na posse de um Plano de Reestruturação e, portanto, aquilo que é importante neste momento é que esse plano seja conhecido do Parlamento...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e que se possa eventualmente avaliar o enquadramento desta proposta naquilo que é o Plano do Governo.

Portanto, o desafio que para já fazemos ao Governo é que apresente o seu Plano de Reestruturação para que se possa efetivamente avaliar a iniciativa agora em discussão.

Por outro lado, relativamente às ajudas de Estado que foram comunicadas numa nota de imprensa da SATA, é evidente que há uma contradição entre aquilo que é o tipo de ajuda que é mencionado, nomeadamente falam em ajudas da República e que já gerou alguma contestação na opinião pública nacional e (é a informação que temos) aquilo que é o editorial do Diário Insular em que tem um esclarecimento do Sr. Vice-Presidente que está em contradição com aquilo que consta da nota explicativa da SATA. Portanto, faria todo o sentido que quer a primeira questão, quer a segunda, fossem de imediato esclarecidas pelo Governo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na exposição de motivos que justificam esta iniciativa, o Bloco de Esquerda apresenta alguns pressupostos com os quais concordamos:

- 1.º Que o Serviço Regional de Saúde foi um pilar que suportou a resposta à pandemia;
- 2.º Que ficou clara a importância dos serviços públicos como esteio do bem-estar, da dignidade humana e do progresso;
- 3.º Que a SATA é o único fator fiável para a mobilidade dos açorianos;
- 4.º Foi muito bom também o Bloco de Esquerda ter recordado que foi a SATA que substituiu a TAP, quando esta fugiu do Faial e do Pico.

A SATA, a nossa companhia, voa para cumprir a sua missão: servir os Açores, unir os açorianos.

Servir os Açores na captação de fluxos turísticos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que será dos bombeiros?

O Orador: Se o senhor quiser falar sobre os bombeiros estamos aqui.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda bem!

O Orador: Estou aqui para falar sobre isso, se é isso que disse.

Deputado António Toste Parreira (PS): Muito bem!

O Orador: Unir os açorianos nas ligações interilhas e estas com as comunidades açorianas espalhadas pelo mundo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E até agora ainda não disse nada!

O Orador: Esta foi a sua missão no passado e será a sua missão no futuro.

Não podemos, nem queremos, abdicar deste serviço de transporte aéreo fundamental para a coesão dos Açores.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Também sabemos que isso tem custos, é bom lembrar.

O transporte aéreo é uma indústria de alto risco.

Qualquer oscilação nas economias pode ditar o desequilíbrio de uma companhia.

Por outro lado, voar exige avultados investimentos, quer nos equipamentos, quer nas aeronaves, quer ainda no pessoal que é altamente qualificado, sendo uma indústria altamente regulada.

Além disso, as variações cambiais e o preço dos combustíveis têm também um forte impacto na gestão de companhias de aviação.

É por isso que existem muitas companhias de aviação no mundo que estão com grandes dificuldades e algumas delas não conseguiram mesmos sobreviver.

E não é só por causa da pandemia.

No ano 2019, portanto antes da COVID-19, 22 companhias de aviação deixaram de operar devido a falências. Foi um recorde, um triste recorde.

Prevê-se que o ano 2020, e os seguintes, serão novamente desafiantes para a indústria da aviação.

O ano 2020 começou com o preço do petróleo a disparar e o combustível é responsável por um quarto dos custos totais das companhias de aviação.

A seguir tivemos o novo coronavírus que obrigou as companhias a parar as suas frotas por razões sanitárias, enquanto os cidadãos anularam as suas reservas, provocando um rombo na sua exploração.

As empresas tomaram medidas e aproveitaram os mecanismos e os apoios colocados ao seu dispor para conter os enormes prejuízos.

E ao mesmo tempo em todo o mundo são desenhados apoios à liquidez sob várias formas.

O sector da aviação civil na Europa estima perder 70 mil milhões de euros e estes dados ainda estão por apurar.

Por isso neste continente, os apoios de Estado já negociados ultrapassam os 25 mil milhões de euros.

Mesmo nos Estados Unidos da América o Estado resgata as suas companhias. É o caso da American Airlines com 5,8 mil milhões de dólares americanas.

É neste contexto que se encontra a SATA, uma empresa pequena, é certo, mas com alma grande.

Uma empresa que, tal como muitas outras espalhadas pela Europa e pelo mundo, opera, no caso da Azores Airlines, num mercado altamente regulado, extremamente disputado e muito volátil.

Por isso, algumas delas, diria mesmo, muitas delas, sentem grandes dificuldades, agravadas agora pela crise da pandemia que assola o mundo.

Esta semana ficámos a saber que a SATA, em linha do que está a acontecer com muitas (quase todas) companhias aéreas, solicitou um auxílio de Estado no valor de 133 milhões de euros para colmatar necessidades de liquidez.

Também ficámos a saber que o Plano de Reestruturação está pronto.

Mas voltando à proposta que o Bloco de Esquerda aqui apresentou, registamos algumas dúvidas.

Relativamente ao ponto 1, perguntava se não é à Administração que cabe, em cada momento, estabelecer as parcerias e os acordos ou as soluções que melhor servem os objetivos empresariais e comerciais daquela empresa?

Em segundo lugar, para além do preconceito que está inserido no preâmbulo desta proposta, relativamente à alienação de parte do capital da Azores Airlines, não concordamos com o ponto 2 do Projeto de Resolução aqui em análise porquanto é do conhecimento de todos que as duas empresas, SATA e TAP, são concorrentes e disputam algumas rotas, além do mais ainda não percebemos que outro tipo de entendimentos seria possível fazer-se sem ferir a lei da concorrência?

Deixo esta pergunta também ao Bloco de Esquerda.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputada Graça Silveira (Independente): Nessa última parte esteve muito bem, Sr. Deputado José Ávila!

(Neste momento, o Deputado Manuel Pereira foi substituído na Mesa pela Deputada Marta Matos)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Bloco de Esquerda traz aqui este Projeto de Resolução para duplamente nacionalizar a SATA.

A primeira pergunta que gostaria de perguntar ao proponente é como é que enquadra esta dupla nacionalização da TAP e depois da SATA num projeto de interesse comum? Gostaria de saber como é que consegue integrar num projeto de interesse comum, que me parece que não faz parte desta ajuda financeira que

o Estado atribui à TAP, não cabe um PIR no meu entendimento, mas gostaria que V. Exa. me esclarecesse como é possível legalmente fazer isto?

Depois dizer-lhe que, Sr. Deputado, o problema da SATA é que a SATA deve ter uma missão que se esquece muitas vezes de a ter, que é, em primeiro lugar, servir os açorianos (nem sempre acontece), como acontece hoje em dia a SATA não serve em igualdade de circunstâncias todas as ilhas dos Açores para as quais voa.

A SATA tem critérios dúbios de gestão. O Plano nós não o conhecemos e na nota de imprensa diz também (e isto agora é um esclarecimento para o Governo) que quer “aumentar, potenciar a receita e autonomizar custos”. Era preciso que o Governo esclarecesse como é que a SATA vai potenciar a receita e autonomizar custos, porque quando a SATA voa para a segunda maior ilha dos Açores duas vezes por semana, estamos ditos e falados para que é que precisamos da SATA.

Se a SATA é para servir uma só ilha e como serve, estamos conversados.

Sr. Deputado José Ávila, a TAP fugiu! Grande frase teve o senhor aqui hoje. Então vá capturá-la, vá buscá-la para os Açores, porque foi aprovado nesta Casa, por unanimidade, quando os senhores foram tomar 50% do capital da TAP, esse grande anúncio de António Costa e de V. Exas., que era para reverterem a privatização da TAP e foi aprovado nesta Casa, por proposta do CDS, para a TAP começar a voar para o Faial e para o Pico. Por que é que anda fugida ainda, Sr. Deputado? O que é que lhe aconteceu entre 2015 e 2019? Anda fugida, anda à monte a TAP, Sr. Deputado? Não!... Que eu saiba andou a voar, andou com aviões novos, andou com novas rotas, aumentou o número de rotas, aumentou o número de frequências para os Açores, mas não veio para o Pico e para o Faial e não veio voar em igualdade de circunstâncias, Sr. Deputado, e a culpa é do seu Governo da República e do seu Governo da Região Autónoma dos Açores, porque foi aprovado nesta Casa uma resolução que recomendava exatamente isto.

Deputado José Ávila (PS): É preciso ter lata!

O Orador: Portanto, é preciso ter memória quando se vem aqui acusar de uma coisa de 2014, ou de 2015, ou de 2013, que a TAP fugiu. Não, Sr. Deputado!... Os senhores tiveram tudo na mão para a TAP voltar e tudo deixaram fugir. Tudo! A culpa é do Partido Socialista e do Governo do Partido Socialista...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não é bem assim!

Deputado João Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... quer na TAP, quer na SATA, que não serve nem os Açores, nem os açorianos e viu-se bem na questão da pandemia e (discutiremos mais à frente) na questão do correio. Foi absolutamente vergonhoso o papel que a SATA teve na distribuição de correio na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Todo o setor da aviação sofre hoje pesadas consequências decorrentes da pandemia COVID-19, mesmo as maiores companhias aéreas estão a braços com uma crise sem precedentes e mesmo sendo inteiramente públicas encaram com hipótese de resolução a grave crise em que se viram de repente mergulhadas, quer despedimentos massivos, quer reduções de frota, reduções de rota, isto apesar das apertadas normas que a União Europeia havia criado para forçar, numa primeira fase, a privatização de todas elas, e numa segunda fase a sua concentração num objetivo único de exclusão, que seria enriquecer um pequeníssimo grupo de mega acionistas terem sido repentinamente serem substituídas por uma política menos ortodoxa quanto aos apoios do Estado às companhias aéreas.

Malgrado este volte-face nas políticas ultraliberais na União Europeia, nem assim foram evitadas falências de várias companhias, na sua generalidade,

empresas privadas, isto enquanto outras estão em marcha ou então pré-anunciadas.

Esta falência de empresas privadas da aviação vem uma vez mais provar, como se tal ainda fosse necessário, que o setor de transporte aéreo é um setor demasiado importante e fundamental para ser deixado à gula dos privados, para os quais serviços que asseguram são importantes, quando lhes proporcionam chorudos lucros.

Esta falência vem ainda demonstrar a falácia daqueles que afirmavam que a boa gestão só é no setor privado, mas se ainda provas mais concretas fosse necessário para demonstrar tal falácia, temos entre nós o exemplo bem concreto da TAP na qual os privados detinham 49% do capital social, mas agora como todos sabemos a gestão passa a ser pública e o Estado é detentor de 72% da TAP.

Perante todo este quadro que veio dar inteira razão àquilo que o PCP sempre defendeu para este setor e da utilidade da SATA durante esta pandemia, podemos hoje congratular-nos que não tenham ido por diante as tentativas do Partido Socialista para a privatização da SATA e que desde a aprovação da Resolução n.º 21/2020, o Governo Regional se recusa a prosseguir com esta privatização, esperamos que definitivamente.

Certamente muitos poucos hoje terão dúvidas que se tivesse a SATA sido entregue a privados, certamente hoje estaríamos a lamentar muito possivelmente a sua falência e o seu desaparecimento, isto não sem antes ter ficado o Governo Regional sem um poderoso meio de intervenção que utilizou, e muito bem, para a contenção da pandemia, o que teria sido impossível com a SATA entregue aos desígnios e às determinações de investidores privados.

Hoje podemos afirmar sem rodeios que os factos vieram dar razão àquilo que o PCP e a sua Representação Parlamentar sempre defendeu nesta Assembleia, e que é a SATA inteiramente pública, bem gerida e financeiramente provida do necessário capital.

Se assim for, a SATA nunca será um problema para a Região, antes pelo contrário, será sempre a solução dos graves problemas inerentes a uma região arquipelágica com a dimensão e a dispersão territorial e diversidade da nossa.

Sendo, como sempre o dissemos, uma empresa estruturante para os Açores não pode, de modo algum, dispensar, muito menos malbaratar e mal gerir ou embarcar em aventuras de duvidosa consequência.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No Projeto de Resolução que aqui estamos a discutir, é afirmado que (e passo a citar): “a importância estratégica da SATA para os Açores, e no quadro de uma estratégia de coesão nacional que todos os intervenientes políticos não se cansam de defender, pode justificar o apoio estatal à SATA no quadro dos projetos de interesse comum, previstos na lei”, fim de citação.

Quanto a isto apenas podemos estar de acordo que apenas possa justificar o apoio estatal à SATA.

Quanto a nós, Representação Parlamentar do PCP, não pode. Justifica, de facto. Não há que termos medo das palavras, nem das afirmações.

Referem ainda os proponentes que “estamos na altura de tomar decisões arrojadas e estratégicas e pôr de lado os remendos, em particular na SATA, por via da situação extremamente difícil em que se encontra, agravada pelas consequências da pandemia”, fim de citação.

Para nós, Representação Parlamentar do PCP, parece-nos que tomar decisões arrojadas com impactos imprevisíveis futuros, quiçá irreversíveis, quando estamos num clima de ainda grande incerteza quanto ao futuro dos transportes aéreos e a todo o enquadramento que será subsequente e este difícil período, não é só de difícil previsão das suas consequências como até se pode transformar numa perigosa aventura.

Podemos compreender que seja politicamente apetecível avançar desde já com propostas categóricas e definitivas quanto àquilo que deverão ser as medidas a tomar quanto ao futuro da SATA. Contudo, é nossa opinião, manda a prudência

que avancemos percorrendo um caminho seguro, sem pressas e bem pensado e sustentado para não termos no futuro a vir lamentar-nos.

Finalmente é proposto nesta Resolução, e cito: “a concretização de um acordo entre acionistas das duas companhias aéreas públicas de aviação nacionais – TAP e SATA – que se efetive numa parceria estratégica a ser concretizada posteriormente pelas respetivas administrações das duas empresas”, fim de citação.

Só este facto basta quanto a nós para que torne tal proposta manifestamente desfasada da realidade e impeça o nosso apoio, todavia e como se tal não bastasse basta termos minimamente em atenção o quadro de incerteza que hoje paira sobre a TAP, sem que haja uma decisão concreta no imediato sobre o seu futuro, nomeadamente o seu modelo de gestão, conforme dissemos anteriormente para percebermos que tal Projeto de Resolução não poderá de modo algum merecer a aprovação da Representação Parlamentar do PCP.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

Deputada Graça Silveira (Independente): E o Governo não vai falar?

Deputado Marco Costa (PSD): O Governo não tem nada a dizer!

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós insistimos novamente: esperamos que o Governo apresente e responda às questões que foram colocadas relativamente ao assunto que está aqui a ser discutido.

O Sr. Presidente do Governo já se ausentou da sala, temos aqui a Sra. Secretária Regional da tutela...

Deputado João Paulo Ávila (PS): A iniciativa é do Bloco de esquerda!

O Orador: ... e aquilo que esperamos é que possa prestar esclarecimentos relativamente às questões que foram colocadas.

Só para terminar, quanto àquilo que disse o Sr. Deputado José Ávila, essa tentativa de passar uma esponja sobre a SATA e o passado da SATA, afirmando que faliram 19 companhias em todo o mundo o ano passado, não foram 19, foram 26.

Deputado José Ávila (PS): Eu disse 22!

O Orador: Vinte duas! Foram 26!

Eu desconheço. Se alguma delas era uma empresa nacional, eram empresas privadas, todos os anos, em todos os setores vão à falência centenas de empresas e na aviação também não é diferente. Isso não é motivo para justificar aquilo que se passa com a SATA, mas insistimos com a Sra. Secretária que se pronuncie se irá entregar o Plano de Reestruturação à Assembleia, ou não, e relativamente às ajudas do Estado e àquilo que é a contradição entre a nota informativa da SATA e aquilo que é um esclarecimento adicional que consta na imprensa, que nos diga exatamente qual será o caminho a seguir.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começando pelas questões que foram colocadas (obviamente durante este debate julgo que seria importante ouvir a opinião do Governo, porque está representado e sobre esta matéria enquanto representante do acionista seria importante, mas indo às questões concretas que foram colocadas), neste caso a última questão colocada pelo Sr. Deputado Artur Lima:

Sobre o eventual risco de dupla nacionalização, como lhe chamou, aquilo que se coloca aqui como potencial perigo seria o Governo da República passar a ser acionista da SATA. Eu julgo que esse risco não existe de forma alguma e está completamente arredado, porque se o Governo da República colocar uma verba no Orçamento de Estado e transferi-la para o Governo Regional e o Governo Regional injetar, através de uma ajuda de Estado, sendo essa ajuda obviamente

autorizada, não há qualquer nacionalização, ou dupla nacionalização, porque o dinheiro é injetado pelo único acionista que é o Governo Regional e julgo que esse perigo não está colocado em cima da Mesa, aliás, ninguém pensará que o Hospital do Funchal passará a ser duplamente nacionalizado ou ter uma espécie de dupla tutela do Governo da República ou do Governo Regional, porque ele apesar de ser também participado a partir de fundos do Orçamento do Estado, é da gestão obviamente do próprio Governo Regional da Madeira, e é assim que deve ser e isso obviamente terá de ser negociado e é essa negociação que define os termos exatos dessa participação financeira.

É por isso que nós colocamos um caminho e não definimos que ele é o único possível. Os projetos de interesse comum são possíveis, podem ser explorados e devem ser explorados e não sendo possível chegar a acordo, é entre os governos que essa negociação deve ser feita e uma negociação não se parte com caminhos completamente fechados, parte-se com disponibilidade para negociar. É assim que deve ser.

Relativamente às questões que o Sr. Deputado José Ávila também colocou e obviamente que saliento também a concordância do Partido Socialista com alguns dos princípios que nós colocamos no nosso Projeto de Resolução, princípios, julgo eu, que devem orientar aquela que é a resposta pública, não só à situação que vivemos, mas a resposta pública para também os transportes.

Pergunta, relativamente ao ponto 1, se não será a administração que deve definir estas melhores parcerias?

Neste caso, o ponto 1 refere-se especificamente a um acordo que preveja uma participação financeira através do Governo da República.

Essa negociação, em nosso entender, deve ser feita pelo Governo Regional e pelo Governo da República e não será a administração a ter essa função, porque é o acionista que o tem de o fazer.

Depois, relativamente ao ponto 2, as questões relacionadas com a concorrência.

Começo por dizer uma coisa muito simples: um ilustre socialista, muito recentemente – Carlos César –, referiu e acusou a TAP da manigância de tentar dar cabo da Azores Airlines.

Julgo que se começássemos por aí, por fazer com que a TAP não desse cabo da Azores Airlines, já seria um começo para essa tal parceria estratégica que nós propomos. É um começo muito ténue, é verdade, mas seria um começo. Ou seja, para começar seria importante que a TAP não tentasse dar cabo da SATA e não sou eu que estou a dizer, é Carlos César, Presidente do Partido Socialista. Era um começo e não vejo que isso ferisse qualquer lei da concorrência.

Não vejo que isso fosse qualquer tipo de cartel ou algo que se pareça.

E depois também há aqui uma questão que retribuo a pergunta, Sr. Deputado José Ávila: quando o Governo Regional queria privatizar metade, 49%, da Azores Airlines a uma empresa estrangeira, houve um interesse da Icelandair. Não haveria aí também uma possível violação das regras da concorrência?

Deputado Carlos Silva (PS): Violação?

Deputado Pedro Moura (PS): Concorrência!

O Orador: Eu acho que não haveria, mas retribuo a pergunta.

Parcerias estratégicas entre empresas existem e na aviação existem muitas. Ainda ontem o Sr. Ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, referiu que a TAP tem uma parceria com a AZUR e quer manter essa parceria.

Dir-me-á o Sr. Deputado José Ávila se considera que essa parceria é suscetível de violar as leis da concorrência e as regras da concorrência?

As parcerias têm de ser definidas no enquadramento que a lei exige, como é óbvio, mas podem ser, e devem ser, e obviamente que no contexto em que estamos, em que a aviação está numa situação, em todo o mundo, de grande fragilidade, em que grandes empresas passam por dificuldades e recorrem a apoios públicos, sabemos que se nada for feito as empresas simplesmente morrem, e se não nada for feito relativamente à SATA a SATA morre, e tem de ser feito.

Agora, o trabalho e esse esforço é um grande esforço e temos consciência disso. A questão aqui fundamental é saber se os Açores, se esta Assembleia em primeiro lugar, dando um sinal político e fazendo uma recomendação ao Governo, se o Governo Regional dos Açores está ou não disposto a sentar-se à Mesa e exigir do Governo da República que contribua financeiramente para o esforço que é preciso fazer para salvar a SATA? Essa é a questão que tem de ser colocada, e é isso que nós temos de decidir. E para o Bloco de Esquerda esse passo tem de ser dado.

Deve o Governo Regional sentar-se à Mesa com o Governo da República e exigir tratamento igual ao que teve a Madeira relativamente ao Hospital Central do Funchal, exigir uma participação financeira para salvar a SATA.

E digam-me as Sras. e os Srs. Deputados se não querem que o Governo da República transfira 50, ou 60, ou 100 milhões de euros para a Região para ajudar a salvar a SATA? É essa a questão que têm de responder. Para o Bloco de Esquerda esse trabalho, essa exigência tem de fazer o Governo Regional, porque não podemos ficar e assumir nós toda essa responsabilidade,...

Deputado Carlos Silva (PS): Onde é que isso está escrito?

O Orador: ... porque nós temos o Serviço Regional de Saúde fragilizado, temos um serviço de educação que é preciso investir, temos transportes, infraestruturas numa Região de 9 ilhas que custam muito dinheiro. É essa responsabilidade que nós assumimos ao apresentar aqui uma proposta que não será certamente a única possível e poderá não ser até a melhor possível, mas teremos a coragem de apresentar e teremos a coragem de exigir ao Governo Regional que faça exatamente isso, que se sente à Mesa com o Governo da República para que o Governo da República efetivamente participe uma parte do dinheiro, do valor que é necessário para salvar a SATA.

Disse.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é isso que está escrito!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo: Dividirei a minha intervenção em duas partes: a primeira na análise do Projeto de Resolução que aqui nos traz o Bloco de Esquerda.

Registei, e começava por mencionar isso mesmo, que o Sr. Deputado António Lima disse que apresentava esta iniciativa com sentido de responsabilidade, com sentido do que é a sua visão para as linhas orientadores para a recuperação da SATA face à situação que vivemos, e que não tem a pretensão de ser a única solução possível.

Registando isso, apresento-lhe a apresento a esta Casa, as nossas considerações acerca daquilo que nos é proposto neste Projeto de Resolução.

Começava por mencionar o mandato que aqui se pretende dar ao Governo Regional por encetar negociações com o Governo da República e nomeadamente para providenciar um envelope financeiro necessário, mantendo o carácter totalmente público e regional da empresa.

Ora bem, já tem sido público, e voltará a ser e voltarei a explicar as vezes que forem necessárias, que o envelope financeiro necessário e solicitado pela SATA, que o tornou público através de um comunicado e que reveste a forma de auxílio de emergência, porque se constitui um auxílio de Estado, trata-se, e isso foi esclarecido pelo Sr. Vice-Presidente ainda ontem, de um financiamento que a SATA contrairá e que será avalizado pela Região.

Qual é a intervenção do Estado neste procedimento?

Quem tem competência para solicitar e desencadear um procedimento de auxílio de Estado é o Governo da República e não o Governo Regional, daí a Região ter-se dirigido, na sequência do pedido apresentado pelo Conselho de Administração da SATA, ao Governo da República no sentido de desencadear esse processo.

Esse processo é desencadeado através de um procedimento de formulário, que é bastante exaustivo nomeadamente quanto à forma desse apoio financeiro e muito pormenorizado, aliás esse formulário é público, e a partir daí, conforme sabem, haverá um espaço de tempo para que a SATA apresente um Plano de Reestruturação à União Europeia que mostre a sua viabilização e que justifique a atribuição imediata e rápida desse auxílio de emergência que a SATA contabilizou em 163 milhões de euros e que se destina a prover as necessidades de liquidez até ao final do corrente ano de 2020.

Esta é a opção do Governo Regional baseado naquilo que foi a análise e a apreciação feita pelo Conselho de Administração da SATA.

Recordo que as orientações dadas ao Conselho de Administração neste âmbito, foi no sentido de se socorrem de todos os instrumentos disponíveis e em vigor para assegurar a sobrevivência do grupo. Esta foi a opção do Conselho de Administração e foi esta a opção que o Governo dos Açores acatou.

Fazendo uma breve menção ao carácter totalmente público e regional da empresa, Sr. Deputado, penso que a partir do momento em que está abandonado o processo de privatização, até porque determinado por esta Casa, que mais não fosse, mas porque, de facto, no atual contexto não faz qualquer sentido, julgo que este pressuposto também estará cumprido.

Portanto, no princípio concordamos, podemos não concordar quanto à forma, mas no princípio concordamos.

Segundo ponto: “acordo entre acionistas das duas companhias aéreas públicas de aviação nacionais - TAP e SATA...”

Mais uma vez seria uma opção, no entanto, o Governo dos Açores entende que essas negociações de parcerias estratégicas, nomeadamente que se materializam em alguns voos de code-share e outros, deverão ser negociações encetadas exclusivamente pelos Conselhos de Administração sem qualquer interferência, quer do Governo da República, quer do Governo dos Açores.

Mais uma vez, volto a referi-lo, é uma questão de opção, não afasta a necessidade de haver articulação entre as duas companhias áreas, aliás, posso mencionar que na sequência daquilo que foi anunciado pelo Presidente do Conselho de Administração da TAP, Miguel Frasquilho, de contacto com instituições pelo país inteiro, se bem que o termo instituições, a mim, ofende, houve uma reunião já com o Governo dos Açores, em que teve presente esta Secretária e a Secretária Regional do Turismo, em que a TAP apresentou a maioria dos seus quadros principais e em que quiseram auscultar o Governo dos Açores, à semelhança do que fizeram por todo o país, acerca de quais seriam as nossas principais preocupações em relação aos tempos que vêm.

No meu caso concreto as preocupações são simples e muito objetivas, no caso concreto dos transportes: saber qual é a atitude da TAP em relação à SATA, saber qual é a abordagem às rotas da Horta e do Pico, se pretendem apresentar-se com um plano de exploração às OSP, que como sabem não são compensadas financeiramente, e também uma abordagem acerca daquilo que foi o transporte de carga no período de pandemia, porque como sabem a TAP operou com Embraer, o que implicou uma diminuição significativa da capacidade de carga, ainda que a SATA neste período tenha compensado de alguma forma...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso! É falso! Já vou intervir!

A Oradora: Sr. Deputado, de uma forma geral foi com um Embraer que estiveram a operar.

A SATA colmatou esta parte da carga sendo que, como sabem, também na sequência da Resolução do Conselho de Governo que, enquanto acionista, determinou à Azores Airlines que não transportasse passageiros, continuou a assegurar transporte de carga.

Portanto, julgo que aqui terá de ser uma estratégia montada entre Conselhos de Administração, até porque entendemos que em termos comerciais, de marketing e até de montar uma rede e receita como deve ser, não são os governos que têm essa capacidade, são os órgãos técnicos, operacionais das duas companhias.

De qualquer forma essa disponibilidade foi totalmente manifestada e já há contactos entre os dois Conselhos de Administração.

Por último, a terceira proposta de “apresentar trimestralmente à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o ponto de situação das negociações entre o Governo dos Açores e o Governo da República”, eu transformaria isto num outro sentido, e dando já resposta também ao Sr. Deputado António Vasco, no sentido de manter naturalmente e por nossa obrigação a par esta Casa, e nomeadamente em Comissão de Economia, de toda a evolução do procedimento e nomeadamente do Plano de Reestruturação, Plano de Reestruturação este que, conforme também tem sido público, a empresa estava a trabalhar num plano antes da época COVID, esse plano teve de ser objeto de uma profunda alteração a partir de março, está a ser trabalhado. O compromisso deste Conselho de Administração era apresentá-lo até ao final do mês de junho. O Plano está concluído, está ainda em documento de trabalho na medida em que tem de ser discutido ainda com as tutelas operacionais e financeiras, terá de ser ainda certificado por consultores, mas logo que esteja formalmente apresentado e concluído, a nossa obrigação, e aqui me predisponho, é apresentá-lo à Comissão de Economia com detalhe, juntamente com o Conselho de Administração da SATA, para que esta Casa possa conhecer as suas principais linhas orientadoras.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Esta proposta do Bloco de Esquerda não faz sentido nenhum. Não tem qualquer tipo de racionalidade. A verdade é essa e eu digo-a com muita frontalidade.

Num momento de incerteza absoluta, em relação àquilo que vai acontecer no futuro com a TAP, e no momento em que a Sra. Secretária continua a adiar a entrega das linhas estratégicas e do Plano de Negócios, e continua a não informar e a não revelar nenhuma informação sobre esta matéria, vir aqui formular planos assentes em coisa nenhuma não faz qualquer tipo de sentido, não tem qualquer tipo de racionalidade.

Eu não a quero ofender com estes termos. O que eu lhe estou a dizer é que estou desapontado com V. Exa., porque V. Exa. neste Parlamento tem sempre apresentado, de uma forma geral, ideias minimamente estruturadas.

Portanto, isto é uma coisa absolutamente desconexa, não faz sentido absolutamente nenhum. É quase a mesma coisa do que encostar ao Titanic o Slavonia. É a mesma coisa.

V. Exa. quer salvar, então vamos encostar duas empresas com enormíssimas dificuldades, com uma indefinição total. O senhor quer montar aqui um plano estratégico, e depois colocando a SATA numa posição de satélite da TAP, porque é evidente. O senhor sabe quais são as leis da física.

Eu já estou na política há suficientes anos para ter conhecido o que significou o predomínio, a hegemonia da TAP para a nossa Região.

Deputada Graça Silveira (Independente): É verdade, sim senhor!

O Orador: Nós sabemos bem o que é que isso significou para a nossa Região, e nós sabemos bem o que significou ter autonomia nessa matéria, uma diferença abissal.

Em relação a esta matéria, a sua proposta não faz sentido absolutamente nenhum, não tem o mínimo de racionalidade. É isto que lhe devo dizer.

Em relação ao Governo Regional, Sra. Secretária, a Sra. Secretária é interpelada ao longo de meses:

- Então, e o Plano de Negócio?

- O Plano de Negócios, o outro estava desatualizado, quando demitiram, ou se demitiu, nunca se saberá bem, o anterior Presidente do Conselho de

Administração, solicitei-lhe várias vezes cópia do Plano de Negócios, e o Plano de Negócios não aparece.

Depois, fiz um requerimento em relação ao Plano de Negócios.

- Ah, o Plano de Negócios não traz vantagens.

Não é a questão de se traz vantagens ou não, a informação tem de ser transparente e V. Exas. tinham a obrigação de dar cópia do Plano de Negócios.

Pronto! Nunca o tornou público.

Agora, a mesma história. V. Exa. vai adiando sucessivamente a entrega da documentação que é fundamental.

Eu até pergunto como é que nós podemos fazer uma negociação, como é que nós podemos fazer um debate, sob coisa nenhuma, porque não temos nenhuma informação neste momento sobre a situação em que a empresa se encontra, a não ser generalidades absurdas, como por exemplo, estas generalidades que estavam na nota do Conselho de Administração da ATA.

Temos necessidades de financiamento da SATA para quê? Porque temos défice de exploração resultante da queda da procura.

Mas quanto é que esta foi queda? O défice de exploração, quantifique.

Que dificuldades são essas?

Pagamento da dívida vencida a fornecedores. O que era importante era que pudesse dar pormenores sobre esta matéria também.

Amortização das linhas de financiamento bancário.

Nada quantificado! Absolutamente nada quantificado. Portanto, estamos aqui a discutir no vazio, porque V. Exas. não transmitem informação.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Não faz qualquer sentido a proposta do Bloco de Esquerda, até por uma questão de futuro. É que imagine V. Exa. que no seu ponto 2, a TAP naturalmente será sujeita a um novo processo de privatização. Imagine como é que fica a SATA!

V. Exa. fez parte e foi determinante num Governo maioritário na República, entre 2015 e 2019, e fez rigorosamente zero nessa matéria.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem lembrado!

O Orador: Portanto, o Sr. Deputado vir para aqui como São Tomás, “faz o que eu digo, mas não o que faço”, estamos bem satisfeitos e bem contentes.

Aliás, o seu partido na República, fazendo parte do leque preferencial de António Costa, também já poderia ter intervindo nessa matéria e feito uma proposta na República nesse sentido, mas não o fez, Sr. Deputado.

Portanto, entre 2015 e 2019 eu pergunto-lhe o que é que o seu partido, aliás determinante para a maioria, fez para resolver a situação da TAP.

Sabe, aliás, a expressão não é minha, é do Partido Socialista e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que a TAP é uma empresa predadora da SATA quando aqui se discutiu, no passado, a eventual privatização, aquele processo, que nunca passou de um processo, e que fomos aqui sendo, enfim, eu não diria enrolados, mas quase, num pretenso processo de privatização que nunca chegou a existir.

Agora preocupa-me!

Sra. Secretária Regional, ainda bem que a TAP voou com um Embraer 195 para a ilha Terceira, porque senão tínhamos ficado à mingua, à mingua de uma empresa que vive à custa dos impostos dos açorianos e que não serviu os Açores, Sra. Secretária, nem a empresa, nem o seu Governo, porque por ordem do seu Governo e ordem sua, o 320 a autonomia acabou no Aeroporto João Paulo II. Não podia vir trazer correio às Lajes. E por ordem sua e do seu Governo a carga de correio era distribuída às pinguinhas, num (apenas um!) aviãozinho da SATA transformado em COMBI. Era a esmola de correio que era distribuído às outras ilhas, demorando um mês e às vezes 40 dias a chegar,

porque a Sra. Secretária no âmbito das suas competências nunca serviu os Açores, nem o seu Governo.

O avião parava no Aeroporto João Paulo II. Porquê, Sra. Secretária? Não tinha autonomia para chegar à Terceira? Não tinha autonomia para chegar à Horta? Não?

A carga foi centralizada, com os prejuízos todos (além da pandemia) que foram culpa sua e do seu Governo, Sra. Secretária Regional. Uma má opção!

Ainda bem que o correio chegou à minguá à ilha Terceira e às outras ilhas com o Embraer 195, porque por sua opção e por opções erradas de mais alguém na saúde tínhamos ficado isolados do mundo. Por sua opção e do seu Governo! Mas quando chegou a altura, foram muito prontos, quando apareceu o primeiro caso COVID positivo na Terceira, em retirar toda a frota da Terceira para São Miguel.

Agora com os casos que apareceram todos positivos, o que é que fizeram? Mantiveram tudo em São Miguel!

Onde é que está o avião estacionado na Terceira, como estava? Por que é que já não está lá, o Q-400? Qual é o problema? Por que é que não volta? A pandemia também é que é culpada? A pandemia também serve de desculpa a isso? Ou é a negligência? Ou é a incompetência? É essa a pergunta. São as questões que tem de responder aos açorianos das outras ilhas que não seja de São Miguel, Sra. Secretária.

Foi vergonhoso a atuação do Governo nessa matéria, servindo-se da pandemia com más opções de transporte.

Devo dizer-lhe: ainda tem o distinto deslante de vir aqui dizer que introduziu nas negociações a TAP nas OSP, Sra. Secretária? Mas o que é isto? Quando nesta Casa, no dia 1 de julho de 2019, foi proposto e aprovado, que a TAP começasse a voar para o Pico e para o Faial. A 1 de julho de 2019! Há um ano! E os senhores e o Bloco de Esquerda nada fizeram nessa matéria! Zero nessa matéria, Sra. Secretária!

Mas ficou provado uma coisa (ficou provado uma coisa!): é que os senhores não têm desculpa para que a TAP volte a voar para o Pico e para o Faial, porque ficou provado uma coisa, é o Embraer 195, como eu disse aqui naquela altura, e o Embraer 190, é o avião perfeitamente ideal, quanto ao número de passageiros, quanto à dimensão da pista para voar para o Pico e para o Faial, ou seja, não seja não voam porque os Governos do Partido Socialista de cá e de lá não querem, e a SATA, Sra. Secretária, a SATA ou Azores Airlines, ou não nome que lhe vão dar a seguir, porque o que os senhores têm feito é mudar-lhe o nome e aumentar a dívida, é vergonhoso que voe apenas duas vezes por semana para a segunda maior ilha dos Açores (duas vezes por semana!). Porquê, Sra. Secretária?

É porque não tem taxa de ocupação, ou a taxa de ocupação só se usa para uma ilha e não se usa para as outras?

Mas que realidade é esta? Mas que equidade é esta, Sra. Secretária Regional?

Deputado Carlos Silva (PS): O Projeto de Resolução é do Bloco de Esquerda!

O Orador: Isto não é servir os Açores, nem os açorianos, nem é usar o dinheiro dos impostos dos Açores e dos açorianos para injetar numa companhia que envergonha os açorianos.

A SATA não serviu, Sr. Deputado Paulo Estêvão, os açorianos. Não serviu! Ficámos piores servidos com a SATA do que quando tínhamos a TAP, Sr. Deputado Paulo Estêvão, porque a TAP nunca abandonou nenhuma das ilhas, nunca serviu, nunca deixou de servir os Açores e a SATA deixou de servir os Açores e os açorianos, na sua globalidade, Sr. Deputado e eu acabei de o provar agora.

Portanto, o que nós precisamos é de uma SATA regional, de uma SATA açoriana, de uma SATA autonómica que sirva os Açores e não serve. Isso o Governo Regional não faz, porque só manda na SATA quando lhe interessa. Quando não lhe interessa não manda na SATA e isto é que é vergonhoso.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho novamente na sequência da intervenção da Sra. Secretária, não sem antes de dizer que sobre quem acha que a proposta não tem sentido, sem fazer grandes considerações, eu apenas digo que eu não sei o que achar da proposta de quem diz isso, porque não tem, porque o Bloco de Esquerda tem a responsabilidade de apresentar uma proposta que pode ser criticada, que pode ser elogiada, que pode ser votada a favor, de abstenção, mas temos uma proposta e não temos medo de a apresentar e viemos aqui de peito aberto sem qualquer problema ao debate, porque temos noção do caminho que fizemos e da nossa responsabilidade.

Por isso, sobre quem diz que não tem sentido, apresente a sua e apresente melhor.

Relativamente ao que disse a Sra. Secretária, eu julgo que há aqui algumas matérias que importa aprofundar e que importa, dentro dos limites que este debate permite, olhar com alguma atenção.

Diz a Sra. Secretária e disse ontem também o Sr. Vice-Presidente, que aquele financiamento relativamente à SATA, será um financiamento de emergência através de um aval da Região.

Bem, isso não sendo uma injeção direta de capital, na prática é uma responsabilidade da Região. É isso que significa exatamente esse aval e é a mesma solução que é adotada no caso da TAP.

(Aparte inaudível)

O Orador: Não sou contra, Sr. Deputado, pelo contrário.

Ora, nada disso invalida que, ao abrigo do processo que nós propomos, no ponto 1, nesse processo de negociação, com um processo negocial entre

governos, como já existiram outros e certamente existirão no futuro, que o Governo da República, se entender, e for essa a sua vontade com base nessa negociação, não transfira para a Região uma verba que entre no Orçamento da Região e que sirva ao Orçamento da Região e nos retire esse enorme peso de arcar com todas as responsabilidades. Não será tudo, certamente, mas consideramos que há aqui uma responsabilidade que não é apenas nossa.

Ainda ontem o Ministro das Infraestruturas deu uma interessante entrevista em que dizia que – e parafraseando sem citar com grande pormenor, porque não tenho aqui a transcrição – que nós somos uma comunidade, do Minho aos Açores, e salvaram a TAP, salvaram a Efacec, no Porto, e que vão avançar (o Governo da República) com a construção do novo Hospital do Algarve. E acrescento eu, e o Bloco de Esquerda, a esses objetivos que são fundamentais e que consideramos relevantes, o novo Hospital da Madeira, porque é justo que assim seja, e acrescentamos um apoio aos Açores para ajudar a recuperar a SATA.

Esse é o ponto principal da nossa proposta e custa-me a crer que haja algum partido nesta Casa que não queira que a República apoie financeiramente os Açores para ajudar a recuperar a SATA.

Eu já vi muita coisa. Recusar apoio financeiro (sem juros, é um empréstimo) a fundo perdido, eu ainda não vi, mas estamos sempre a aprender.

Essa proposta é o fundamental daquilo que nós propomos, é que o Governo Regional faça essa luta: lute pelos Açores...

Deputado João Vasco Costa (PS): É o que fazemos todos os dias, Sr. Deputado!

O Orador: ... para salvar a SATA, mas fundamentalmente pelos Açores.

O resultado pode não ser positivo, pode não encontrar abertura do outro lado, mas tem de o fazer, tem de tentar e é isso que nós propomos e não poderíamos viver connosco próprios sem fazer esta proposta, sem o exigir aqui, primeiro

nos Açores, porque é aqui que se faz a política regional e é aqui que essas posições devem ser tomadas.

Ainda sobre a intervenção da Sra. Secretária e as parcerias estratégicas, refere que devem ser realizadas pelos Conselhos de Administração.

Eu não estou em desacordo com essa afirmação, mas elas derivam, como é óbvio, de uma vontade dos seus acionistas. Se um dos acionistas disser: não senhor, não há acordo estratégico com aquela empresa coisa nenhuma, o Conselho de Administração naturalmente terá de acatar essa decisão do acionista, e o acionista Estado, o acionista que é representado pelo Governo da República, já demonstrou que tem e tinha, ainda antes desta nacionalização, deste aumento da participação do Governo da República na TAP, influência forte, ou seja, mandou na TAP quando deu orientações à TAP para continuar a voar para os Açores durante a pandemia, contra a vontade até do próprio Governo Regional.

Por isso é obviamente importante que haja um acordo político entre os dois acionistas para que um acordo estratégico possa ser delineado, possa ser pormenorizado entre os Conselhos de Administração e nessa matéria nós estamos perfeitamente de acordo.

Posto isto, termino por aqui e continuaremos o debate, porque também coloquei algumas questões ao Partido Socialista em jeito obviamente de contraponto à intervenção inicial do PS.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária já esclareceu um ponto, de que as ajudas de Estado serão um processo formal a partir do Governo da República, são 163 milhões de euros, e

será na forma de financiamento com o aval da Região. Penso que essa questão está esclarecida por aquilo que afirmou.

Aliás, isso confirma o que foi a proposta do Partido Socialista na revisão do Orçamento de aumento do montante possível de concessão de avales para a Região que passou de 60 para 190 milhões de euros. Não foi explicado na altura. Percebíamos que seria para a SATA para outra situação, possivelmente será exatamente uma forma de conseguir aumentar o montante, e, portanto, estamos esclarecidos quanto a essa questão.

A verdade é que quanto ao Plano de Reestruturação, que é a questão central, o que é dito aqui na nota informativa do Conselho de Administração da SATA é que o Plano de Desenvolvimento 2020/2025, do potencial do Grupo SATA, já foi entregue ao Governo, está aqui explicado no comunicado.

Portanto, o que nós esperamos é que independentemente de vir a ser discutido na Comissão de Economia, não há razão nenhuma para que não seja de imediato entregue aqui nesta Assembleia. Independentemente deste documento ainda ser sujeito a discussões com a Administração da SATA, com departamentos da Administração, não há razão nenhuma para que não seja imediatamente entregue nesta Assembleia. É a isso que se chama transparência.

Há um documento que é aguardado há muito tempo, que é uma situação essencial para a Região, porque se trata de uma empresa também essencial para a Região e é uma empresa que só em 2020 já tem aprovado, entre reforço de capital e compensação de serviço público, 130 milhões de euros de esforço da Região. Tem agora o aval da Região para mais 163 milhões de euros.

Portanto, é uma obrigação redobrada do Governo informar permanentemente o Parlamento de tudo aquilo que é informação que exista e que seja requerida. Aliás a iniciativa devia ter sido do Governo nessa matéria.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas eu tenho uma questão adicional que é esta:

Este financiamento com garantia da Região, de 163 milhões de euros, será aprovado ou está sujeito a aprovação de Bruxelas.

Já na discussão da proposta de revisão do Orçamento coloquei essa questão, mas não tive resposta.

Qual é a diferença entre este pedido e aquele aval que foi concedido pelo Governo ao empréstimo contraído em 2018 de 65 milhões de euros? Que se saiba, não seguiu as vias que este seguirá.

A pergunta é: foi ilegal o outro ou não foi ilegal?

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

O Orador: Qual é a visão do ponto de vista da legalidade relativamente a uma situação e outra? Ou porventura terá havido alteração na legislação europeia? Era importante que a Sra. Secretária respondesse a essa questão.

Quanto à proposta em concreto do Bloco de Esquerda, por aquilo que é a situação do Plano de Reestruturação, ela é uma proposta feita com boa vontade tendo em conta as dificuldades da SATA, a importância da SATA, a verdade é que é extemporânea face àquilo que são as condicionantes quer do Plano de Reestruturação, quer aquelas que venham a ser impostas pela União Europeia.

Portanto, é perfeitamente extemporâneo neste momento estar aqui a definir se a estratégia passa por um acordo com a TAP, partilha de voos, o que quer que seja.

Mas a verdade é que também não nos podemos esquecer do passado e o passado é este: até à alteração das Obrigações de Serviço Público em 2015 do Governo do PSD/CDS, tínhamos um mercado condicionado.

Era bom para as companhias, mas não era bom para os açorianos. Era bom para as companhias porque tinham o mercado dividido e praticamente sem concorrência, a verdade é que serviu mal os açorianos do ponto de vista do preço, do ponto de vista das acessibilidades.

Portanto, nós não somos contra, por princípio, a qualquer parceria com a TAP. Agora é preciso ter memória e é preciso ter sempre presente que a concorrência

é essencial no mercado da aviação, tirando os serviços, como é a questão do serviço interilhas em que há um concurso. Quanto ao resto é essencial a concorrência. De outra maneira perdem os contribuintes, perdem os açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem agora a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*):

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

Eu começa por endereçar as respostas às questões colocadas pelo Sr. Deputado Artur Lima e começava em tom de desabafo por lamentar a sua observação, e julgo que também não será exatamente o seu sentimento, de que a SATA envergonha os açorianos.

Em relação ao serviço postal universal e àquela que é a obrigação dos CTT, como sabe há um contrato que vigora até 31 de dezembro deste ano (adiantando até se calhar um pouco nos pontos da ordem de agenda), e está a decorrer por parte da ANACOM, incumbida para o efeito, uma discussão pública no sentido de receber pareceres, informações, opiniões de todas as instituições acerca daquilo que será o serviço postal universal, ou daquilo que se percebe ou que se entende que deve ser o serviço postal universal para o próximo ano, se privatizado, se nacionalizado, se público, etc..

O certo é que o contrato que atualmente está em vigor, e celebrado pelo Governo da República, não pelo Governo Regional, com os CTT, implica que seja esta a entidade privada a contratar as suas necessidades de carga mediante recurso às companhias que operam, ou até com recurso a alguma companhia *ad hoc*, como tem sido até recentemente notícia de que iria contratar um cargueiro para fazer o transporte de carga.

Em relação aos constrangimentos que relatou e que são do nosso conhecimento acerca da distribuição postal em todas as ilhas, e em São Miguel inclusive, tem a ver com a organização da própria empresa. Este Governo, o Governo dos Açores, na medida em que tem a tutela das comunicações, o que tem feito é relatar sistematicamente à ANACOM aquilo que se tem passado para que esta exerça a sua ação fiscalizadora.

Por último, em relação à observação que já aqui discutimos por outras vezes, de que a SATA não voa o suficiente para a ilha Terceira, eu apenas lhe posso dar nota, para além daquilo que já disse algumas vezes nesta Casa de uma questão ser a ocupação do mercado em maior parte pela TAP e não pela SATA no que se refere ao mercado da Terceira, de que por exemplo, neste período agora de retoma na sequência da pandemia, temos que a SATA faz três ligações semanais a Lisboa, a TAP 10 e a Ryanair outras 10. Em relação ao Porto a Ryanair fará duas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Secretária, não é verdade!

A Oradora: Sr. Deputado António Vasco Viveiros, eu vou tentar ser o mais clara possível e de alguma forma tentar explicar-lhe que não existe qualquer contradição entre aquilo que disse o Conselho de Administração e aquilo que foi dito por nós, nomeadamente pelo Governo dos Açores na minha pessoa e na pessoa do Sr. Vice-Presidente.

A SATA remeteu o Plano de Desenvolvimento.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Isso está esclarecido!

A Oradora: Esse Plano de Desenvolvimento tem de ser naturalmente objeto de uma discussão com a tutela operacional e com a tutela financeira.

Feita esta discussão, nós, Governo, e Conselho de Administração da SATA, pediremos uma audição à Comissão de Economia para apresentar as linhas gerais, os pormenores e responder a todas as questões que os senhores entendam colocar sobre esse Plano de Desenvolvimento.

Eu recordo que o auxílio que agora se pede, e agora passando à segunda questão que colocou, de 163 milhões, reveste a forma de auxílio de emergência.

Conforme lhe disse, consubstancia este pedido o preenchimento de um formulário bastante detalhado e que está disponível online nos *sites* da União Europeia e que não implica, por parte da União Europeia, e que não implica por parte da União Europeia uma validação profunda daquilo que é o auxílio de emergência. Implica, sim, a apresentação, por parte do beneficiário desse auxílio, de um plano de reestruturação no prazo de 6 meses.

Conforme também tive oportunidade de dizer, esse prazo não vai ser minimamente esgotado por parte do Conselho de Administração porque o Plano já se encontra pronto.

Portanto, o auxílio de emergência que agora tratamos não se confunde com aquilo que se tratou em 2018 e daquele que foi um processo de financiamento ocorrido em 2018.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não acontece muitas vezes, mas eu tenho de discordar profundamente do Sr. Deputado Artur Lima nesta matéria.

O Sr. Deputado Artur Lima defende o monopólio, defende as virtudes do monopólio da SATA nos Açores.

Pois eu devo dizer-lhe que eu estou contra. Acho que foi uma libertação o fim desse monopólio da TAP. O fim desse monopólio da TAP foi uma libertação para os Açores, Sr. Deputado.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: Finalmente os açorianos, a partir daí, tiveram a oportunidade de visitar as suas comunidades, de ter ligações com o território continental com outra frequência, com outros preços, Sr. Deputado.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: Estou absolutamente contra aquilo que significou historicamente o monopólio da SATA para os Açores, o que ele significou para o povo açoriano.

Acho que foi uma libertação.

Outra coisa depois tem a ver com a gestão da SATA, mas isso é outra história.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Vai rescindir a coligação!

O Orador: Não há esse perigo! Não se aflija que vá perder o Deputado do Corvo.

Sra. Secretária Regional, eu gostaria que me informasse quantos toques fez a Azores Airlines entre março e 15 de junho na Terceira para transporte de correio? Quantas vezes o A320 veio à Terceira (gostaria que me informasse) entre o dia 16 de março e o dia 15 de junho?

Depois queria que me explicasse quantos dias por semana a SATA Azores Airlines opera para a Terceira?

Depois queria que me explicasse: diz que a TAP voa! A TAP só voa três vezes por semana, Sra. Secretária: quartas, sextas e domingos! Quartas, sextas e domingos, atualmente; a SATA terças e sábados, Sra. Secretária, e nem sempre; a Ryanair ao domingo, começou agora.

Eu queria era saber se a Ryanair não está a voar para Ponta Delgada, diariamente? Não está a voar para o Porto diariamente? A TAP não está a voar em alguns dias com dois voos para Ponta Delgada diariamente? A SATA não está a voar diariamente para Ponta Delgada e alguns dias com dois voos?

Pergunto-lhe por que é que para a Terceira são só duas vezes por semana? É isso que a senhora tem de me explicar, a senhora e aqui o “Sr. Deputado Autónómico”, Paulo Estêvão.

Deputado Manuel Pereira (PS): Zangaram-se as comadres!

O Orador: Têm de me explicar como é que a SATA serve os Açores, porque eu não consigo perceber.

É um facto que o Sr. Deputado só se preocupa com a sua ilha, que é o Corvo...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não!

O Orador: ... e que tem voos, média anual, de 3 passageiros por ano.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: Agora, eu preocupo-me com os Açores e com as acessibilidades a São Jorge, à Graciosa, etc., Sra. Secretária.

Explique-me lá, se faz favor, os dias. Eu gostaria muito que a senhora explicasse o que a senhora acabou de dizer.

De resto, quanto ao Projeto de Resolução posso anunciar à senhora e ao Sr. Deputado José Ávila que ainda hoje mesmo daremos entrada, novamente, do Projeto de Resolução para que a TAP no processo negocial volte a voar para o Pico e para o Faial.

Nós já o fizemos em julho de 2019 e vamos voltar a dar entrada, para o Sr. Deputado ficar com essa informação, em primeira mão, e com a estima que lhe tenho fica a saber que nós vamos voltar.

Espero é que o senhor volte a aprovar e espero que haja consequências.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão que se coloca aqui em relação à TAP ter fugido ou não ter fugido, todos nós nos lembramos do tempo em que a Região estava sujeita a

Obrigações de Serviço Público e não se podia falar em liberalização do espaço aéreo, porque ia ser uma desgraça, Sr. Deputado Francisco César. Íamos deixar de servir os açorianos, ia ser uma enorme desgraça.

Entretanto, quando se liberalizou o espaço aéreo e a Terceira e São Miguel deixaram de estar sujeitos a Obrigações de Serviço Público, a TAP decidiu que não lhe interessava ter Obrigações de Serviço Público (ponto). Deixou de ir para o Faial e para o Pico, basicamente foi isto.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Mas isso contraria o que o Deputado Artur Lima disse!

A Oradora: Foi para os mercados que estavam liberalizados e que lhe interessava.

Nessa altura, obviamente que a SATA veio voar para o Faial e para o Pico. Só faltava ser uma empresa açoriana que todos nós sustentamos, a dívida e a gestão ruinosa, e nem sequer servir as ilhas que tinham ficado sem as Obrigações de Serviço Público da TAP. Basicamente foi isto que se passou.

Agora aquilo que acho hilariante é o Sr. Deputado António Lima no seu segundo ponto... Eu percebo que em termos ideológicos seja contra uma liberalização de mercado. Isso é aceitável!

Agora vir propor furar uma liberalização de mercado, propondo ao Governo Regional que faça um cambão entre duas empresas de companhias aéreas, que se entendam.

O nome é este. Pode chamar-se cartelização, cambão ou o que quer que seja. Que as duas empresas se entendam! Mas podem entender-se para o bem e para o mal.

Podem entender-se com voos code-share, como também se podem entender com os preços exorbitantes que antigamente existiam.

A liberalização do espaço aéreo é que veio trazer bilhetes a preços praticáveis que os açorianos puderam passar a pagar. Vêm pedir ao Governo Regional que se entendam entre as duas companhias? Isto é, no mínimo, hilariante.

Sra. Secretária, por aquilo que eu percebi da sua explicação em relação ao Plano de Reestruturação, aquilo que disse foi que a questão levantada pelo Sr. Deputado António Neto Viveiros não tinha nada a ver com a questão anterior, porque dantes a Europa tinha que dar um aval para uma X percentagem de injeção de dinheiro do Governo na companhia pública (nós sabemos) e que agora é uma questão de urgência.

Deputado Carlos Silva (PS): Não foi isso!

A Oradora: E que o Governo Regional nem sequer vai precisar dos seis meses para apresentar o tal Plano, porque o Plano é o que vai permitir o aval para os tais 163 milhões e que se não for aprovado a SATA tem de devolver. Basicamente é isto! Pronto!

E o Governo Regional não vai precisar dos seis meses, porque na realidade o Governo Regional ou o Conselho de Administração da SATA, já tinha feito um Plano de Reestruturação que não teve nada a ver com o COVID, porque neste momento a situação de urgência é para as companhias aéreas que estão a precisar de se financiar no âmbito das perdas de rendimento e da situação que se gerou devido ao COVID.

A SATA não vai precisar dos seis meses, porque este Plano de Reestruturação está a ser feito há muito tempo e veio muito antes do COVID. Portanto, isso também não é sério, até porque agora não vai haver uma injeção do Governo Regional, nem do Governo da República na companhia, como se fez crer aos açorianos.

Aquilo que se vai permitir é que a SATA se endivide em mais 163 milhões.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Ávila tem agora a palavra.

Deputado José Ávila (PS): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, eu lamento dizer isto outra vez, mas até pode ter sido coincidência. Uma coisa é certa: quando a TAP deixou de voar, quer para o Pico, quer para o Faial, como sabe são duas gateways que servem o triângulo e o Grupo ocidental, o Governo era do PSD e do CDS-PP. Portanto, não há dúvida nenhuma e nós não podemos alterar a história.

Portanto, tenho muito pena que quando diz isso mais exaltado, até pode pensar-se que o senhor tem razão, mas neste caso não tem.

Era um facto, é histórico, faz parte da nossa história e nós não podemos apagar essa história.

Relativamente à esponja, que foi dito ali pelo Sr. Deputado Neto Viveiros, eu tenho pouco jeito para apagar o passado.

Deputada Graça Silveira (Independente): O senhor apaga é o futuro! Ah, estava a ver!

O Orador: Eu queria fazer-lhe uma confissão: eu estive agora a consultar rapidamente a empresas que faliram no ano de 2019, foi isso que eu disse, e eu teria dito que eram 22 as companhias de aviação.

Já vi um outro documento que tem 26, que deve ter sido aquele que o senhor consultou e há um outro que ainda são 23, mas uma coisa é certa, a grande maioria delas é da Europa.

Deputada Graça Silveira (Independente): Mas é privada!

O Orador: Isso aí é o que está... A seguir, a América do Sul e depois estará a Ásia.

Eu confesso que também quando vi isto não estive a ver a composição do capital de cada uma destas empresas, mas algumas delas até devem fazer parte das grandes empresas de bandeira. Não sei se será assim, o senhor deve ter estudado isso melhor do que eu, nesse aspeto.

Mas há aqui uma coisa que é preciso também saber, é que há empresas de aviação com uma longa história. Veja só:

A Aigle AZUR, de França, tem 73 anos de existência, ou aliás tinha, porque faliu em 2019.

A Adria Airways da Eslovénia tem 57 anos de história, aliás tinha, porque faliu também em 2019.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a Sata também vai falir!

O Orador: A Germania, da Alemanha, uma empresa bem conhecida, tem 40 anos de história, aliás, tinha porque faliu o ano passado.

Portanto, isto prova que a história tem muito pouco a ver com a resistência das empresas de aviação. É um meio muito competitivo, muito volátil, como eu tinha dito na minha primeira intervenção.

Uma coisa é certa: faliram estas, mas os anos que vêm a seguir vão ser desafiantes para esta indústria da aviação civil.

Sr. Deputado António Lima, o senhor comparou aí a possível privatização da Azores Airlines em 49% com uma empresa estrangeira, mas o senhor confundiu a parceria com a aquisição. Ora, a aquisição é uma coisa completamente diferente, é uma tomada de posição de uma empresa consoante o capital que vai adquirir. Não tem nada a ver com isso. E o senhor falou na continuação da parceria da TAP com a AZUR.

Ora, pergunto ao senhor: essa empresa faz as mesmas rotas que a TAP? Faz as mesmas rotas?

O senhor sabe que a TAP explora as mesmas rotas que a Azores Airlines. Faz o Ponta Delgada/Lisboa, faz o Ponta Delgada/Boston. Está no nosso mercado, Sr. Deputado, e por estar no nosso mercado talvez não seja aconselhável fazer esse tipo de parcerias.

E há aqui uma outra questão que também está aqui em causa: o Sr. Ministro ontem referiu que ainda pode levar alguns meses a nomeação da próxima Comissão Executiva. Neste momento a SATA tem de avançar. Tem de avançar e tem de avançar o mais rapidamente possível.

Portanto, acho que não há grande tempo para acordos.

Relativamente a uma questão que foi levantada sobre o aeroporto das Lajes, relativamente ao crescimento, falou-se muito do crescimento e houve aqui uma pergunta à Sra. Secretária relativamente ao transporte de correio.

Eu não sei exatamente o que é que aconteceu nesse período, mas há uma coisa que eu sei, é que em sete anos o aeroporto das Lajes teve um crescimento no número de voos em cerca de 20% e teve um crescimento também de 70% dos passageiros desembarcados, o que é quer dizer que houve também aqui um esforço da SATA, em conjunto com outras empresas, mas a SATA fez um esforço importante aqui para aumentar o número de ligações com a Terceira...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde? Isso é falso!

O Orador: Sr. Deputado, eu acabei de dizer – o senhor estava na conversa – que a SATA, nas duas empresas que tem, aumentou em sete anos cerca de 20% o número de toques na Terceira e o número de passageiros desembarcados aumentou 70%.

Portanto, há aqui um esforço muito grande também da SATA Air Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, mais uma vez insisto:

Já esclareceu que irá apresentar o Plano na Comissão de Economia, mas faltamos aqui um dado relevante: quando é que essa apresentação será feita?

Nós estamos a meio do mês de julho, temos o mês de agosto que se iniciam férias, e é fundamental que dê aqui alguma indicação de quando é que esse documento é disponibilizado, até porque eu continuo a insistir de que não há qualquer inconveniente de que o documento tal e qual como se encontra neste momento, pudesse ser disponibilizado ao Parlamento com as reservas necessárias do ponto de vista daquilo que possa vir a ser alterado.

Por outro lado, também recorro o seguinte:

A TAP não tem Plano de Reestruturação ainda, mas o Primeiro-Ministro já disse que a reestruturação implica sacrifícios do ponto de vista laboral e o Presidente da SATA logo no início do seu mandato também afirmou que qualquer plano “iria doer”, foi a expressão que ele disse.

Neste momento, daquilo que é o conhecimento que tem do Plano, daquilo que são as medidas que eventualmente “venham a doer”, era importante que passasse já a informação e que preparasse os açorianos, nas grandes linhas, que são o conteúdo do Plano. Isto significa transparência e insisto que não há razão nenhuma para que adie a entrega desse documento com as reservas necessárias.

Sr. Deputado José Ávila, seguramente que vimos o mesmo documento, com 26 empresas.

Quando eu falei no assunto não falei se eram empresas velhas, novas, ou da Europa. A questão que levantei é que a maior dessas empresas são empresas privadas e o mercado funciona assim. Portanto, é normal que há empresas privadas da aviação que não têm o apoio do Estado, que não têm serviço público, que não têm subsídios de compensação de serviço público, que não tendo mercado possam fechar e quem perde aí são os acionistas.

A questão da SATA é diferente. É uma empresa pública, que presta um serviço público e que tem absorvido muitos recursos do erário público.

Portanto, a situação não é necessariamente comparável. O ideal é que nenhuma empresa fechasse, quer fosse privada, quer fosse pública, mas não se pode

utilizar o chavão de que também outras fecharam para vir com a informação de que a SATA está mal, mas as outras também estão.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Os senhores ainda querem rebentar mais com ela!

O Orador: Não é assim! Aqui estamos a falar de recursos públicos e isso faz a diferença toda.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra. Dispõe de cerca de um minuto.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Um minuto chega para repor a verdade, Sra. Presidente. Para repor a verdade ao Sr. Deputado José Ávila.

O número de passageiros desembarcado nas Lajes pode ter aumentado na percentagem que o senhor disse, só que há uma diferença, não se deve à Azores Airlines, porque a Azores Airlines diminuiu o número de frequências para as Lajes.

Deputado Carlos Silva (PS): Olhe que não! 70%! Diga 70%!

O Orador: Sr. Deputado, seja sério na sua observação.

A Azores Airlines diminuiu!

Sabe por que é que aumentou o número de passageiros desembarcados? Porque a Ryanair voou para as Lajes,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: ... e voou das Lajes para Lisboa e para o Porto.

Sabe por que é que aumentou?

Porque a TAP começou a pernoitar nas Lajes, com dois voos diários, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E o senhor sabe por que é que isto é possível?

Porque houve a liberalização do espaço aéreo que o senhor e o seu partido eram contra.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Foi feito pelo Governo do PSD e do CDS e foi a liberalização do espaço aéreo, que salvou a economia dos Açores, que o senhor era contra e o seu partido. E foi a liberalização do espaço aéreo que salvou o turismo nos Açores, que permitiu aumentar a economia nos Açores,...

Deputado Francisco César (PS): O senhor é contra?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... hotéis, empreendimentos, alojamento local, etc..

Tenha memória e não apague a história, porque a história do desenvolvimento dos Açores deve-se a um Governo do PSD e do CDS, que permitiram a liberalização. A maior revolução económica da autonomia foi feita com a liberalização do espaço aéreo e isso os senhores deviam reconhecer que os senhores eram contra.

Basta ver a proposta entregue...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... pelo Secretário Fraga ao Governo da República onde os senhores eram contra a liberalização do espaço aéreo para a Região Autónoma dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Marco Costa (PSD): A sondagem está a mudar: Pedro Nuno Santos!

O Orador: Essa é que é a verdade, essa é que devia envergonhar o senhor e o seu partido, o senhor e a sua bancada, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Essa é que é a história, Sr. Deputado. Essa é que é a memória que todos deviam ter, Sr. Deputado.

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Que permitiu à sua ilha desenvolver-se, que permitiu à sua ilha ter mais ligações aéreas,...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem de terminar.

O Orador: ... que permitiu a todos os açorianos terem mais ligações ao exterior, Sr. Deputado. E se a Terceira tem mais ligações deve à liberalização do espaço aéreo, não se deve à SATA que serve mal...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: ... os Açores e os açorianos e de um modo particular a ilha Terceira, Sr. Deputado.

Portanto, a verdade é esta. Assumam com dignidade, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Marco Costa (PSD): O Sr. Secretário inscreva-se!

Presidente: O CDS esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(Diálogo entre o Deputado Artur Lima e o Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos deixar a Sra. Secretária Regional poder fazer a sua intervenção.

Sra. Secretária Regional pode fazer a sua intervenção.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha):**

Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, os dados que me pede eu não os tenho. Fá-los-ei chegar a esta Casa o mais rapidamente possível, tendo tomado nota pormenorizada daquilo que me pediu.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agradeço!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A Sra. Secretária só tem dados algumas vezes!

A Oradora: Queria só dizer-lhe, em relação ao Pico e ao Faial, que o Governo dos Açores tudo tem feito para não só cumprir (que mais não fosse, porque já era a sua vontade) aquela que foi a resolução desta Casa, de trazer a TAP para estas duas *gateways* dos Açores, como também tem feito tudo para atrair outras companhias para que operassem quer no Pico, quer na Horta.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Como sabe, não se trata de algo que o Governo dos Açores possa coercivamente impor seja a quem for. Tratam-se de processos negociais, trata-se do processo de divulgação da atratividade do destino e é um trabalho que tem estado sempre em curso, sendo que, conforme lhe referi, a última das diligências, a última abordagem que foi feita no que se refere à TAP, teve lugar há poucos dias numa reunião tida com a TAP.

Recordo que tratam-se de duas *gateways* com Obrigações de Serviço Público quanto à frequência, capacidade, mas que não são objeto de compensação ao défice de exploração.

No entanto, tem sido sempre assumido por nós e tem sido um trabalho que nunca abandonámos e ainda reforçado com a Resolução que esta Casa, há cerca de um ano, salvo erro, tomou no sentido de nos incumbir também dessa tarefa.

Sra. Deputada Graça Silveira, em relação àquilo que disse julgo que aquilo que lhe direi agora, estou certa de que compreenderá.

O Plano de Reestruturação que este Conselho de Administração se incumbiu de fazer, era um antes do COVID, será outro após o COVID, não só pelo período de estagnação que tivemos durante três ou quatro meses, mas também porque

todo o panorama da aviação civil mundial se alterou. E nesse sentido o Plano não é o mesmo, ou seja, existe, mas teve de ser adaptado face a estas grandes novas alterações de circunstâncias. Portanto não é imediata à utilização do Plano que existia anteriormente para agora.

Ainda assim realçava, mais uma vez, que apresentado o auxílio de emergência temos seis meses para apresentar o Plano de Reestruturação, mas não vamos esgotar esses três meses, porque o Plano de Reestruturação está concluído, necessita de uma última validação com as duas tutelas que ainda não foi feita. Portanto, não vão esgotar-se esses seis meses, porque o Conselho de Administração sempre se comprometeu, no final do mês de junho, ter esse Plano de Reestruturação concluído.

Estamos a 8 de julho. Mais dia, menos dia, teremos o Plano em condições de ser apresentado.

Passando ao Sr. Deputado António Vasco, primeiro não estamos propriamente preocupados com as férias. Temos a certeza de que antes disso conseguiremos apresentar o Plano da Comissão de Economia.

Segundo: o Plano, conforme é público e conforme eu mesma disse numa visita recente à Aerogare Civil das Lajes, está concluído, mas precisa de ser visto antes de ser apresentado.

Portanto, o senhor tem uma opinião de que deveria ser entregue imediatamente, independentemente daquilo que as tutelas têm a opinar sobre o mesmo, independentemente daquilo que o Governo tem a opinar sobre o mesmo, até porque há determinados parâmetros que queremos que o Plano cumpra e ainda nem sequer tivemos oportunidade de ver se o faz.

Portanto, volto a dizer que antes das férias, sendo que essa não é uma nossa preocupação, teremos oportunidade de, em Comissão de Economia, junto com o Conselho de Administração explicar detalhadamente às Sras. e aos Srs. Deputados em que é que consiste esse Plano de Reestruturação.

Muito obrigada.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários:

Para, provavelmente, uma última intervenção, porque o tempo já é curto. Para dizer o seguinte:

Bem sei que há aqui fortes defensores do mercado livre neste Parlamento, mas pergunto se os defensores do mercado livre, e que levantam o fantasma de uma cartelização, ou outras expressões que já não me recordo, se querem deixar a SATA entregue ao sabor do mercado livre.

É que se querem não há aqui defensores do mercado livre, há aqui fanáticos do mercado livre e isso tenho certas dúvidas que existe.

Deputada Graça Silveira (Independente): Mas como é? Controla-se a SATA e Ryanair anda à solta?

O Orador: Sobre se a proposta é extemporânea, se vem a tempo, eu julgo que o tempo é este: é o tempo de tomar as decisões que estão a ser tomadas no país, que estão a ser tomadas nos Açores, e se é para tomar uma decisão para envolver o Governo da República no envelope financeiro necessário é agora, e se é tempo de definir o futuro da SATA é agora e é por isso que estamos a ter este debate aqui, porque o Bloco de Esquerda assim o entendeu.

E sobre as parcerias e a questão da parceria da TAP com a AZUR, Sr. Deputado José Ávila, eu respondo da seguinte forma:

Como sabe a TAP não tem as mesmas rotas, de longe, que a SATA. E o que está a acontecer, pelo contrário, é a TAP numa tendência de, sim, criar rotas, nomeadamente para os Estados Unidos que são as mesmas da SATA. Aí, sim, a parceria estratégica faria todo o sentido, até para evitar, como disse na minha intervenção inicial, que a SATA seja engolida pela TAP, pelo tal mercado livre. Isso não pode acontecer.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): E vai ser!

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Não! Tem de dizer é deglutida! É o termo!

O Orador: E deixe-me perguntar ao Governo e ao Partido Socialista, muito claramente e para terminar: do que é que têm medo em negociar com o Governo da República?

O Governo Regional toma uma opção (e o Partido Socialista), ao não querer negociar o envelope financeiro, de não querer exigir a solidariedade do Governo da República, obviamente assumindo de que ele não é necessário, que este envelope financeiro não é necessário.

Parece-me que isto é o melhor de dois mundos.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termine já, Sra. Presidente.

Pergunto à Sra. Secretária: garante o Governo que este é o último financiamento que a SATA necessitará para se recuperar? Consegue garantir, hoje, aqui, que este é o último financiamento? É que o Bloco de Esquerda tem muitas dúvidas que seja o último.

Deputado Carlos Silva (*PS*): Ninguém pode garantir!

O Orador: Exatamente por não poder garantir, e tenho a certeza de que não pode garantir, é que é prudente e é responsável a nossa proposta e é por isso que a assumimos, para defender o Orçamento da Região do futuro, para responder à saúde, à educação, aos transportes, às infraestruturas. É por isso que nós devemos exigir ao Governo da República que contribua para salvar a SATA e foi por isso que trouxemos hoje esta proposta.

O desafio é que o Partido Socialista mude a sua posição, acompanhe o Bloco de Esquerda e tome uma posição pela defesa da SATA, pela defesa dos nossos serviços públicos e do nosso orçamento futuro, que terão uma influência enorme na nossa vida coletiva nos próximos anos.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para o debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, eu sei que não tem tempo. Portanto, não lhe vou dizer nada que tenha obrigatoriamente de me responder, mas há coisas que o senhor disse num tom assim um pouco mais exaltado, mas o debate político é mesmo assim, também me acontece a mim, muitas vezes, acontece a todos nós.

Queria só dizer ao Sr. Deputado que as questões de acessibilidade e mobilidade dos açorianos, para nós, são muito importantes, são mesmo muito importantes, e acredito que para o senhor também são, e para todos os outros partidos que aqui estão.

Também lhe queria recordar, Sr. Deputado, e é bom também ressaltar isto, que foram os Governos do Partido Socialista que tentaram negociar com a República a liberalização do espaço aéreo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não!

O Orador: Também quero dizer-lhe Sr. Deputado, que foi graças ao Ministro Pires de Lima...

Deputada Graça Silveira (Independente): Isso!

O Orador: ... que se conseguiu resolver o problema. Eu tenho de fazer justiça ao CDS-PP.

Também queria dizer, Sr. Deputado, que nós nunca tivemos contra a liberalização como o senhor disse aí. Nós tivemos a favor da liberalização, mas sempre contando que ela tivesse de proteger os açorianos, por isso é que demorou mais algum tempo, Sr. Deputado.

Portanto, a negociação teve essa condicionante.

Deputada Graça Silveira (Independente): O Sr. Deputado Francisco César era contra!

O Orador: Portanto, liberalização sim, mas protegendo os açorianos e felizmente que conseguimos.

Relativamente à outra questão, o Sr. Deputado falou aí na questão da SATA ter reduzido o número de voos no aeroporto das Lajes.

Sr. Deputado, neste momento, e quem santifica quase a liberalização, e quem disse aí que a liberalização tinha resolvido tudo aqui nos Açores, também vai ter de compreender que não me interessa o nome das empresas que vão à Terceira. Se for a Ryanair, ou se for a TAP, ou se for a SATA, para o açoriano comum...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O açoriano paga a SATA e está pagando a TAP também!

O Orador: ... não lhe diz nada, rigorosamente nada.

O que precisa é ter ligações da Terceira com o exterior. Portanto, sendo assim, acho que a Terceira tem neste momento...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sr. Deputado, os terceirenses não podem pagar mais barato na Ryanair e continuar a sustentar a TAP e a SATA!

Deputado José San-Bento (PS): Eu já o conheço há muitos anos, Sr. Deputado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: A Terceira neste momento tem a operar naquela ilha três empresas de aviação, o que quer dizer que a Terceira está muito melhor servida do que estaria aqui a alguns anos atrás, quando teve o monopólio da TAP.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Algumas referências.

Em relação ao Bloco de Esquerda, diz o Bloco de Esquerda que (e vou citar a frase) “a SATA seja engolida”.

Deputada Graça Silveira (Independente): Deglutida!

O Orador: Então se não quer que seja engolida não a coloque ao pé da “boca” da TAP, porque aí aumenta muito, muito, muito, digo-lhe já, a probabilidade de isso acontecer.

Em segundo lugar, quero aqui fazer uma referência em relação às responsabilidades do Governo nesta matéria.

Foram os senhores, pela vossa péssima gestão, que colocaram a SATA numa situação de falência técnica. Ou já se esqueceram dos mais de 50 milhões de euros de prejuízo o ano passado, antes da COVID?

Ou já se esqueceram no outro ano anterior, os outros 50 e tal milhões de prejuízo?

Isso deve-se à vossa péssima gestão e com responsabilidades (devo dizer aqui, o Sr. Presidente não está aqui presente) diretas do Sr. Presidente do Governo Regional nesta matéria. Foram os voos que V. Exas. mandaram realizar para a Europa que davam prejuízos tremendos, alegadamente para sustentar o turismo. Desequilibraram definitivamente a empresa. Foi a péssima gestão que os senhores realizaram.

E é bom que se diga que isso é anterior às consequências da pandemia e é dizer também que em relação à liberalização do espaço aéreo, e aí estamos de acordo Sr. Deputado Artur Lima, o Partido Socialista foi sempre contra...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sempre!

O Orador: ... e o Governo Regional foi sempre contra. V. Exas. impediram durante muitos anos a liberalização do espaço aéreo. Esta é que é a verdade.

A esquerda tem muito a mania de apagar das fotografias a verdade e apagar personagens, mas esta não se apaga, está escrita no Diário das Sessões.

Devo dizer, finalmente: Sra. Secretária, é notícia de que foi enviada uma explicação para pedir o auxílio de Estado, para pedir os 163 milhões de euros.

Já lhe foi solicitada essa informação e V. Exa. não a está aqui a prestar. Como é que essa informação foi referenciada? Como é que o auxílio de Estado foi?

Nós queremos 133 milhões. Porquê?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): 163 milhões!

O Orador: 163 milhões! 163 milhões foi o que eu estava a dizer, Sr. Secretário Berto Messias.

Então qual é a explicação? Queremos porquê? Porque esta verba parece-nos mais arredondada!

Como é que os senhores explicaram os 163 milhões de euros? É que eu gostava de ver esse documento e essa fundamentação.

A Sra. Secretária também não tem essa informação? Quando é que dá essa informação? Para quando?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Acabou de responder!

O Orador: Mostre cópia! Mostre o ofício! Mostre o pedido! Mostre os dados que foram dados!

Como é que foi pedido e qual foi a situação que foi descrita?

Mostre essas informações! A senhora não o está a fazer aqui.

Finalmente, o Bloco de Esquerda, eu faço uma pergunta ao Governo, “eu já lhe dou a resposta”. Responde pelo Governo.

Diz V. Exa. assim: para quando é que é estes 163 milhões? São para quando?

Sabe o que é que diz o ofício? Diz assim: “financiamento para a amortização das linhas de financiamento bancário anteriormente e para aguentar a empresa até ao final do ano”. É essa a resposta. É só para aguentar até ao final do ano.

Deputado Carlos Silva (PS): Não diz isso! É mentira!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esta malta devia dizer qualquer coisa!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Esta malta... Somos camaradas e malta!

O Orador: Ó Sr. Deputado Artur Lima...

Deputado Francisco César (PS): V. Exas. não estão também...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Mas pode-se juntar à vontade!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Vamos permitir que o Sr. Deputado António Vasco Viveiros possa fazer a sua intervenção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor já fala baixinho de si!

O Orador: Já falo baixinho e vou falar de si!

O Sr. Deputado Artur Lima há pouco afirmou (e bem!) que o Governo Regional era contra a liberalização ...

Deputado André Rodrigues (PS): Liberalização total!

O Orador: ... do transporte aéreo para o continente...

Deputado Francisco César (PS): Não há paciência!

O Orador: Vai ter só mais um pouco!

... e o Sr. Deputado José Ávila negou isso: “Não! A Região não era!”

Vou fazer chegar à Mesa aquilo que foi a proposta enviada pelo Governo Regional no dia 11 de maio de 2012 ao Governo da República, a proposta de revisão de Obrigações de Serviço Público, ...

Deputado Carlos Silva (PS): A redução das tarifas!

O Orador: ... em que mantinha todas as rotas em serviço público.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Aguenta!

O Orador: Portanto, a narrativa de que o Governo de Passos Coelho teve na gaveta dois anos a proposta, a proposta que o Governo mandou era uma proposta para manter as rotas todas em serviço público e posso ler ao Sr. Deputado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Estão aqui discriminadas Lisboa/Ponta Delgada/Lisboa, serviço público; Lisboa/Terceira/Lisboa, serviço público; Lisboa/Horta/Lisboa, serviço público; Funchal/Ponta Delgada/Funchal, serviço público; Porto/Ponta Delgada/Porto, serviço público. Portanto, mantinham-se as rotas todas em serviço público.

Aquilo que foi a narrativa do Governo afirmando que durante dois anos Passos Coelho andou com a proposta na gaveta foi a proposta do Governo que mantinha tudo exatamente como estava.

Aquilo que vamos fazer chegar à Mesa é a proposta, pedindo que a Sra. Presidente faça chegar aos vários grupos parlamentares.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

Deputado José Ávila (*PS*): Sra. Presidente, é uma interpelação à Mesa.

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado José Ávila (*PS*): Sra. Presidente, o Grupo Parlamentar do PS vai fazer chegar à Mesa um documento de uma nota, salvo erro que é da *Lusa*, ...

(Diálogo entre as bancadas)

O Orador: ... que são declarações do então Primeiro-Ministro Passos Coelho afirmando que tinha sido possível chegar à liberalização do espaço aéreo depois de negociações entre o Governo da República e o Governo dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E a seguir fazemos uma fotocópia da do líder do PS na altura!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, quando a Mesa receber os documentos, quer do PSD, quer do PS, irá distribuí-los.

Sr. Secretário Regional Berto Messias tem a agora a palavra.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Cara e Caro Colega do Governo:

Eu não estava para intervir, mas...

Deputado Joaquim Machado (PSD): E tinha pensado bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nunca está! Nunca está! Engoliu uma cassete ou o quê?

Deputado Marco Costa (PSD): O Sr. Secretário foi o único voluntário!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nunca está para intervir!

Presidente: Provavelmente estamos a precisar do nosso intervalo, mas o Sr. Secretário já está no uso da palavra, por isso terá de concluir a sua intervenção e depois então faremos o intervalo.

Sr. Secretário, por favor, tem a palavra.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu pedi para usar da palavra, porque não estando nós, e o debate já derivou por completo...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não!

O Orador: ... tendo em conta aquilo que está a ser debatido na Resolução do Bloco de Esquerda, eu não posso deixar de intervir tendo em conta aquela que foi a intervenção inflamada do Sr. Deputado Artur Lima relativamente à paternidade do modelo de ligações aéreas do continente para a nossa Região e da nossa Região para o continente, que atualmente vigora.

Não concordando totalmente com aquilo que disse o Sr. Deputado Artur Lima, também é verdade que tenho que pedir a palavra para, em parte, cumprimentar também o CDS-PP, porque apesar da tentativa de reescrever a história que acabámos de assistir pela boca e pela voz do Sr. Deputado António Vasco Viveiros,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pôs os pontos nos is!

O Orador: ... a verdade é que depois de ter sido remetido para o Governo da República, ainda em 2011, na altura, em ofício remetido pelo então Secretário Regional da Economia Vasco Cordeiro, uma proposta para criação de um modelo que grosso modo é aquele modelo que vigora hoje felizmente na nossa Região, a verdade é que esse modelo esteve, de facto, na gaveta durante dois longos anos.

Deputada Graça Silveira (Independente): Faça chegar à mesa esse ofício!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Entregue esse ofício! Onde é que está esse ofício que nunca o vi durante estes anos todos?

O Orador: E é verdade, Sras. e Srs. Deputados (e é aqui a concordância com o Sr. Deputado Artur Lima), que foi o Sr. Ministro Pires de Lima que depois de uma remodelação governamental tirou esse documento da gaveta e decidiu intensificar as negociações e as conversas com o Governo Regional e, felizmente, negociações essas que chegaram a bom porto e que garantiram precisamente o atual modelo que hoje vigora e que hoje é comumente aceite por todos os partidos e por todos os parceiros e agentes sociais e económicos da nossa Região.

Isso é absolutamente claro.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não é! É muito escuro!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso nem sequer é verdade!

O Orador: Apesar de todas as tentativas de reescrever a história, que o PSD já nos traz, tentando aliás, de forma lamentável, descontextualizar aquelas que foram as preocupações apresentadas, desde a primeira hora, quer por parte do Governo Regional, quer por parte do Partido Socialista, ou seja, é fundamental (seria fundamental e era fundamental) que esse modelo de liberalização não prejudicasse os açorianos,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Foi o Governo da República!

O Orador: ... não onerasse excessivamente os açorianos e garantisse sempre o limiar mínimo de ligações aéreas para a nossa Região, e isso foi sempre pedra angular da posição do Governo Regional neste processo, não posso deixar de lamentar que o Sr. Deputado António Vasco Viveiros, numa tentativa de reescrever a história, venha aqui descontextualizar aquilo que se passou. E eu aguardo para ler esse documento, mas espero que entregue o documento na totalidade, que depois será distribuído a toda a Câmara.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, apesar de todas as tentativas que os senhores possam querer fazer, apesar dos episódios que assistimos em tempos do então

líder do PSD-Açores, Duarte Freitas, a tentar ficar na fotografia ao lado do então Secretário de Estado Sérgio Monteiro,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Gostava que o senhor entregasse esse ofício!

O Orador: ... Sras. e Srs. Deputados, lamento informar-vos: quem conseguiu em primeira instância o modelo que hoje vigora a favor das açorianas e dos açorianos,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi o Governo da República!

O Orador: ... a favor dos empresários e da economia dos Açores, com um contributo incontornável do Ministro da Economia do PSD Pires de Lima, foi, para mal dos vossos pecados, o Governo Regional dos Açores e o Partido Socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Sras. e Srs. Deputados, para uma interpelação à Mesa tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Não é propriamente para uma interpelação, mas para registar uma satisfação. É uma satisfação muito grande! Temos três senhoras a presidir à Mesa, pela primeira vez, e portanto eu acho que a câmara devia ser uma bocadinho mais delicada com aquelas três senhoras que estão ali em cima.

Portanto, registar com muito agrado, porque eu estava aqui a olhar... O que me chamou verdadeiramente a atenção foi o vestido azul da Sra. Deputada Marta, depois olhei para essas três beldades e disse: mas isso nunca nos aconteceu! É histórico também este dia! Este dia fica histórico.

Peço desculpa, Sra. Presidente. Foi para descomprimir aqui um bocadinho o ambiente. Peço-lhe imensa desculpa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima para uma interpelação à Mesa tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, uma interpelação à Mesa para perguntar à Sra. Presidente e à Mesa se não considera que o debate sobre este Projeto de Resolução se desviou, não diria consideravelmente, mas desviou-se por parte de alguns partidos totalmente do âmbito do Projeto de Resolução que estamos a discutir e se não considera, a Sra. Presidente e a Mesa, de que isso é um sinal de que muitos partidos aqui nesta Casa ainda não se aperceberam do momento em que vivemos e pensam que estamos em 2015....

Deputado Francisco César (PS): Já disse isso!

O Orador: ... ou 2016, ou 17? Pensam que isto é política como costume.

E se não considera que estão aliados da realidade de 2020, de julho de 2020?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Eu ando a dizer isso há imenso tempo!

Presidente: A Mesa entende que apesar destas últimas duas, três, quatro intervenções se terem centrado sobre a questão da liberalização do espaço aéreo, o que se está aqui a falar, no fundo, é da recuperação da SATA e cada partido entende que é necessário recuperar a SATA em virtude de determinados fatores, e não é a Mesa que tem de dizer quais são os fatores que devem ser aqui ou não debatidos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18h35.

Eram 18 horas e 05 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 44 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares, precisamos retomar os nossos trabalhos.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Eu lancei um repto ao Governo Regional e o repto, solicitei informação que também já solicitei no dia 1 de julho de 2020 e a informação é a seguinte e citando uma notícia da *Lusa*: “neste contexto a empresa entregou – avança a notícia – um processo formal consistente e fundamentado. De acordo com a mesma informação, o mesmo já foi concluído pelo grupo SATA, pelo que foi entregue ao Governo Regional dos Açores a documentação necessária à fundamentação do pedido de auxílio de Estado”.

Muito bem, Sra. Secretária, se não esconde informação diga-me que informação é esta e a fundamentação desta informação.

Portanto, em que é que fundamenta? Dê as informações, então, a este Parlamento.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, esta será a minha última intervenção sobre esta matéria, afinal existe documentação e mais uma vez o Governo Regional não está disponível para fornecer a informação.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): A Sra. Secretária disse que ia à Comissão!

O Orador: Hoje, no debate desta manhã o Governo disse que avançaria com essa informação e o que eu estou a pedir é que nos seja entregue cópia, ou informação oral, sobre a documentação que fundamenta o pedido de auxílio de Estado: em que situação se encontra a empresa, que números vermelhos foram apresentados, que contexto é que foi apresentado, toda essa descrição ao Parlamento dos Açores que nós há muito, muito tempo estamos a solicitar ao Governo Regional.

Finalmente uma nota em relação à referência do BE. O BE há pouco levantou a mãozinha ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Terminou.

... e o Sr. Deputado António Lima lembrou: isto é uma proposta do BE! Lembrou essa situação.

Sr. Deputado, sabe por que é que isso aconteceu? Porque a sua proposta não é consistente, portanto ninguém a levou a sério, por isso Sr. Deputado, obviamente, como a proposta não tinha fundamentação toda a gente se esqueceu de discuti-la, porque realmente discutir uma proposta que não tem qualquer tipo de consistência ...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... portanto não faz nenhum sentido.

O facto de toda a gente se ter esquecido da proposta caracteriza a importância da proposta.

O Orador: Obrigada.

O PPM esgotou o seu tempo para este debate.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*):

Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estevão, eu não sei que repto é que lançou, eu presumo que seja um requerimento que tenha entregue. Portanto, será respondido naturalmente. É um requerimento, tem o seu prazo para ser respondido e será respondido, mas posso adiantar-lhe desde já que o formulário a que fiz referência, que instruiu o auxílio de emergência ainda não foi entregue. Portanto, quando for entregue poderei depois fornecer cópia, naturalmente, à Assembleia e o requerimento será respondido a seu tempo.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(*Pausa*)

Não havendo, vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputado que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra

do PPM, 1 voto contra da Deputada Independente, 1 voto a favor do BE e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Sr. Deputado António Lima, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do BE, votou favoravelmente este Projeto de Resolução, da nossa autoria, que tinha dois pontos principais e que propunha que da solução financeira para a SATA participasse também o Governo da República, comparticipando parte do valor que a SATA necessita neste momento.

Para além disso, para assegurar um futuro mutuamente benéfico, mas principalmente benéfico para os Açores, para os açorianos e açorianas, que o Governo Regional e o Governo da República tivessem também um acordo político para que as duas companhias aéreas públicas do nosso País, tivessem uma parceria benéfica estratégica que beneficiasse os Açores, beneficiasse também a SATA e que ao contrário do que acontece e aconteceu não continuasse a lei do mais forte, que como sabemos a lei do mais forte, neste caso, só prejudica a SATA.

Lamentamos, obviamente a reprovação deste Projeto de Resolução por uma larga maioria, mas também é certo que olhamos à volta e para além da solução que o Governo propõe não vemos outras e tivemos essa responsabilidade de apresentar a nossa solução e o nosso caminho que pretende responder ao futuro e às necessidades do futuro, porque sabemos que este apoio que é dado agora de 163 milhões, poderá não ser suficiente e exatamente porque poderá não ser suficiente para a SATA, é preciso proteger todos os outros serviços: a saúde, a educação, também os transportes, é preciso proteger a economia da Região e o nosso orçamento regional e é por isso que tomamos esta decisão de apresentar esta proposta.

Lamentamos a sua reprodução, esperamos é que o futuro não nos dê razão, mas veremos o que é que o futuro nos reserva e como já aconteceu muitas vezes, possivelmente veremos o Governo Regional fazer este caminho, mas tarde.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto, tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu votei contra esta iniciativa apresentada pelo BE, porque ela verdadeiramente não tem fundamentação.

Em primeiro lugar, porque este é o pior momento para apresentar uma proposta deste tipo, tendo em conta a absoluta indefinição que existe na conjuntura atual. Há uma indefinição absoluta quer em relação à TAP, quer em relação à situação da SATA e neste momento tomar opções estratégicas é algo absolutamente incoerente, é algo que não tem racionalidade do ponto de vista político.

Em segundo lugar, o BE propôs uma iniciativa sem ter qualquer tipo de fundamentação técnica em relação a esta matéria. O BE desconhece, como todos nós desconhecemos qual foi a documentação que foi entregue junto do pedido de auxílio de Estado, que o Governo Regional não nos remeteu hoje, como também não nos informou na semana anterior, nem na outra, nem na outra, nem na outra ... ou seja, não há nenhuma informação.

O BE faz uma proposta sem ter verdadeiramente nenhum tipo de informação, faz opções estratégicas sem ter um conteúdo no qual possa justificar as opções estratégicas que está a realizar, ou seja, não tem fundamentação para fazer qualquer tipo de proposta em relação às linhas estratégicas que quer que este Parlamento defina junto do Governo Regional.

Em terceiro lugar, a proposta do BE é absolutamente incoerente, por isso votei contra.

É incoerente, porque diz o BE que não pretende que a SATA seja “engolida” pela TAP e o que é que o BE propõe? Propõe exatamente o contrário do seu propósito, ou seja, propõe-se oferecer a SATA e satelizar a SATA em relação à TAP.

Portanto esta proposta eu não podia estar de acordo, porque o que eu defendo é a autonomia do grupo SATA, autonomia do grupo SATA num espaço concorrencial em que é fundamental impedir qualquer tipo de monopólio e é necessário preservar a autonomia da SATA neste contexto.

Concluindo, Sra. Presidente, estes são os três principais motivos que me levaram a votar contra a iniciativa do BE e fazer uma referência final que estas discussões, são discussões que nós estamos a analisar com uma absoluta falta de informação, absoluta falta de informação.

Nós não sabemos qual foi a fundamentação que o Governo Regional apresentou para solicitar a ajuda de Estado. Nós não sabemos isso! Nós não temos informação em relação aos resultados, aos verdadeiros resultados, aos verdadeiros prejuízos que resultaram da presente situação da pandemia. Não sabemos!

Portanto, toda esta discussão é uma discussão feita em circunstâncias muito difíceis, porque não temos os dados, os dados não nos são fornecidos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Votamos contra esta iniciativa do BE, porque entendemos que a empresa e a sua nova administração estão a fazer o seu caminho, mesmo quando se está a sair de uma crise sem precedentes na aviação comercial mundial.

Com o pedido de auxílio de Estado já concluído e com o Plano de Reestruturação já definido, onde certamente se encontram as linhas orientadoras

até 2025, cabe-nos dar um voto de confiança à nova administração da empresa e aos seus colaboradores que muito certamente vão ultrapassar este período difícil com a certeza que, como diz o nosso povo, “o que não nos derruba torna-nos mais fortes”.

Muito obrigado.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD absteve-se da presente iniciativa exatamente porque considerou extemporâneo no momento em que é apresentado, porque outras circunstâncias, designadamente o Plano de Reestruturação da empresa, não são conhecidos e a proposta do BE tem que ter o enquadramento de um plano que já está elaborado e que é essencial para a empresa.

Portanto, ainda que algumas das matérias da iniciativa do ponto de vista teórico possam não ser aceitáveis, ainda assim achamos é que não é o momento para a sua avaliação, daí a abstenção.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não há mais inscrições para declaração de voto, vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 11 – **Projeto de Resolução n.º 161/XI – “Recomenda a conclusão urgente da instalação da rede de radares meteorológicos na Região Autónoma dos Açores e a realização de um estudo técnico que identifique a melhor localização do radar que será instalado no Grupo ocidental”.**

Esta iniciativa é apresentada pelo PPM.

Os tempos são os que habitualmente utilizamos nesta figura regimental.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero aqui fazer referência ao esforço que esta Assembleia Legislativa tem vindo a realizar no sentido de pressionar o Governo da República em relação à execução da rede de radares meteorológicos nos Açores.

Em particular quero aqui lembrar que o CDS-PP apresentou recentemente uma iniciativa nesta matéria, assim como também no âmbito da Assembleia da República, esse esforço tem sido frequente por parte de diversos protagonistas políticos, mas isso não quer dizer que não se continua a fazer essa pressão, fundamentalmente porque nós ainda não conseguimos que o Governo da República assuma compromissos firmes nesta matéria, aliás a expressão nem sequer é essa, compromissos já assumiu, mas não os tem executado, ou seja o adiamento deste processo de implementação de construção dos radares meteorológicos tem vindo a ser adiado pelos sucessivos Governos da República, quer os Governos do PSD, quer os Governos do PS.

Portanto, esta não é uma questão de guerrilha política, esta é uma questão em que todos nós temos de nos juntar, no sentido de alertar o Estado, de pressionar o Estado para a importância da implementação da rede de radares meteorológicos nos Açores, a conclusão urgente deste processo.

Eu gostava de referenciar também um dos pontos resolutivos desta iniciativa, que é o n.º 2, que diz o seguinte: recomendar a realização de um estudo que permite identificar a melhor localização do radar meteorológico a instalar numa das duas ilhas do grupo ocidental, ou seja, das Flores ou do Corvo, porque a dimensão territorial não é decisiva no âmbito da posição que se tem que tomar em relação a estas matérias. Eu lembro que, por exemplo na Madeira, o radar meteorológico foi instalado na ilha do Porto Santo.

Portanto, o que interessa verdadeiramente é qual é a melhor localização e para isso têm que ser realizados estudos, estudos em que se possa avaliar de facto qual é a ilha ou território que tem a melhor localização, que oferece as melhores condições técnicas para que aí possa ser instalada essa infraestrutura.

Depois também é fundamental que esta rede de radares meteorológicos esteja finalmente concluída (e o prazo que nós aqui recomendamos é o prazo até 2023) em 2023 nos três grupos geográficos da Região Autónoma dos Açores: no grupo ocidental, no grupo central e no grupo oriental.

A partir daí é evidente que o País ficará mais bem servido e que a Região Autónoma dos Açores deixará de ser a única zona do País que a este nível tem um défice muito significativo, tendo em conta também que estas infraestruturas são absolutamente essenciais, aliás no âmbito das audições que nós fizemos, no âmbito da comissão parlamentar que analisou esta situação, os técnicos e as diversas entidades ouvidas testemunharam isso mesmo, há um atraso muito significativo e a construção destas infraestruturas é absolutamente essencial para a Região e tem um conjunto de vantagens muito significativas.

Por isso é que eu solicito a esta Casa que volte a decidir do ponto de vista político, que volte a pressionar o Governo da República, no sentido de finalmente concretizar a rede de radares meteorológicos, incluindo obviamente os três grupos geográficos, incluindo também este estudo em relação ao grupo ocidental, no sentido de se perceber qual é a melhor localização e o que eu quero aqui referenciar, também disse na Comissão, é que seja escolhida a melhor situação.

Eu não peço nenhuma situação de privilégios de uma ilha em relação à outra, a única coisa que eu solicita nesta matéria, como em todas as outras, é que a opção que venha a ser feita, seja realmente a opção que apresenta uma situação técnica, uma situação do ponto de vista da concretização do projeto que seja mais vantajosa para o conjunto da Região.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Condicionado pela sua localização geográfica, o arquipélago dos Açores sempre esteve particularmente exposto a eventos atmosféricos extremos, mas devido às alterações climáticas estamos presentemente e estaremos futuramente ainda mais expostos a esses eventos extremos, como a seca, a chuva intensa e o aumento da temperatura, sendo de esperar que seja maior a frequência em que ocorra o aumento desses fenómenos extremos na nossa Região.

Relembremos que nos Açores estes fenómenos extremos são presentemente seguidos pelo IPMA apenas através de imagens de satélite e da aplicação de modelos meteorológicos. Note-se que um satélite fornece uma fotografia do alto da atmosfera para baixo, para a superfície terrestre, de onde é possível retirar muita informação; no entanto, um radar trabalha da terra para a altitude e apesar de ter um campo de ação bastante mais pequeno, consegue detetar partículas que o satélite não consegue, assim servindo para uma previsão a curto prazo. Algo que seria tremendamente útil para a nossa Região, tão exposta que está à ocorrência de fenómenos extremos.

Os modelos meteorológicos necessitam e utilizam muitos dados da baixa atmosfera para fazerem muitas contas, sendo muito importantes sem dúvida, mas têm de ser corrigidos pelas observações quando se tratam de acontecimentos atmosféricos extremos que ocorrem num espaço muito curto de tempo. É muito diferente 300 milímetros de pluviosidade ocorrerem em cima da ilha ou cinco quilómetros a norte da ilha e às vezes os modelos meteorológicos não têm essa capacidade que só um radar com estas características é capaz de dizer: vai ser exatamente nesta localização que ocorrerá a precipitação intensa, podendo então ser lançados avisos com antecedência 30 minutos. No

entendimento da Representação Parlamentar do PCP, essa tem de ser informação que o Serviço Regional de Proteção Civil tem de poder ter e isso só será possível com a instalação dos três radares meteorológicos do IPMA nos Açores.

Talvez nem fosse necessário lembrar, às senhoras e senhores deputados e aos membros do Governo, as inundações entre São Bartolomeu e as Doze Ribeiras, nem a passagem do furacão Lorenzo e outros demais fenómenos extremos que ocorreram nesta Legislatura e os grandes danos materiais que provocaram nas nossas ilhas.

Torna-se assim imperioso e urgente a instalação dos três radares meteorológicos do IPMA na nossa Região, sendo um radar para cobertura de cada grupo de ilhas do nosso arquipélago, para que seja garantida a salvaguarda de vidas e bens perante esses fenómenos extremos pelos quais somos ciclicamente assolados.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As alterações climáticas vêm reforçar a necessidade de mais meios de observação meteorológica nos Açores, sendo que os radares meteorológicos são de extrema importância para a Região, nomeadamente no que concerne à segurança das populações permitindo a previsão de fenómenos meteorológicos, mas também podendo servir de apoio à navegação aérea através de informação prestada pelas suas previsões meteorológicas.

Quanto a este apoio à navegação aérea devemos fazer notar e salientar devidamente a carência de pessoal no quadro de observadores meteorológicos do IPMA nos Açores. Tais reduções do número de observadores meteorológicos a trabalhar nos Açores em diversas ilhas tem condicionado a operação em alguns dos nossos aeroportos quando os serviços do IPMA em algumas ilhas funcionam com horário limitado por não terem dotação completa de pessoal.

Assim, acometida de profunda inquietação e grande desassossego, a Representação Parlamentar do PCP considera que poderia ser muito adequado que nesta Resolução também devesse ser reivindicada a urgente abertura de processos concursais para colmatar a falta de pessoal nos serviços do IPMA em algumas das nossas ilhas, como poderia dar o claro exemplo da Ilha das Flores onde estão apenas dois observadores meteorológicos e assim o serviço do IPMA nesta ilha não funciona durante as vinte e quatro horas.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tem sido enorme o rol de promessas da instalação dos três radares meteorológicos do IPMA na nossa Região que seria exaustivo aqui fazê-lo e certamente esgotaria o meu escasso tempo só a tratar dessa cronologia.

Daí que vou socorrer-me das palavras do próprio presidente do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) em junho do ano passado. Afirmou então o professor Jorge Miguel Miranda: “é preciso não esquecer que os Açores precisam de três radares e que o radar das Flores – que é muitas vezes pouco discutido – **é um elemento fundamental da rede**, porque **a maioria das tempestades mais gravosas que atingem as ilhas viriam a ser primeiramente detetadas no radar das Flores**”.

Não entraremos aqui numa guerra *bairrista* com o Deputado do PPM sobre qual a melhor localização para o radar meteorológico a instalar no grupo ocidental, tendo a presente Resolução o nosso apoio para que seja realizado um estudo que permita identificar essa melhor localização.

No entanto, e dando plena atenção às declarações do professor Jorge Miguel Miranda (presidente do IPMA), não podemos deixar de salientar que a **instalação do radar meteorológico no grupo ocidental é considerado “elemento fundamental da rede”**, assim consideramos que outra luta que deveria ser travada (e julgamos deveria ser também incluída nesta Resolução) seria recomendar ao Governo da República que o segundo radar meteorológico do IPMA a instalar nos Açores deveria ser o do grupo ocidental (no nosso

entender muito mais prioritário que o do grupo oriental), pois os fenómenos extremos mais gravosos sempre têm vindo de ocidente para oriente da nossa Região e atingindo ou sendo detetados primeiramente nas ilhas mais a norte do nosso arquipélago, precisamente o Corvo e as Flores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é sabido o arquipélago dos Açores é frequentemente fustigado por intempéries e outros eventos meteorológicos extremos, sendo que a frequência com que esses eventos acontecem tem sido cada vez maior, atendendo ao contexto das alterações climáticas globais. É por isso fundamental que a Região esteja munida de instrumentos que possam auxiliar na previsão da ocorrência desses fenómenos meteorológicos, como é o caso dos radares meteorológicos.

O facto é que desde 1986 que a República Portuguesa tem um projeto para instalação de uma rede de radares meteorológicos de cobertura integral no território português, incluindo as duas regiões autónomas, sendo que no âmbito desse projeto os Açores continuam a ser a única parcela do território português que não tem cobertura por radar meteorológico.

É bom que se recorde que as duas primeiras iniciativas que deram entrada nesta Casa, na defesa da instalação dos radares meteorológicos na Região, foram apresentadas pelo CDS-PP, muito antes até do desmantelamento do radar da Serra de Santa Bárbara, pertencente aos norte-americanos em 2016.

Em 2010 o CDS apresentou um Projeto de Resolução que recomendava ao Governo Regional que promovesse as iniciativas da sua competência para que fossem instalados radares meteorológicos, capazes de assegurar essa cobertura integral da Região, mas infelizmente essa iniciativa foi chumbada pela maioria socialista.

Em 2013 voltamos a apresentar um Projeto de Resolução para que este Parlamento se pronunciasse, por iniciativa própria, pela necessidade do estabelecimento de um protocolo para a instalação desta rede de radares e também para a instalação de estações meteorológicas de superfície na Região, tendo esta iniciativa sido aprovada por unanimidade.

Portanto, esta é uma matéria que preocupa o CDS há já muito tempo e que sempre contou com o nosso acompanhamento próximo, aliás, constou novamente das opções do CDS no âmbito do nosso manifesto eleitoral em 2016, das nossas opções para os Açores. Infelizmente em 2020 nós continuamos sem ter qualquer radar instalado e na verdade também não se perspetiva que isso possa acontecer tão breve quanto isso e eu já explico, vejamos: a instalação do novo radar na Serra de Santa Bárbara era para ter ficado concluída em 2018, não ficou; depois, e de acordo com o Presidente do IPMA, era para ter ficado instalada durante o ano de 2019, não ficou como sabemos, todos nós já podemos verificar isso.

Depois, também segundo o IPMA era para ter ficado a funcionar em agosto de 2020; como sabemos também não vai acontecer até porque também já se anunciou que apenas irá entrar em funcionamento em setembro e em regime experimental.

Portanto, nós não conseguimos antever que esta rede possa ser instalada em tempo útil e os atrasos começam a ser em demasia evidentes.

Quanto à instalação do radar na Barrosa em S. Miguel, que seria o segundo radar da rede regional, deveria ficar concluído também em 2020 e, naturalmente, já ninguém acredita também que isso possa acontecer, nós já estamos na entrada do segundo semestre do ano e obviamente que isso também não acontecerá.

Portanto, em 2020 nós temos zero radares instalados e pelo andamento das coisas nós antevemos que estes atrasos possam ainda ter novos capítulos, o que é obviamente lamentável, mas cá estaremos para ver.

Ora, como é óbvio e pelo exposto nós consideramos que esta proposta que agora é apresentada, este Projeto de Resolução é de facto muito pertinente, desde logo porque recomenda algo que o CDS defende há muito tempo, que é a instalação desta rede regional de radares; depois porque propõe também a realização de um estudo técnico para que se identifique de forma atempada qual é a melhor localização para a instalação deste radar, o que nos parece muito avisada e prudente tendo em conta os problemas técnicos que de acordo com o Presidente do IPMA se tem tido, devido à localização que foi escolhida para a instalação do radar em S. Miguel.

Portanto, especialmente numa ótica de evitar estes atrasos posteriormente, era bom, era avisado, era ajuizado que se pudesse estudar do ponto de vista técnico qual a melhor localização para a instalação deste radar no grupo ocidental, enfim, independentemente da instalação mais adequada ser nas Flores ou no Corvo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Importa fazer aqui um exercício de memória em relação a toda a história que tem sido a instalação dos radares nos Açores.

Ora, em 2010 o CDS apresentou aqui uma iniciativa pela primeira vez sobre a instalação dos radares nos Açores.

Nesta altura o Partido Socialista achava que essa iniciativa estava descontextualizada, não fazia sentido e alicerçava o seu voto contra em que havia a intenção do Governo Regional dos Açores em regionalizar os serviços do Instituto Português do Mar e da Atmosfera. Ora isto em 2010.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Acontece que, também em 2010, na Assembleia da República, foi tratada uma iniciativa, também proposta pelo CDS, na Assembleia da República, na Comissão de Educação e Ciência da qual era Presidente o Sr. Doutor Fagundes Duarte, que depois também foi Secretário Regional deste Governo Socialista, que nessa altura também a iniciativa não sofreu a aprovação do Partido Socialista, voto de abstenção.

Ora, mais tarde e porque as circunstâncias eram outras, designadamente o Governo da República, em que antes quando se defendia a regionalização dos serviços do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, na altura do governo Sócrates, já quando era o governo CDS-PP/PSD, então aqui afirmava-se com veemência que a República tinha que cumprir as suas obrigações.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não?! A sério?!

O Orador: E é verdade, a República tinha de cumprir as suas obrigações, mas é tão verdade isto naquela altura, como agora e aí já estávamos a falar em 2013. Nessa altura, o Sr. Secretário Regional da tutela na Região dizia: “o Governo da República é que tem a competência e a obrigação de dotar o território nacional de uma rede de radares que permita fazer essa cobertura e tal como foi aqui dito ela está prevista para praticamente todo o País, à exceção da Região Autónoma dos Açores”.

Mas antes, no Governo de José Sócrates, o PS não dizia isso. O PS aí defendia a regionalização dos serviços do Instituto Português do Mar e da Atmosfera.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E hoje?

O Orador: Mais, nessa mesma altura e a pensar-se no radar que estava instalado na Terceira, propriedade dos Estados Unidos da América, dizia-se que os Açores afinal já não precisavam de três radares, só dois porque os dois radares, mais o radar que estava já instalado na Terceira cobriam a totalidade do território regional.

É verdade! O que acontece é que hoje já não existe um radar na Terceira, nem existe os outros dois.

Portanto, é importante fazer esse exercício de memória e perceber o ziguezague que o Partido Socialista tem feito ao longo de dez anos sobre a instalação dos radares.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Mas o seu exercício começou aí, foi?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas há mais.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Vamos então a partir de 2011!

Deputado João Vasco Costa (*PS*): Espelho meu, espelho meu!

O Orador: O Partido Socialista também nesta altura – porque o Partido Socialista vai funcionando em função daquilo que é a política que tem que fazer para o que é que vai dizer lá para fora, o que é que vai cair bem lá fora, não se o radar é importante ou não, mas vamos pensar o que é que vamos dizer lá fora porque aí é que temos que pensar – em 2018, o líder parlamentar do Partido Socialista na República, Carlos César, anunciava, no dia 31 de outubro: “o acordo para o lançamento do concurso para o novo radar meteorológico de Santa Bárbara na Ilha Terceira vai ser assinado a 20 de novembro e após a sua assinatura será lançado pelo IPMA o concurso público internacional para o fornecimento do equipamento prevendo-se a conclusão do procedimento concursal no primeiro trimestre de 2018”. Estamos a falar para o radar a instalar na Serra de Santa Bárbara.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Quem é que disse isso?

O Orador: Sua Excelência, Carlos César, então líder parlamentar do PS e acrescentava: “que o radar de S. Miguel vai ficar instalado no Pico da Barrosa, prevendo-se igualmente a sua conclusão no primeiro trimestre de 2018, ainda

estando em estudo a construção do radar das Flores”. Ora, isto dito pelo líder parlamentar do Partido Socialista.

Na recente análise dessa iniciativa pela Comissão, então o delegado do IPMA nos Açores, contrariava o Presidente do Grupo Parlamentar de então do PS e então o delegado do IPMA dizia: “a instalação do radar de Santa Bárbara está a aguardar o visto do Tribunal de Contas – estamos a falar já este ano de 2020 – para que se inicie a instalação que deve demorar cerca de seis meses”.

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor está a esquecer-se do pormenor da informação judicial porquê? Uma vergonha!

O Orador: Relativamente a S. Miguel referiu que “estão a decorrer os procedimentos técnicos para a instalação do radar no Pico da Barrosa”.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, o que importa aqui é que se coloque o interesse das pessoas acima daquilo que são os interesses partidários e políticos

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mais, Sras. e Srs. Deputados, naturalmente essas decisões políticas e as decisões políticas com carácter técnico que estas têm, tem forçosamente de ter na sua base estudos técnicos, e mais importante do que a localização ser aqui, ou ali por conveniência política, é a localização ser onde deve ser por critérios técnicos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

É óbvio que é mais do que clara e consensual a importância dos radares meteorológicos para a meteorologia moderna. Eles, segundo os especialistas, são um instrumento importante na previsão de curto prazo de fenómenos meteorológicos extremos e não é difícil perceber que nos Açores a sua existência faz muita diferença para a prevenção desses mesmos fenómenos extremos e essa diferença traduz-se na segurança das populações e dos bens, que como sabemos muitas vezes somos assolados por fenómenos extremos, alguns até que apesar da evolução da ciência e a evolução da própria previsão meteorológica, por vezes somos apanhados, todos nós nos lembramos de situações dessas, e são apanhados até os próprios meteorologistas, por fenómenos extremos que não estariam previstos e que com a existência de radares meteorológicos esses fenómenos extremos poderiam ser previstos a curto prazo no sentido de, obviamente, alertar as populações para a sua segurança, a segurança das suas vidas e a segurança dos seus bens.

É óbvio que é mais do que claro e tem sido amplamente debatida esta matéria, é uma exigência mais do que justa e mais do que necessária a existência de uma rede de radares nos Açores que cubra toda a Região e que permita uma resposta adequada.

Nós somos neste momento a única Região do País que não tem um radar meteorológico em funcionamento e isso, obviamente, deve preocupar-nos a todos e é preciso perceber por que é que isto acontece e por que é que durante todos estes anos não foi ainda possível encontrar uma solução e implementar a rede de radares meteorológicos que já está prevista há vários anos.

Dependemos durante vários anos do radar meteorológico de Santa Bárbara que não era propriedade sequer do estado português, ficamos desprotegidos quando as forças armadas norte americanas decidiram desativá-lo, isso foi, obviamente, ficarmos dependentes e não tomarmos em nossas mãos a nossa própria segurança, porque é disso que se trata, foi obviamente um erro que agora tentamos recuperar, ainda por cima com atrasos significativos.

Esta matéria tem sido alvo de também inúmeras propostas, várias propostas em Orçamento de Estado do BE. Esta matéria está inscrita no Orçamento de Estado. A rede está em implementação, sabemos pelas notícias da “Breve”, esperemos que sim, esperemos que seja desta a implementação do radar meteorológico de Santa Bárbara na Ilha Terceira, e é preciso que a instalação dos restantes radares meteorológicos não seja feita como foi esta a conta gotas, ou seja, não se instale primeiro um dos radares e dois ou três anos depois o terceiro radar, ou seja, é preciso que esse processo se faça rapidamente em paralelo, os dois radares que faltam e, obviamente, que não pode ser de outra forma relativamente à proposta, mais em concreto aos seus pontos resolutivos, estamos obviamente de acordo, mas relativamente à necessidade de se fazerem estudos técnicos para instalação de um radar, eu julgo que não pode ser de outra forma porque não se coloca um radar numa determinada localização, seja em que ilha for, com base em adivinhação. Tem de ser exatamente com base em estudos técnicos, com base na opinião dos especialistas, tendo em conta esses estudos, de forma a que o radar sirva efetivamente melhor as populações e é isso que se trata, não pode ser efetivamente uma decisão política.

Votaremos favoravelmente esta iniciativa, esperando que esta pronúncia desta Casa sirva para acelerar este processo e é preciso que, para além desta pronúncia desta Casa também o Governo Regional tenha um papel de intervenção junto do Governo da República para que este processo ande definitivamente e chegue a bom porto porque é isso que é preciso e é isso que os açorianos e açorianas exigem do Governo.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico apresenta este Projeto de Resolução que recomenda a realização de um estudo técnico que indique a melhor localização do radar a instalar no grupo ocidental e a sua respetiva calendarização.

O texto da iniciativa, por si só, já indicia que felizmente o processo de instalação dos radares nos Açores nos últimos anos sofreu uma evolução que, não sendo a ideal, nos permite afirmar estarmos num patamar muito diferente daquele que estávamos, por exemplo, em 2013, quando nesta Assembleia se analisou uma iniciativa semelhante à presente.

Mas permita-me, porque entendo ser importante salientar, que foram, entretanto, concretizados um conjunto de outros investimentos que representam uma melhoria substancial na previsão de eventos meteorológicos que infelizmente nos assolam, permitindo uma maior informação aos agentes da proteção civil.

Se alguns destes investimentos estão a ser concretizados pelo Instituto do Mar e da Atmosfera, como a referente instalação da Estação Meteorológico automática da Fajã Grande, da ilha das Flores, e aquele que tem o maior significado, que é a instalação do novo radar meteorológico na Serra de Santa Bárbara da ilha Terceira, não podemos omitir o investimento já realizado pelo Governo Regional na instalação da Rede de Estações Hidrometeorológicas em todas as ilhas no total de 42 estações num investimento superior a 800 mil euros.

Como afirmámos em 2013, a rede de radares meteorológicos, por si só, não permite a previsão de intempéries que infelizmente assolam os Açores, mas em complemento com os dados fornecidos por satélite e dos dados recolhidos das estações de superfície são um contributo importante para as previsões de muito curto prazo, assim como as alterações que as intempéries sofrem, permitindo que as autoridades com competência na proteção civil adotem medidas tendentes a minorar danos e assim aumentar a segurança de pessoas e bens.

Numa região arquipelágica como a nossa, com as alterações climáticas que se têm registado, e que é imperioso que a conclusão da instalação da rede de radares seja uma realidade, para além de permitir a previsão atempada da ocorrência de episódios extremos e dos seus efeitos em terra, darão um contributo importante na ajuda ao controlo de tráfego marítimo e tráfego aéreo. Assim, e conforme ficou claro nas audições realizadas e que constam de relatório elaborado pela Comissão de Política Geral, para além da instalação do primeiro radar na Serra de Santa Bárbara que entrará em funcionamento em breve, e permitam-me referir aqui que sofreu atrasos, designadamente por impugnações judiciais, e que cobrirá o grupo central decorrem trabalhos de realocação de antenas no Pico da Barrosa para a instalação do radar do grupo oriental.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: No que refere ao grupo ocidental, conforme foi referido pelo Representante do Instituto do Mar e da Atmosfera na Comissão, e cito, “considera que do ponto de vista meteorológico a localização mais favorável será a ilha das Flores, porque se localiza mais a sul do que o Corvo e permite ter uma melhor avaliação e antecipação dos fenómenos, designadamente precipitação, porque na sua maioria as frentes meteorológicas fazem a sua aproximação de sul.

No que respeita à calendarização da concretização destas importantes infraestruturas, foi referido pelo Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está cá?

O Orador: ... que será realizado até 2023.

Assim, e porque nos parece ser clara a intenção do cumprimento do pressuposto na parte resolutiva da iniciativa e a continuação de investimentos na construção de infraestruturas que vão aumentar a segurança de pessoas e bens da Região, o

Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá votar favoravelmente a presente iniciativa.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que em relação ao histórico desta longa história da rede de radares meteorológicos para a Região dos Açores praticamente tudo foi dito, mas lembro mais um detalhe que na altura, quando os americanos decidiram que iriam desmantelar o radar de Santa Bárbara, o CDS, e nas palavras do Dr. Artur Lima, alertou que poderíamos ficar, a Região, com a cúpula que seria a parte funcional dos radares e que era a parte mais cara e que a Região poderia ter uma ação no sentido de salvaguardar essa parte para a Região. Não – entraram naquele processo de negação –, não ia acontecer, os americanos não iam desmantelar, etc., etc....

A verdade é que desmantelaram, a verdade é que a cúpula ficou lá e hoje está um monte de ferro enferrujado e ninguém ficou com a cúpula e, digo-lhe Sr. Deputado Paulo Estêvão, em relação à sua iniciativa concordo com tudo, exceto com o título da iniciativa em que diz que é a conclusão da rede. Isso seria se algum deles já estivesse instalado. Nenhum deles foi instalado até ao momento, nem o primeiro, nem o segundo.

Portanto, não é conclusão nenhuma na realidade é começar de novo, como se nada tivesse acontecido e não tivéssemos aprovado coisíssima nenhuma na Região.

Penso que ninguém tem dúvidas de que efetivamente é necessário dotar o IPMA de meios técnicos para conseguir produzir informação científica

fidedigna que ajude os serviços na Região, da Proteção Civil, o trabalho meritório que sempre tem tido ao longo de todos estes anos.

Concluiria dizendo um ditado popular que penso que se aplica neste caso: “mais vale prevenir do que remediar.”

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, dando razão à Sra. Deputada Graça Silveira, tem razão, o título do Projeto de Resolução é demasiado otimista e fundamentalmente porque só conclui uma coisa que já se iniciou. Portanto, nesse sentido penso que a apreciação é correta e merecida.

Depois, devo dizer também que nesta matéria não vale a pena tentar atribuir responsabilidades acrescidas aos Governos do Partido Socialista ou do PSD, que é o jogo que muitas vezes se faz aqui, porque são mais de três décadas e nestas três décadas nós tivemos governos centrais apoiados pelo Partido Social Democrata e outros pelo Partido Socialista.

Portanto, isto é uma questão de Estado, é o Estado que está a falhar com a independência de quem é que tem a preponderância política em Lisboa.

Nesse sentido, não vale a pena fazer um discurso, porque esse discurso nunca será um discurso sério, na medida em que de facto as responsabilidades são aqui repartidas.

Há um responsável e esse é de certeza absoluta o Estado Central, é o Governo da República que não cumpre as suas obrigações.

O que é impressionante é que se olharmos para o mapa da localização dos radares a nível nacional, o território continental já foi devidamente protegido. Há um Arouca, outro em Loulé e outro em Coruje. Portanto, a proteção em relação ao território continental já foi implementada.

Em relação à Região Autónoma da Madeira, a opção já foi também tomada e já foi instalado também um radar no Porto Santo.

Portanto, nós, aqui nos Açores, é que estamos absolutamente desprotegidos e muito atrasados nesta matéria, o que é surpreendente tendo em conta que este território é o território que segundo os relatórios nacionais é dos territórios mais vulneráveis às alterações climáticas, é precisamente os Açores.

Portanto, este equipamento é mais necessário aqui do que noutras zonas do território nacional, por isso não faz sentido de que os Açores sejam a última a Região a considerar neste processo e que o processo se tenha atrasado tanto.

Depois eu queria também aqui fazer referência ao delegado do IPMA que nos Açores fez uma referência muito interessante quando foi ouvido.

Ele disse que relativamente à importância que vai permitir, com algumas horas de antecedência detetar fenómenos designadamente chuvas, referindo que há uma precisão muito mais elevada na precisão meteorológica.

O que ele referenciou na altura foi que essas horas fazem toda a diferença, nomeadamente em termos de alertas para a população e de preparação para enfrentar situações extremas deste tipo.

Referenciou mesmo o caso recente do furacão Lorenzo. Teria sido, se tivéssemos um radar meteorológico instalado no grupo ocidental, teríamos ganho algumas horas para perceber a gravidade do fenómeno extremo que afetou a Região Autónoma dos Açores e mais especificamente neste caso a ilha das Flores.

O Sr. Deputado Manuel Pereira tinha uma imensidão de parágrafos para referenciar e fez aqui uma referência específica à opinião do Delegado do IPMA em relação ao que ele considerava que era a melhor localização.

Eu disse que não fazia aqui nenhum discurso barrista e não o vou fazer.

Deputado Manuel Pereira (PS): Acabou de fazer!

O Orador: Eu tenho também informação técnica, de outros técnicos, que me deram uma informação contrário, de que a melhor localização seria na ilha do Corvo.

Mas como disse, na nossa Região, alguns dos projetos que, entretanto, já foram implementados, infelizmente, ao longo da nossa história, da história da autonomia, às vezes existiram decisões políticas e não foi escolhido o sítio, a localização mais adequada, às vezes. Foi escolhido um determinado local para a instalação de um determinado projeto por razões políticas.

Ora bem, este Projeto de Resolução tem pelo menos este mérito de não fazer aqui nenhuma reivindicação de carácter bairrista. A única reivindicação que diz é que se faça um estudo. Realizado o estudo, os técnicos decidirão qual é o melhor local do grupo ocidental para instalar esta infraestrutura e isto é muito importante. Serão os técnicos a definir e a fazer esse estudo.

Portanto, é evidente que eu gostaria muito que a decisão fosse ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Não diga, não diga!

Deputado João Vasco Costa (PS): No Grupo ocidental!

O Orador: ... uma decisão que do ponto de vista técnico, aquele meu desejo coincidissem também com o dos técnicos e que a ilha do Corvo fosse a escolhida, porque considero que o que nós precisamos também é da instalação de mais serviços e um serviço desta exigência e com esta tecnologia seria muito importante e teria um impacto muito importante na ilha do Corvo.

Evidentemente o meu desejo é que esse estudo técnico possa de facto concluir nesse sentido, mas obviamente o que eu não vou fazer nunca, como já vi algumas vezes feito na vida política, é torturar os técnicos para que exista uma determinada conclusão.

Não! É um estudo técnico que tem de ser objetivo e obviamente deve ser escolhida a ilha que tem as melhores condições e dentro da ilha a localização mais específica, que tem melhores condições para a instalação de uma infraestrutura deste género.

Portanto, é isto. Fundamentalmente é esta a informação e é fundamental na minha perspetiva voltar outra vez a pressionar o Governo Regional para a conclusão.

Nós colocamos aqui um prazo, que é o prazo de 2023, que me parece um prazo correto, ou seja, depois de todos estes atrasos não é aceitável que a conclusão da instalação da rede radares meteorológicos não se faça no âmbito da legislatura, até ao final da legislatura, na Assembleia da República.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*):

Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Relativamente a este assunto, naturalmente que todos nós temos de reconhecer que há aqui um atraso que não foi só dos últimos Governos da República, como também já foi referido aqui, já vem bastante de trás.

Relativamente a algumas das questões que foram colocadas aqui, eu posso começar por dizer que, em 2013, houve uma primeira avaliação que até foi feita e pedida por um então, na altura, Secretário Regional, o Eng.º Vitor Fraga, que pediu ao seu gabinete para fazer uma primeira avaliação de um sítio potencial, na ilha das Flores, para a instalação do radar no grupo central, mas aqui não teve qualquer envolvimento do IPMA. Foi só uma avaliação prévia em relação ao esse assunto.

Tecnicamente a instalação destes radares tem várias exigências técnicas, e agora no caso das Flores há uma outra questão técnica que tem de ser tida em conta que é a futura instalação da antena da RAEGE que, como as duas trabalham no mesmo comprimento de onda, tem de haver tecnicamente algum distanciamento e alguma localização própria para não interferir uma com a outra.

Isto foi uma avaliação muito preliminar, existe um estudo mais detalhado e mais técnico, que será feito pelo IPMA com certeza, e que seria no Morro Alto.

Não sei se o nome é este: se é Pico Alto se é Morro Alto. Portanto, seria o local mais aconselhável, porque esse sítio já tem algumas infraestruturas, já tem comunicações, já tem eletricidade. Portanto, à partida, seria esse, mas naturalmente o que eu estou aqui dizer, o IPMA, quando fizer o seu estudo, até poderá optar por outro local. Isto foi feito em 2013, esta avaliação muito prévia e muito preliminar.

Relativamente à questão do Corvo, de facto não é a melhor localização. Pelos vistos não será, porque a ilha das Flores fará sombra à aproximação daquelas que são as intempéries mais frequentes que vêm de sul e de oeste, mas se o Sr. Deputado Paulo Estêvão tem outras opiniões técnicas serão... Mas de qualquer maneira o IPMA fará essa avaliação.

Finalmente eu gostava de dizer também o seguinte:

Relativamente aqui a algumas coisas que foram ditas, na altura quando o Sr. Deputado Carlos César e o Professor Jorge Miguel Miranda fizeram essas informações de que o radar ia estar instalado muito mais cedo, naturalmente que eles não são bruxos e não adivinhariam que ia haver uma impugnação do concurso, que demorou imenso tempo para ser resolvido, e que até antes disso, do Tribunal de Contas.

Portanto, infelizmente esse processo ficou marcado por isso e é a causa do grande atraso, porque já podia estar mais avançado o processo.

Neste momento julgo que já devem ter chegado por via marítima os equipamentos à ilha Terceira, está-se a fazer a preparação. Também gostaria de deixar aqui uma informação: é que o facto de o radar começar a trabalhar em setembro ainda em modo experimental, não quer dizer que já não adquira dados e já não esteja a funcionar. Portanto e ele vai adquirir dados.

Relativamente a isto, eu gostaria também em relação a algumas afirmações que foram feitas aqui, de fazer uma pergunta ao Sr. Deputado Alonso Miguel, se em podia confirmar se a Sra. Ministra do Mar, que é quem tutela o IPMA, foi a

Ministra do Mar, do Governo do PSD-CDS, e se não era a Dra. Assunção Cristas?

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Era!

O Orador: Gostaria que me confirmasse isso, para nós ficarmos a conhecer também quem é que teve a tutela.

Depois, ao Sr. Deputado Bruno Belo, eu diria que o Sr. Deputado tem uma memória um bocadinho seletiva também, porque também o PSD, como disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão, esteve no Governo,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Até Sócrates foi Ministro do Ambiente!

O Orador: ... também teve responsabilidades nesta matéria, portanto, também não está isento de alguma culpa nesta matéria.

Mas o que interessa aqui relevar é que este processo está a andar e posso também dizer-vos que de tudo o que tem sido solicitado ao Governo Regional de apoio técnico, nós temos feito pressão para que estes radares sejam instalados o mais rápido possível, temos apoiado o IPMA naquilo que são as avaliações técnicas no terreno para a instalação dos radares, para a escolha dos melhores sítios, para a caracterização, por exemplo, no caso da Barrosa, de todos os equipamentos e antenas que lá estão instaladas e o que é que tem de ser feito. Nós temos, de facto, apoiado o IPMA e o Governo da República nesta matéria e continuaremos também a fazer força para que os radares sejam instalados o mais rápido possível.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Vai responder por mim, está bem?

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Sr. Secretário Regional, era de facto Ministra do Mar a Dra. Assunção Cristas, mas há uma diferença entre esta bancada, a bancada do Partido Socialista e o Governo onde V. Exa. se senta.

(Aparte inaudível do Deputado José San-Bento)

O Orador: O senhor quer falar? Inscreva-se! Se não quer falar, deixe-me falar porque eu estou a intervir. O senhor inscreva-se se faz favor.

Deputado José San-Bento (PS): Não pretendo!

O Orador: Então esteja caladinho!

(Risos da bancada dos Deputados do PSD)

Sra. Presidente, pode mandar calar o Sr. Deputado José San-Bento, se faz favor?

Eu volto a si, ao fim, já que gosta, “quanto mais me bates, mais gosto de ti”, eu voltar ao senhor.

Sr. Secretário Regional, era de facto a Dra. Assunção Cristas e eu estava aqui nesta bancada em 2013 e fizemos um Projeto de Resolução, Sr. Deputado. Exatamente tendo um Governo do PSD e do CDS na República, não tivemos nenhum problema em defender os Açores, em primeiro lugar, ao contrário do senhor e do seu Governo, Sr. Secretário, e daquela bancada que ali está!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Apoiado!

O Orador: Essa é a grande diferença!

Os Açores em primeiro lugar para nós não é slogan, são uma realidade e nós defendemos, mas devo dizer-lhe, Sr. Secretário, que com os senhores não houve... Mas ainda antes de lá ir!... O que se passa com a ilha Terceira... Eu não sei se ainda há bruxos na ilha Terceira, mas vou à bruxa.

(Risos da bancada dos Deputados do PSD)

Vou à bruxa para ela me benzer a mim e benzer a ilha Terceira, como o senhor diz.

A bruxa vai-me benzer. É porque quando foi o extrator de RNA, veio o extrator por aí abaixo. Era para vir no dia 28 de junho, acontece uma coisa, afinal à 28.^a semana ainda está para “parir” o extrator que a gente nunca o viu.

(Risos da bancada dos Deputados do PSD e do CDS-PP)

Depois, Sr. Secretário, ficámos a saber que vem um aparelho por aí abaixo de radar. Era para estar no dia 4 ou 8 de junho. Na próxima semana então a empresa VAISALA vai pôr por via marítima no barco para chegar à Terceira a meados de julho, mas ainda não chegou. Também deve ter-se perdido no meio de alguma maré, de algum tsunami, por aí abaixo.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É o triangulo das bermudas!

O Orador: Depois era para ter sido instalado em agosto, mas também ainda não foi.

Portanto, há qualquer coisa aqui que se está a passar, Sr. Secretário, e o senhor é que vai ter de explicar, não sou. É o senhor e o seu Governo, porque isto é engano a mais, isto é iludir e enganar os açorianos e os terceirenses.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é, não!

O Orador: Mas vou dizer-lhe mais: é que enquanto houve o Governo do PSD e do CDS na República, nunca deixámos os americanos desmontarem o radar...

Deputado Manuel Pereira (PS): Porque eles não quiseram!

O Orador: ... e os senhores e o seu Governo deixaram.

Vasco Cordeiro deixou desmontar o radar de Santa Bárbara. Este é que é o problema e nós tivemos um retrocesso, Sr. Secretário...

Deputado Francisco César (PS): Estiveram agarrados ao radar!

O Orador: ... do radar extraordinário, Sr. Secretário.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ou se tem influência ou não se tem!

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, isso não é para si!

O Orador: Quanto eu puder acabar, Sr. Deputado.

Eu posso ler a minha intervenção de julho de 2016, quando representava na Comissão Bilateral Permanente o Sr. Presidente do Governo, Vasco Cordeiro. Nós pedimos ao Sr. Presidente do Governo para que intercedesse junto do Governo norte-americano...

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: Sr. Deputado, quer deixar-me acabar ou não quer? Eu vou explicar-vos a vossa incompetência...

Deputado Francisco César (PS): Qual incompetência? O senhor não percebe nada, não é engenheiro!

O Orador: A vossa incompetência! O senhor ouça! A vossa incompetência e do vosso Governo, porque o radar de Santa Bárbara tinha um problema para vocês.

Deputado Francisco César (PS): Qual era?

O Orador: É que funcionava!...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP)

E os senhores não queriam. Os deixaram ir embora um radar de uma última geração, que ultrapassava...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Sra. Presidente, dê-me o tempo.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... um radar de última geração que servia os Açores, até ao grupo ocidental, sempre, o raio ia até ao grupo ocidental.

Bastava levantá-lo mais dois degrauzinhos para ir um pouco mais além e prever muita coisa.

Os senhores deixaram na Comissão Bilateral Permanente que os americanos, porque os senhores não se empenharam, porque no que se quiseram empenhar, no autoproclamado PREIT...

Deputado Manuel Pereira (PS): Onde isto já vai!

O Orador: ... e enganoso PREIT, não incluíram isso, porque os senhores não tinham peso político junto do estado norte-americano, porque não eram reconhecidos quanto isso. E na Comissão Bilateral Permanente o Presidente do Governo não fez valer os interesses dos Açores, deixando dismantelar um radar. Ele podia ser obsoleto, nas vossas palavras, mas funcionava e previa. Os senhores preferiram ficar sem nada do que ficar com um obsoleto nas vossas palavras. Entre 2016 e 2020 o senhor tem zero e está satisfeito com isso. É isso que o povo deve ver. A incompetência vai ao ponto, e a soberba, de quererem ter uma coisa XPTO... Ó senhor é mais fácil programar a ida de um foguetão ao espaço, do que um radar para a Terceira ou para o grupo ocidental...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP)

... porque para os senhores os pormenores são tantos que realmente isto é absolutamente degradante para a segurança dos açorianos os senhores brincarem, porque andaram a brincar este tempo todo, porque havia um Plano Nacional de Instalação de Radares e durante o Governo da República do PS e do PSD foi cumprido. Começou na Madeira, foi para São Miguel, interrompido pela vossa incompetência em 2015 quando ganharam as eleições. O processo retrocedeu e a culpa é dos concursos.

Mais! Depois deixaram desmontar o das Lajes que funcionava e podia estar a funcionar hoje em dia. Ficaram lá com um monte de ferro enferrujado, deixaram enferrujar tudo, Sr. Secretário. Essa é que é a realidade. Sejamos absolutamente honestos nessa análise.

Olhe! Mais uma coisa! Se não tiverem sítio para pôr radares ponham no Ilhéu das Cabras. Está lá! Ponham o radar no Ilhéu das Cabras, porque fica muito bem instalado.

É que realmente já ninguém aguenta estas desculpas esfarrapadas e esta incompetência atroz, e virem aqui com conversas.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão realmente é meritório: não existe, não serve para nada! Não há radar que lhe chegue! Não conseguimos fazer previsão nenhuma de quando é que vai acontecer.

Portanto, o que vai acontecer é malabarismo eleitoral para setembro, na ilha Terceira, é malabarismo eleitoral para setembro no grupo ocidental; é malabarismo eleitoral para setembro no grupo oriental. É isso que vai acontecer. Não culpabilizo ninguém, mas não foi eu que falei, foi o Presidente do IPMA que falou de que se houvesse um radar talvez as consequências do furacão Lorenzo tivessem sido de alguma maneira minorizadas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E por aqui me fico, Sr. Secretário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado! Apoiado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Podiam ter retirados os navios, ter retirado os contentores!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Sr. Secretário, o senhor não pode insistir naquele *modus operandi* do Governo, que é ter desculpas para as desculpas. Tem de deixar de ter essa prática recorrente.

O senhor vem aqui desculpar-se dos atrasos, por causa dos procedimentos administrativos que decorrem da instalação dos radares.

Sr. Secretário, todos eles já eram conhecidos. Nenhum desses procedimentos administrativos é diferente do que era. São todos conhecidos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente! Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário, a minha memória não é seletiva e muito menos a coerência do PSD em relação a essa matéria. E vou dizer-lhe: o PSD estava em 2010 da mesma forma que esteve em 2013 e que está hoje aqui: a favor da instalação desses radares.

O Partido Socialista e o Governo não estiveram!

Mais, Sr. Secretário! Sabe que nós não podemos exigir à República quando o Governo não é da nossa cor e deixar de exigir à República quando o Governo é da nossa cor.

Defender a autonomia é exigir sempre à República que cumpra as suas obrigações na Região.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputada.

Sr. Secretário Regional Berto Messias tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Colega do Governo:

Em primeiro lugar, parece-me fundamental clarificar aqui uma matéria que é fundamental.

O Sr. Deputado Bruno Belo e o Sr. Deputado Artur Lima estão aqui a tentar responsabilizar o Governo dos Açores relativamente a esta questão dos radares meteorológicos. Como toda a gente sabe isto é uma responsabilidade de âmbito nacional, no âmbito quer do Governo da República, quer também do IPMA, tutelado pelo Governo da República.

Deputado Bruno Belo (PSD): Tem dias!

O Orador: Sr. Deputado Bruno Belo, o Governo dos Açores naturalmente exige ao Governo da República que esta questão seja resolvida rapidamente o mais depressa possível, porque o Governo dos Açores exige obviamente ao Governo da República que cumpra e assuma as suas responsabilidades na nossa Região no âmbito daquelas que são as suas competências e a questão dos radares meteorológicos, obviamente, que não é exceção.

Não posso deixar de dizer o seguinte: o Sr. Deputado Artur Lima, com uma intervenção muito inflamada a exigir os radares meteorológicos; o Sr. Deputado Bruno Belo fazendo aqui uma *mise-en-scène* relativamente à Resolução de 2013, que votou aqui a favor.

Ó Sr. Deputado Bruno Belo e essa Resolução resultou em quê?

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor é que tem de responder a essa pergunta!

O Orador: A aprovação dessa Resolução aqui resultou em quê?

Entre 2011...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é 11 é 13!

O Orador: ... e 2015, não aconteceu nada no âmbito dos radares meteorológicos e da rede de radares na nossa Região. Não aconteceu nada!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): E é justificação?! De 2015 já passaram 5 anos!

O Orador: E sabem V. Exas. quem é que governava o nosso país nessa altura. Sras. e Srs. Deputados, todos nós (acredito!) queremos que a rede de radares meteorológicos seja instalada o mais depressa possível na nossa Região. Acredito nisso!

Mas, Sras. e Srs. Deputados, num debate político sério sobre esta matéria temos que de ter responsabilidade e seriedade. Quem ouve agora o Sr. Deputado Bruno Belo e o Sr. Deputado Artur Lima faz de conta que não tiveram responsabilidades governativas entre 2011 e 2015 sobre essa matéria. E sobre essa matéria o Governo do PSD e do CDS, da República, não fizeram absolutamente nada.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Só o Sr. Secretário é que não teve nada a ver com isso!

O Orador: Dizer também, Sr. Deputado Artur Lima, porque V. Exa. referiu-se que defendeu e impediu a desmontagem do radar dos americanos, o radar, aliás, que estava obsoleto, que tinha 30 anos...

Deputada Graça Silveira (Independente): E funcionava lindamente!

O Orador: ... e que estava já com vários problemas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso! É falso!

Deputada Graça Silveira (Independente): E o que é que isso tem a ver com o radar?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Quando se fala da Base das Lajes, Sr. Deputado Artur Lima, aquilo que nós nos recordamos é da apatia do Governo da República do PSD e do CDS-PP quando ocorreu o *downsizing* da Lajes e a apatia que o Governo da República, na altura deixou que as coisas fossem acontecendo não agindo

devidamente para impedir os desmantelamento quer da base quer de algumas infraestruturas afetas aquela base.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, é legítimo que todos nós tenhamos as posições que muito bem entendermos sobre esta matéria. É legítimo e acredito que todos nós queremos que esta matéria se resolva rapidamente, mas é fundamental duas coisas na abordagem séria a este assunto.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor não pode é falar em abordagens sérias com esse discurso!

O Orador: Em primeiro lugar ter em conta aqueles que foram os problemas processuais no âmbito do concurso público para a instalação do radar meteorológico em Santa Bárbara, e em segundo lugar não pode o PSD-Açores, nem o CDS-PP Açores chegarem aqui e abordarem este assunto atacando o Governo Regional, fazendo de contas que não tiveram qualquer responsabilidade governativa entre 2011 e 2015 relativamente a esta matéria.

Sr. Deputado Artur Lima, fica aqui o meu convite genuíno para que eu e V. Exa., a muito curto prazo, irmos os dois à inauguração do radar meteorológico em Santa Bárbara.

Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa tem inscrições. Já ultrapassámos o nosso horário regimental, por isso o debate terá de continuar amanhã de manhã.

Regressamos às 10h00 para os trabalhos da Agenda.

Eram 20 horas e 05 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

João Paulo Lopes Araújo **Ávila**

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Jaime Luís Melo **Vieira**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio de Sousa **Mendes**

(*) Texto não revisto pelo orador

As redatoras: Ana Machado e Maria da Conceição Fraga

Transcrição elaborada por Noélia Escobar.